



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM ANTROPOLOGIA UFPE/UFRR

Iana dos Santos Vasconcelos

ARTICULAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS:
Estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira
Brasil/Venezuela.

Boa Vista

2013

Iana dos Santos Vasconcelos

**ARTICULAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS:
Estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira
Brasil/Venezuela.**

Boa Vista

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4 -985

V331a Vasconcelos, Iana dos Santos.
Articulações familiares transnacionais: estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela / Iana dos Santos Vasconcelos. – [Recife] : Boa Vista ,RR : O autor, 2013.
135 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Russell Parry Scott.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Mestrado interinstitucional UFPE / UFRR, 2013.

Inclui referência e anexos.

1. Antropologia. 2. Fronteiras. 3. Família. 4. Características nacionais. 5. Brasil – Venezuela. I. Scott, Russell Parry. (Orientador). II. Título.

390 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2013-163)

IANA DOS SANTOS VASCONCELOS

“ARTICULAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS: Estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela”.

Dissertação apresentada ao Mestrado Interinstitucional UFPE/UFRR como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovado em: 19/09/2013.

Profº Drº Russell Parry Scott (Orientador – UFPE)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Prof º Drº Antônio Carlos Motta de Lima (Examinador Titular Interno)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Prof º Drª Francilene dos Santos Rodrigues (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal de Roraima - UFRR

In memória:

Ao Antônio Mendes de Vasconcelos
Por me mostrar o sentido de ser família.

AGRADECIMENTOS

À minha rede de apoio e solidariedade

A todos e todas migrantes brasileiros(as) na fronteira Brasil/ Venezuela que me revelaram suas trajetórias familiares.

Ao meu Deus, plural homem e mulher, negro, branco, índio, velho e jovem, obrigada por minha vida e o acesso à informação e ao conhecimento.

À minha mãe, pela dedicação empreendida na minha educação e compreensão da minha ausência na rede de cuidados familiares.

À Michele Vasconcelos, pela superação dos obstáculos cotidianos e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

A Russell Parry Scott, pelas muitas respostas as minhas inquietações e incitação a novas descobertas, me ajudando descortinar as múltiplas faces das famílias e de suas articulações transnacionais.

À France Rodrigues, pelo despertar acadêmico e por ter apontado a fronteira como *campo de possibilidades* de pesquisa constantemente descoberto e redescoberto a cada visita.

Aos colegas do mestrado, pelo companheirismo e colaboração, especialmente a Brasilina, Edson, Adnan e Lenir.

Aos amigos Ricardino e Euclides da Cunha, pelo lar que me abrigou durante a estada no bairro cidade Universitária no Recife.

À Conceição Escobar, que mesmo sem me conhecer de tão perto, me deu um voto de confiança e liberou-me para dedicação aos estudos, acreditando na transformação de um mundo melhor por meio das descobertas produzidas pelo conhecimento científico e acadêmico.

À Izadora Braga, que mediada pela sagacidade do conhecimento e o pensamento crítico, me mostrou a arte da língua portuguesa quando cansada de me debruçar sobre o texto já não enxergava os deslizamentos da escrita.

Às amigas de longe e irmãs de coração Mariana Macêdo e Paula Brenha, por compartilharem sonhos.

Ao Roberto Costa por suportar meu estresse e se manter companheiro colaborando na sistematização dos dados e transmitindo segurança.

Aos colegas de trabalho e amigos do cotidiano, Sônia Lúcia e Fabricio Orihuela, por mediarem minha ausência no trabalho nos momentos que precisei me dedicar aos estudos.

Ao Emerson Okaba e Ana Lúcia, pelo apoio com a língua estrangeira e o incentivo pela busca do conhecimento e uma formação continuada.

À Vanilza Souza, pelo apoio na formatação no fim dessa empreitada.

À Liduína Vasconcelos, pela atenção e companheirismo desinteressado a Arlete dos Santos Vasconcelos em um momento de fragilidade emocional e carência de afeto.

Ao Bernar Vasconcelos, que mesmo tendo uma compreensão distinta dos papéis de homens e mulheres na rede de cuidados familiares, compartilhou trabalhos e responsabilidades.

À minha sobrinha e afilhada Glória, que sirva de inspiração para construção de uma trajetória acadêmica.

Aos colegas do Recife Fernanda, Lorena, Geová, Vanessa e Jamesson, por descortinarem as múltiplas faces de um Pernambuco e de um nordeste cheio de cores, sabores, vida, identidade, cultura e amor.

A todos os professores pelo conhecimento transmitido e o estranhamento do olhar do *outro* pela ótica da Antropologia.

A todos e a todas que colaboraram de forma direta e indireta na construção desse trabalho. Meu muito obrigada!

RESUMO

A migração entre países fronteiriços vem se caracterizando pelos deslocamentos mais frequentes de pessoas que transitam e cruzam as fronteiras de um país a outro. São pessoas que mantêm fortes vínculos com o lugar de origem, mas também reorganizam novos vínculos afetivos e familiares nos lugares de trânsito ou de trabalho. A família, neste cenário, torna-se um projeto que é constantemente construído e reavaliado pelos seus membros, com vistas a atualizar estratégias de cuidado e manutenção e reprodução familiar. Desse modo, a presente dissertação tem como objetivo analisar a constituição das redes e demandas de cuidados das articulações familiares transnacionais, compostas por migrantes brasileiros(as) na fronteira Brasil/Venezuela localizada entre as cidades transfronteiriças de Santa Elena de Uairén, no estado Bolívar na Venezuela, e Pacaraima, no estado de Roraima no Brasil. A genealogia como método de pesquisa possibilitou compreender o parentesco e a família, não apenas articulado a relacionamentos constituídos por laços consanguíneos, mas por afinidades e solidariedades constituídas simbolicamente. A família articulada ao processo migratório e ao contexto fronteiriço descortinou uma diversidade de articulações familiares, nas quais a transnacionalidade não está associada apenas ao espaço de coabitação em diferentes países pelos membros da família, mas às formas de vinculação de seus membros aos diferentes territórios nacionais mediadas por distintas lógicas simbólicas de pertencimento, tanto aos grupos familiares, quanto à nação. A identidade nacional em conjunção, fruto dessas articulações familiares, é frequentemente negociada por meio de estratégias de cuidados e manutenção familiar. Nesse sentido, o pertencimento às articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela corroboram para o fortalecimento de uma “identidade local” que justapõe às identidades nacionais, a qual passa a ser avaliado dentro/ fora da família e entre Estados- nação.

Palavras chaves: Fronteira; Família; Cuidados; Identidades Nacionais.

ABSTRACT

The migration between neighboring countries has been characterized by more frequent displacements of people who move and cross borders from one country to another. These are people who have strong ties with the place of origin, but also reorganize new affective ties and family in places of transit or work. The family in this scenario becomes a project that is constantly constructed and re-evaluated by its members, with a view to updating strategies for care and maintenance and family reproduction. Thus, this thesis aims to analyze the formation of networks and care demands of transnational joint family, composed of Brazilian migrants in the Brazil / Venezuela border located between the cities of Santa Elena de Uairén in Bolívar state in Venezuela and Pacaraima in the state of Roraima in Brazil. The genealogy as a research method enabled us to understand kinship and family, not only articulated relationalities consist of kin ties, but affinities and solidarities constructed symbolically. The family articulated the migratory process and context border *révélé* a variety of joint family in which transnationality is not only associated to the space of cohabitation in different countries by family members, but to the ways of linking its members to different national territories mediated by distinct symbolic logic of belonging to both family groups, as the nation. National identity in conjunction, the result of these joint family, is often negotiated through strategies of family care and maintenance. In this sense, belonging to joint family transnational border Brazil / Venezuela corroborate the strengthening of a "place identity" that juxtaposes national identities, which happens to be evaluated inside / outside the family and between nation states.

Keywords: Border. Family. Care. National Identities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: marco fronteiroço Brasil/Venezuela- Simón Bolívar e Dom Pedro I	22
Figura 2:mistura lingüística no Centro Comercial de Pacaraima.....	23
Figura 3: mapa da Fronteira Brasil/Venezuela	46
Figura 4:Imagens de Satélite com a Visualização da Fronteira Brasil/Venezuela e as respectivas capitais dos Estados fronteiroços	47
Figura 5: Rua principal do Centro Comercial de Santa Elena do Uairén.....	48
Figura 6: cabine telefônica- centro comercial Santa Elena do Uairén	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: registro de entrada e saída de brasileiros na fronteira Brasil/ Venezuela no ano de 2012	45
Tabela 2: número de filhos de pessoas de nacionalidade venezuelana e brasileira entre os anos de 2008 a 2012.....	60
Tabela 3: Práticas ligadas ao cuidado nas articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela	86

LISTA DE SIGLAS

CPNQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

INE - Instituto Nacional de Estática da Venezuela

DIEX – División de Extranjería Venezuelano

GEIFRON - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Fronteiras

SAIME- Servicio Administrativo de Identificación y Extranjería

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

TFD- Tratamento Fora de Domicílio

RANI- Registro Administrativo de Nascimento do Indígena

SUS- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I- ARTICULAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS, IDENTIDADES E A CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA.	16
1.1 Fronteira e migração: opções teóricas	16
1.2 Identidades em conjunção: gênero e nacional	20
1.3 - Família, Cuidados e Redes Sociais em contexto transnacional.....	24
CAPÍTULO II- EU, O <i>OUTRO</i> E O CAMPO: TRAJETÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO E METODOLOGIAS UTILIZADAS	30
2.1 O caminho trilhado: Pesquisa de campo e dados coletados	31
CAPÍTULO III- VIVENDO NA E ENTRE FRONTEIRAS: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A FRONTEIRA E AS ARTICULAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS	41
3.1 - Fronteira Brasil/ Venezuela e o processo migratório.....	41
3.2 - Contexto transfronteiriço: municípios de Santa Élena do Uiarén na Venezuela e Pacaraima no Brasil.	46
3.3 Migrantes brasileiros (as) e a experiência migratória	54
3.4 Conjugalidades e articulações familiares transnacionais	56
3.5 Nome de família	63
CAPÍTULO IV- CUIDADOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA/ REPRODUÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA.....	66
CAPITULO V - IDENTIDADES DE GÊNERO E NACIONALIDADES EM CONJUÇÃO: NOVAS CONFIGURAÇÕES DENTRO E FORA DA FAMÍLIA EM CONTEXTOS TRANSNACIONAIS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é uma combinação de dados oriundos de diferentes fontes; estatísticas oficiais, relatórios governamentais, documentos jurídicos e jornalísticos, entrevistas e, especialmente, observação participante. A utilização de distintas fontes permitiu perceber um conjunto de pontos de vista e de posições que formam uma configuração social, e compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos, famílias e grupos sociais no contexto transfronteiriço.

Tal metodologia resultou em uma dissertação que não se restringe apenas a uma discussão teórica, mas a várias demonstrações empíricas de uma realidade singular que suscitam reflexões sobre categorias analíticas já estabelecidas, possibilitando compreender as relações existentes entre a experiência social do sujeito e a dimensão afetiva, doméstica e nacional da vida social.

Uma pesquisa conduzida pela necessidade de adesão a um problema predeterminado, definido aqui pela análise da constituição das redes e demandas de cuidados das articulações familiares transnacionais, formadas por migrantes brasileiros(as) na fronteira Brasil/Venezuela e a sua influência na reconfiguração das identidades de gênero e nacional, descortinou uma realidade rica e diversa de fenômenos não evidentes, passíveis de importância inesperada no estudo, tal como o contexto escolar articulado à manipulação de uma identidade nacional como estratégia de acesso a políticas públicas em ambos os países.

Deste modo, no primeiro capítulo abordarei os conceitos centrais deste estudo definindo de que forma são compreendidos nesta pesquisa e suas implicações para a realidade estudada. Tratarei, portanto, acerca da migração internacional, articulada ao conceito de família e fronteira, com base em uma perspectiva transnacional e de gênero sobre estes temas.

No segundo capítulo, descrevo a trajetória de pesquisa detalhando as experiências de campos prévias a essa pesquisa e o uso dos dados coletados adquiridos nelas e, conseqüentemente, o que seguem após o contato com meus interlocutores, demonstrando os instrumentos teórico-metodológicos apropriados para reflexão da realidade estudada.

No terceiro capítulo, com base em parte dos dados coletados em campo, realizo uma breve contextualização histórica do processo migratório de brasileiros e venezuelanos entre os respectivos países, para em seguida caracterizar a fronteira Brasil/ Venezuela, por meio de aspectos, históricos, geopolíticos e sociais do espaço transnacional.

No quarto capítulo, apresento a caracterização e constituição das articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela, identificando as estratégias de manutenção e reprodução familiar pelos migrantes brasileiros na transfronteira, por intermédio das demandas de cuidados e materialização da sobrevivência familiar.

Por fim, no último capítulo, apresento notas de pesquisas que revelam a influência da mobilidade e do trânsito da fronteira na reconfiguração da identidade nacional e a sua relação com os cuidados familiares e os espaços de interação social fronteiriço.

CAPÍTULO I- ARTICULAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS, IDENTIDADES E A CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA.

1.1 Fronteira e migração: opções teóricas

A migração internacional não é um fenômeno social novo e tampouco estudado no campo das ciências sociais, o qual se constitui de uma complexidade de abordagens e compreensões. Os estudos precursores sobre mobilidade humana eram vinculados, predominantemente, a uma perspectiva econômica, cujos fluxos estavam relacionados apenas a condições mercantis e a fatores estruturais, tais como: mão de obra, mercado de trabalho, distribuição de capital, entre outros. No entanto, “essas condições explicam que, em dado momento, a migração tenha constituído uma alternativa no horizonte dos futuros migrantes, mas elas não explicam a autonomização dos movimentos migratórios em relação às conjunturas que os originaram” (PERALVA, 2008, p.19)

Atualmente a abordagem no campo dos estudos da migração internacional passou a ser multifacetada, observando os diversos rostos da migração, os quais não podem ser reduzidos aos significados da experiência migratória e as suas lógicas racionais e nem podem ser separadas de suas dimensões afetivas e emocionais (LE BOT, 2006, p.535).

A migração internacional é um fenômeno que assume diversas dimensões, porém não é sinônimo de mobilidade humana, tais como deslocamento para fins turísticos, viagens curtas a negócios ou a estudos, uma vez que esse tipo de mobilidade não implica necessariamente na reorganização da vida neste novo espaço, por meio de transformações políticas, administrativas e afetivas (BLANCO, 2000).

Para Blanco (2000) existem três aspectos que distinguem a migração enquanto mobilidade humana: temporal, espacial e social, ou seja, para esta autora a migração deve ser caracterizada pela permanência do e da migrante em outro país; por um deslocamento por delimitações geográficas significativas e por fim; pela ruptura de atividades anteriores e a transformação da vida cotidiana.

Refletir sobre o contexto fronteiriço requer uma releitura e/ou ampliação desse conceito que considere a vida cotidiana transfronteiriça marcada por uma pluralidade de dinâmicas, caracterizada por deslocamentos contínuos e também por estadias mais permanentes. A distância entre os países na fronteira não é delimitada por aspectos geográficos dada proximidade territorial, mas por questões de ordem simbólicas ligadas às identidades nacionais. Por outro lado, o viver entre fronteiras possibilita aos migrantes brasileiros na Venezuela lançar mão de diferentes formas de estreitamento de laços com a família no Brasil ao mesmo tempo em que também permite a construção de diferentes estratégias de cuidados e manutenção familiar mediadas por articulações administrativas, sociais e culturais.

Deste modo, analisar processos migratórios perpassa por compreender aspectos macro e microssociais que estão articulados tanto ao âmbito individual, quanto coletivo. Assim, a família tem papel central à medida que está na interseção entre projetos coletivos e individuais.

A decisão de migrar, deixa de estar relacionada apenas às condições econômicas e a fatores estruturais, mas a outros aspectos da dimensão da vida cotidiana, tais como redes de apoio social, problemas afetivos, sonhos individuais e a capacidade de agenciar, são também determinantes no momento de decidir. O resultado da migração não se restringe simplesmente ao deslocamento de pessoas de um lugar para outro, “mas implica na reconfiguração dos âmbitos e espaços sociais afetados por este processo, dentro do qual os migrantes e suas famílias desempenham um papel fundamental” (PUYANA, et al, 2009, p.12-19).

Os agentes sociais são compreendidos como atores envolvidos em múltiplas relações sociais, os quais não podem agir fora e sem influência delas. Logo, todos

os atores sociais têm agência, no entanto, “é impossível imaginar-se que o agente é livre ou que é um indivíduo que age sem restrições” (ORTNER, 2007 p.47). O agente continuamente está ligado às relações de solidariedade e a família tem papel central, representando simultaneamente, também, relações de poder (ORTNER, 2007).

A dinâmica fronteiriça possibilita simultaneamente a articulação e a adesão de espaços de origem e de memórias, tanto entre as pessoas que ficam quanto entre as pessoas que se deslocam, mantendo diferentes formas de contatos e contribuições. O resultado disso para famílias e grupos domésticos são intensas trocas e negociações em que a busca por a emancipação e liberdade se ligam a preservação de redes sociais e de conectividade permeadas por obrigações e favores (SCOTT, 2007).

A fronteira Brasil/Venezuela se configura como espaço transnacional definido por meio da “relação entre territórios e diferentes arranjos socioculturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam o pertencimento a unidades socioculturais, políticas e econômicas” (RIBEIRO, 2000, p.94). Portanto, o que ganha centralidade na concepção de transnacional/transnacionalidade utilizada neste estudo são os deslocamentos e a interação social produzida nesse espaço e os seus reflexos, tanto na organização familiar e nos significados associados à família, quanto na reconfiguração e construção de novas identidades.

Por isso, adoto a distinção realizada por Gustavo Lins Ribeiro (1996) entre “globalização” e “transnacionalização”, na qual a primeira está relacionada a um processo de expansão do capital em escala global que conserva implicações históricas, econômicas e tecnológicas. Já o transnacionalismo é um fenômeno político que opera no campo simbólico e está associado à globalização. Este processo permite a construção de identidades que transcendem o local e posicionam os sujeitos como parte de unidades culturais maiores. O “transnacionalismo é como uma ideologia que organiza as relações entre pessoas a nível global” (RIBEIRO, 1996, p.3).

A fronteira neste contexto, não representa um limite, ou seja, uma linha nítida mais ou menos contínua de demarcação quando aplicamos às evidências da diversidade cultural. Ao contrário, constitui-se em um lugar de convergência entre sujeitos sociais portadores de diferentes culturas que estabelecem relações sociais e reorganizam novas formas de interação e significados culturais. Assim, “o limite” constituído na fronteira não delimita um espaço “do que está dentro e está fora, mas algo *através* do que se dão os contatos e interações” (HANNERZ, 1999, p.16).

Essas interações são estabelecidas por meio dos deslocamentos, categoria analítica que amplia o conceito de migração, uma vez que rompe com a noção de fixidez mesmo que o sujeito geralmente tenha a intenção de fixar-se em um novo espaço. Por isso, utilizo o conceito de deslocamento que contempla a realidade fronteiriça, considerando o trânsito constante entre diferentes nações e cujo contato permite a manutenção de laços afetivos em ambos os países em virtude da proximidade geográfica e dos meios de comunicação.

No deslocamento, conforme James Clifford (1994), as pessoas sentem-se atreladas ao núcleo residencial anterior, o qual deve ser forte o suficiente para resistir ao esquecimento e distanciamento e surge para substituir, ou pelo menos complementar, o discurso de uma minoria. Esses grupos migrantes mantêm suas raízes históricas; vivem, portanto, numa tensão às experiências de viver a localidade, mas lembrar ou desejar outro lugar (CLIFFORD, 1994, p. 310-12).

As formas de pertencimento, memória e (des)identificação são compartilhadas por essas populações na busca por manter os laços com o país de origem, facilitados pelos modernos meios de comunicação e transporte, que reduzem as distâncias e facilitam o tráfego, legal e ilegal, entre os lugares do mundo (CLIFFORD, 1994, p. 304).

Outro conceito bastante utilizado nos estudos migratórios é o de “fluxo”, que conforme, Ulf Hannerz (1999) é um termo que já se tornou transdisciplinar, um modo de fazer referência às coisas/pessoas que não permanecem ao seu lugar, às mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões. Este

conceito percebido com base em dimensão temporal permite compreender a cultura como processo, dito em outras palavras, o constante movimento possibilita que significados sejam recriados, ou seja, “no caso dos fluxos de culturas, é certo que o que se ganha num lugar não necessariamente se perde na origem. Mas há uma reorganização da cultural no outro espaço”. (HANNERZ ,1999,p.12)

No entanto, todo fluxo implica fundamentalmente em uma direção e, tratando-se de um espaço fronteiriço é difícil identificar uma única direção, seja pela trajetória migratória, seja pela relação cultural estabelecida e ressignificada na circunstância de deslocamento, uma vez que o trânsito contínuo permite elaboração de novos caminhos à medida que a conjuntura passa a ser modificada por fatos históricos, políticos e culturais, ou seja, é uma direção e uma contradireção com predominâncias variadas.

1.2 Identidades em conjunção: gênero e nacional

A interação é estabelecida por meio das diferenças culturais de distintos grupos sociais na transfronteira. As identidades nacionais e, eventualmente, também étnicas postas em conjunção são representadas pela experiência cotidiana vivenciada por seus atores sociais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997). A etnicidade é entendida “essencialmente como uma forma de interação entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns” (idem, 1992, p. 12). A etnicidade, quando se dá num contexto transfronteiriço em alguns momentos se apresenta mais de acordo com idéias de pertencimento a grupos nacionais de que as idéias de pertencimentos configurados em termos de outros parâmetros.

Os processos de deslocamentos transnacionais acabam trazendo à tona uma série de fenômenos étnico-culturais e identitários que impactam as transformações no mundo do trabalho e na vida de homens e mulheres que vivenciam essa realidade. O intercâmbio material e simbólico entre sujeitos sociais de culturas diferentes influencia as mudanças de valores e a (re)formulação da nova maneira de

ver e perceber os 'nós/outros', inclusive reforçando ou redefinindo os papéis sociais de gênero. Deste modo, a experiência de uma mulher migrante e de homem migrante é muito distinta, sobretudo, devido às diferentes experiências que são acumuladas, seja no que diz respeito ao que apreenderam no país de origem, seja no que é esperado dele e dela no país acolhedor (BARTH, 1995).

As experiências distintas entre homens e mulheres no processo migratório estão diretamente ligadas às identidades de gênero, uma vez que as identidades são construídas ao longo da vida de cada pessoa. As identidades de gênero são criadas com base em valores e normas que a sociedade/ comunidade emergente apresenta para homens e mulheres e que também são reflexos de padrões e normas sociais estabelecidos na organização social do grupo a que se pertence.

Todas as transformações sociais provocam reconfigurações das relações de gênero. Isso ocorre porque as mudanças nos sistemas sociais mais amplos influenciam nas transformações das relações quotidianas, ou seja, modificações do sistema de produção promovem mudanças na divisão sexual do trabalho; conflitos políticos modificam relações de poder dentro e além da esfera doméstica; “e o gênero, como uma forma poderosa de representação cultural, é envolvido nas lutas emergentes em torno do significado e nas tentativas de redefinir quem e o quê são as pessoas” (MOORE, 1997, p.14).

Deste modo, a perspectiva de gênero foi uma importante ferramenta analítica na compreensão do contexto familiar na fronteira Brasil/Venezuela, à medida que busca desnaturalizar as noções de papéis sexuais ligadas ao sexo biológico e demonstrar que noções de masculinos e femininos são construídas socialmente, revelando as inter-relações entre gênero e outros sistemas sociais, tais como a cultura, socialização, parentesco, produção/ reprodução, sexualidade, entre outros.

A identidade é compreendida como relacional marcada pela diferença e sustentada pela exclusão (depende de recursos materiais e simbólicos), tendo em vista que é “produto da experiência vivida e das coisas da vida cotidiana” (WOODWARD, 2000, p. 9). A identidade está em constante construção, um

processo nunca completado no sentido que ela pode ser sempre sustentada ou abandonada (HALL, 2000, p. 106).

No contexto de globalização as identidades nacionais são profundamente transformadas por forças homogeneizantes que transcendem o espaço social da nação, propiciando formas de identificação globais que se deslocam e muitas vezes apagam ou ascendem ainda mais características nacionais (HALL, 2005).

É possível afirmar que na fronteira internacional a visibilidade do Estado-Nação está na presença dos agentes governamentais, marcando a todo instante a soberania nacional por meios simbólicos como marcos fronteiriços, as bandeiras, os postos de fiscalização, dentre outros (figura1).

Figura 1: marco fronteiriço Brasil/Venezuela- Simón Bolívar e Dom Pedro I



Fonte: pesquisa de campo, 19/01/2013

Como diz Hobsbawm (1990), o Estado-Nação foi construído a partir de meados do século XVIII, cuja centralidade desta definição é a de um território uno e indivisível em que o domínio sobre os cidadãos está associado à formulação de novas formas de lealdades cívicas com o patriotismo, base de todo nacionalismo. O

patriotismo estabelece uma identificação emocional com a terra, lugar de nascimento. Esse sentimento de pertencimento a um lugar dado, a uma terra-pátria pode ser mobilizado e explorado politicamente.

No entanto, estas forças globalizantes se deparam com as forças locais, as quais envolvem o fortalecimento de posicionamentos em grupos sociais. As consequências desse fenômeno são, por outro lado, descentralização das identidades que em outro momento proporcionaram sólidas localizações de sujeitos sociais e individuais que fazem sua autopercepção e representação (HALL, 2005). Essa *tensão local/global* opera em diversos níveis, assumindo dinâmicas identitárias próprias dos grupos que se deslocam espacialmente, propiciando a emergência de identidades híbridas (HALL, 2005; APPADURAI, 2001).

Os sujeitos sociais que vivenciam a realidade da/na fronteira Brasil/Venezuela experimentam um espaço e um tempo que se cruzam e que, simultaneamente passam a caracterizar diferenças e identidades num ambiente no qual o movimento e a transitoriedade a constitui.

Figura 2: mistura lingüística no Centro Comercial de Pacaraima



Fonte: pesquisa de campo, 17/01/2013

Assim, a identidade ligada à hibridez e a mistura assume, antes de tudo, um sentido de negociação, no qual elementos, tais como, estratégias de sobrevivência familiar, pertencimento, prestígio e estreitamentos de laços passam a ser avaliados.

As identidades se mantêm em constantes reconstruções, tornando-se uma *celebração móvel*, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”, aqui especificamente, a fronteira Brasil/Venezuela (HALL, 2005, p.13).

1.3 - Família, Cuidados e Redes Sociais em contexto transnacional.

A família é compreendida como processo e não estruturas fixas no tempo articuladas por diferentes trajetórias de vida, as quais se interseccionam e interagem por meio de categorias sociais, tais como, raça, gênero e classe (GOLDANI, 1990).

A constituição da dinâmica familiar em contexto transnacional passa pela necessidade de entender não apenas o compartilhamento cultural, mas as diferenças, contrastes e conflitos culturais produzidos internamente pelas nacionalidades em conjunções nessa instituição, ou seja, como a produção interna dessas diferenças impacta a organização de grupos sociais como a família na fronteira Brasil/Venezuela e processo de ressignificação identitárias. Refletir sobre a família em um contexto transnacional, requer considerar as peculiaridades deste espaço. Assim, a fronteira Brasil/Venezuela não é compreendida, apenas como “o espaço local em que essas famílias vivem, mas como rede de relações sociais efetivas que mantêm, independentemente de restringirem à área local ou ultrapassarem suas fronteiras” (ELIAS, 2000, p.196).

O deslocamento e o trânsito modificam a estrutura familiar que é afetada pela dinâmica social dos contatos e estratégias utilizadas para manutenção ou reorganização familiar. O sentimento de pertencimento à família está ligado à qualidade das relações sociais atualizadas em fluxos constantes, estratégias de vínculos à distância ou por trocas materiais e simbólicas, não necessariamente, pela permanência em um mesmo espaço geográfico (LOBO, 2010; SCOTT, 2011).

As relações familiares aqui analisadas não se restringem apenas aos laços de consanguinidades, mas também aos elementos simbólicos que constroem e fortalecem as relações familiares. A noção clássica de parentesco utilizada na antropologia, abre espaço neste trabalho para o termo “conectividade” (*relatedness*) proposto por Janet Carsten (2004) na perspectiva de analisar a produção de novas formas de relações familiares compostas por afinidades e solidariedades construídas simbolicamente (CARSTEN, 2004).

Essa nova abordagem sobre família, inaugurada pela crítica feminista passa a perceber a família como um processo social ideológico e historicamente produzido e não mais como unidade natural atrelada a processos biológicos. Esta nova concepção traz também novos desafios, dentre eles, o de romper com a idéia da família enquanto unidade autocontida (autônoma ou isolada), e perceber a importância de políticas sociais e outras forças nacionais ou globais que perpassam as relações interpessoais desta instituição (FONSECA, 2007, p.13).

A compreensão da família transnacional vai além do conceito tradicional, entendida como famílias agrupadas por vínculos de consanguinidade e aliança, em que parte de seus membros permanece no país de destino do migrante, mantendo vínculos econômicos, por meio de remessas, e ao mesmo tempo em que reorganiza os vínculos afetivos se comunicando freqüentemente, estabelecendo projetos de vidas comuns, e desenvolvendo novas formas de socialização e estruturação familiar (PUYANA, MOTHOA Y VIVIEL, 2009, p.47).

Tais elementos devem ser considerados, no entanto, também se faz necessário ampliar o conceito dissociando a centralidade da fixação dos membros da família em diferentes territórios nacionais. É preciso considerar as formas de vinculação de seus membros aos diferentes territórios nacionais mediadas por distintas maneiras de pertencimento, mas que não estejam ligadas, apenas e necessariamente ao vínculo com o parente em outro país, mas, à lógicas simbólicas de pertencimento, tanto aos grupos familiares, como à nação.

A noção de “famílias em movimento”, de Claudia Fonseca (2007) corrobora para reflexão das articulações familiares transnacionais, uma vez que situa a família política e historicamente tornando evidente o quanto variam as experiências conforme as circunstâncias específicas de classe, barreiras nacionais, hierarquias e prestígios numa situação de migração. A autora ressalta a importância de fatores contextuais na negociação da identidade- familiar, étnica e nacional (FONSECA, 2007, p.22- p.25).

A expansão da mobilidade transfronteiriça contribui para o estabelecimento de redes sociais pela família, por meio das relações de comércio, trabalho, serviços públicos, lazer, parentesco, vizinhança e de religiosidade, tecendo deste modo o trânsito na fronteira. A família neste cenário tornar-se um projeto que é constantemente construído e reavaliado pelos seus membros com vistas a atualizar estratégias de proximidade e distanciamento. Logo, a conexão da família a diferentes redes sociais assume diversos arranjos. Nesta perspectiva, as articulações familiares na ótica de gênero na migração contribuem para elaboração de um novo conceito denominado formas familiares transnacionais, cuja ênfase é dada ao processo de deslocamento experimentado pelos membros da família, que não está restrito apenas a aspectos geográficos de circulação, mas às subjetividades construídas na interação entre indivíduos em distintos territórios nacionais (PUYANA VILLAMIZAR, 2009). Designadas neste trabalho de articulações familiares transnacionais, a fim de reforçar a diversidade ações empreendidas para constituição das redes familiares mais que a forma propriamente dita da constituição familiar no espaço transnacional.

Neste sentido, as articulações familiares transnacionais assumem diversos padrões e são entendidas aqui, não apenas pelo fato dos membros da família residirem em países diferentes e estabelecerem contato e vínculos afetivos, mas também, por se constituírem de membros de distintas nacionalidades que transitam física e simbolicamente entre territórios e culturas diferentes.

A migração é um processo dinâmico de construção e reconstrução de redes sociais que estruturam a mobilidade espacial e a vida laboral, social, cultural e

política da população migrante de seus familiares, amigos e comunidades nos países de origem e de destino (GUARNIZO, 2006, p.81). A família tem um papel central na constituição dessas redes na perspectiva transnacional, uma vez que cria e recria novos vínculos entre os países, entre sujeitos alterando padrões sociais desde a estrutura familiar às relações de gênero (CASTRO, 2007).

As redes sociais são percebidas como pautas de relações vinculantes e compartilhadas com significados comuns, ordenando interações com sistemas abertos, recíprocos e multicentrados (DABAS, 1999, p. 3). Assim, os laços interpessoais de amizade, comunidade de origem, familiares e outros se desenvolvem em uma rede de obrigações e reciprocidades possibilitadas pelo autodinamismo do processo migratório em situações transitórias, descolamentos contínuos entre fronteiras e, em casos mais permanentes de fixação no país de destino (FARAH, 2005).

A família historicamente é considerada um dos pilares fundamentais da constituição das redes sociais de apoio. De acordo com Jablonski (1991), em grande parte da história da humanidade, o indivíduo viveu atrelado a unidades constituídas por grupos familiares, assegurando a própria vida por meio de proteção, subsistência, afetividade, entre outros aspectos, articulados à existência de um grupo familiar.

No entanto, ao longo da história a rede de apoio familiar vem sofrendo profundas transformações, reflexo da emergência de novas formas familiares. O modelo de família nuclear ligada a aspectos biológicos, patrimoniais e a fixação ao mesmo território, articulada a uma extensa rede de parentela, cujo poder de decisão estava centrado na figura do pai e dos cuidados a figura da mãe é modificado. Atualmente, a família é menos hierarquizada, cuidados e subsistência são mais compartilhados entre homens e mulheres, a função de unidade econômica divide espaço entre seus integrantes com a relação pessoal e afetiva e a coabitação não significa necessariamente, sinônimo de viver em família.

A família passa a ser considerada uma unidade mediadora das relações entre sujeitos e coletividade, produzindo formas comunitárias de vida associada à escolha de indivíduos em conviver por razões afetivas e que exigem compromissos de cuidados mútuos (PAUGAM, 1999; SZYMANSKI, 2002).

As redes sociais articulam diversas idéias e múltiplas práticas em relação às demandas de cuidados familiares. As formas de organização e gestão transformam a subjetividade das pessoas, o que significa também mudanças nas suas famílias e no seu meio social. Este processo de construção coletiva tende a modificar as relações sociais e se sustenta na ação que cada indivíduo deve realizar com relação ao contexto social (DABAS, 1993). Em outras palavras, a rede social de apoio organizada pela família e a constituição familiar influenciam tanto na interação, quanto nas formas de pertencimento e identificação com os demais grupos sociais.

As redes e demandas de cuidados familiares possibilitam a transformação de papéis dentro e fora da família, por meio da prática cotidiana relacionada à reciprocidade e à convivência tecendo novas formas de se ver e perceber o outro, unidas pela identificação e compartilhamento de demandas comuns. Deste modo, a compreensão das redes sociais ou de pessoas nas articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/ Venezuela são significativas, à medida que descortinam novas reconfigurações identitárias, por meio da interação regular de sujeitos sociais que dialogam e “trocam sinais que os corporizam e os tornam reais” na/entre fronteiras físicas e simbólicas (SLUZKI, 1997, p.15)

O cuidado representa troca de afetos, bens materiais, econômicos e simbólicos. O cuidado é uma ação e relação entre pessoas que se constitui em diferentes espaços, sendo um deles o da família (LÉON, et. al., 2011). Segundo Léon (2011, p.2-3) a produção científica nas migrações internacionais vem trazendo a tona o tema dos cuidados desde a década de 1990 numa perspectiva transnacional e gênero. Assim, as relações de cuidados discutidas neste trabalho transcendem Estados - Nação, ao mesmo tempo que são analisadas numa perspectiva de gênero, possibilitando o reconhecimento de peculiaridades da migração feminina como um fenômeno que se diferencia da migração masculina.

Neste sentido, no segundo capítulo, problematizarei brevemente os diferentes usos de categorias que definem o migrante no campo institucional e político, além de descrever a minha trajetória de pesquisa de campo, detalhando os diferentes períodos de coleta de dados, fontes consultadas e os desafios enfrentados.

CAPÍTULO II- EU, O *OUTRO* E O CAMPO: TRAJETÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO E METODOLOGIAS UTILIZADAS

O processo migratório na literatura sobre o tema é um fenômeno problematizado não apenas do ponto de vista econômico e estrutural, mas também cultural. Isto reflete frequentemente na tônica entre as funções de categorias analíticas e a imprecisão de categorias legais impostas por regimes governamentais que colaboram na legitimação de incongruências entre direitos e proteção dos migrantes.

A importância política destas categorizações não se limita apenas à ampliação e/ou redução de acesso a direitos por essas pessoas, mas a própria omissão de uma realidade plural e singular que tem como base a mobilidade humana. Os dados oficiais constroem uma realidade fictícia que legitima políticas sociais estabelecidas pondo em xeque o atual papel do Estado e dos elementos de coerção e liberdade nas migrações internacionais contemporâneas.

Deste modo, me aproprio de dados oficiais no espaço estudado oriundos de categorias estanques baseados em parâmetros legais e razões dicotômicas, tais como forçada/voluntária, documentado/indocumentado, entre outros para ilustrar a ambigüidade dos dados sobre migração internacional. No entanto, compartilho o pensamento de Aydos (2011), compreendendo “como categorias duras que não conseguem capturar a complexidade das motivações humanas e de tomadas de decisão para migrar” (2011,p.20).

Por isso, o conceito de *migração* nesse estudo compreende a designação global que retrata a realidade vivenciada pelos sujeitos que transitam entre geografias e culturas de outras nações diferentes das suas. O termo migração, embora contemple tanto o processo de emigração como de imigração, a centralidade que quero apreender nesta definição é a do trânsito permanente, no sentido de não fixidez em um espaço físico que pressupõe a saída de um ponto e a chegada a outro; aqui no caso estudado, saída do país de origem e chegada a um país de acolhimento, mas principalmente ressaltar o permanente estado de trânsitos,

mobilidades que intensificam a troca de símbolos culturais e identitários (TRINDADE, 1995, p. 33).

Os migrantes nas múltiplas adjetivações concedidas no trânsito constante na e, entre fronteira nos Estados Nacionais passam a questionar as fronteiras físicas, culturais e sociais construindo relacionais familiares que perpassam a barreira da nacionalidade, língua, cultura e das próprias garantias de seus nacionais (PAIVA, 2007, p.23). Assim, me esforçarei em descrever a seguir o caminho trilhado para construção desse trabalho e de que modo os dados coletados são apropriados para evidenciar a realidade estudada.

2.1 O caminho trilhado: Pesquisa de campo e dados coletados

Nesta pesquisa, me aproprio de uma série de informações fruto de distintos períodos do mesmo *locus* de investigação, as quais constituem fontes fragmentadas que se complementam na apreensão da realidade fronteiriça. Deste modo, é importante explicitar diferentes momentos de minha trajetória acadêmica em que me aproximo com tema na perspectiva de delinear um panorama geral das diferentes fontes apropriadas neste estudo.

No ano de 2006, fui bolsista por um período de seis meses do projeto “Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais de Economia Solidária”, vinculado ao Programa de Iniciação Científica Institucional- PICI/ UFRR. Durante esse período, entre os meses de junho a dezembro do mesmo ano, realizei pesquisa de campo em cinco bairros populares do município de Boa Vista: Alvorada, Jardim Primavera, Santa Tereza, Cauamé e Caranã, junto a mulheres de baixa renda, de grupos solidários que desenvolviam atividades de geração de renda como alternativa econômica e que participavam paralelamente de iniciativas do Programa de Economia Solidária do governo brasileiro e de fóruns de discussões sobre o mesmo tema, em âmbito local. O objetivo era analisar o processo de organização dos grupos solidários de mulheres nos bairros populares do município de Boa Vista

e sua influência nas transformações das relações de gênero no cotidiano de suas integrantes, resultando no trabalho monográfico intitulado “Na Berlinda da Sobrevivência: Experiência de grupos solidários de mulheres de bairros populares em Boa Vista”.

As trajetórias de vida dessas mulheres revelaram semelhanças entre alguns aspectos de suas vidas, tais como, socialização familiar, processo migratório e relações de trabalhos vinculados direta e indiretamente com o garimpo. Este foi o meu primeiro contato com os temas família, migração e, conseqüentemente, em virtude da localização geográfica, com a fronteira.

Deste modo, parte das narrativas, fruto dessa investigação, aparece neste trabalho com o objetivo de descrever o impacto do processo migratório na vida dos familiares que se mantêm no Brasil, especialmente, o reflexo desse projeto nas transformações das relações de gênero e na domesticidade familiar.

O segundo momento de inserção em campo tratando de temas ligados a essa pesquisa foi entre os meses de novembro de 2007 e outubro de 2008, em virtude da pesquisa monográfica da especialização em História Regional da Universidade Federal de Roraima, realizada no espaço transfronteiriço circunscrito pelas cidades de Santa Helena de Uairén, estado Bolívar na Venezuela, e Pacaraima, estado de Roraima no Brasil. O objeto desta monografia era a análise das reconfigurações das identidades de gênero das trabalhadoras transfronteiriças, considerando o contato entre distintas culturas promovido pelo deslocamento para o trabalho entre as cidades fronteiriças.

Nesse período, embora a ênfase da pesquisa não fosse à família, o tema ganhou centralidade nos relatos de minhas entrevistadas que constantemente vinculavam o projeto migratório a rede de cuidados familiares no Brasil. Para desvendar tal realidade, me apropriei da história oral enquanto instrumento metodológico, através da utilização da noção de trajetória de vida proposta por Bourdieu (1996) que a considera como uma noção útil para análise, pois conduz “a construção de uma série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um

mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 189). O autor rejeita a noção de história de vida que é considerada uma “ilusão biográfica”, pois para o mesmo ela não dá conta de abordar os vários agentes sociais ocupados pelo mesmo indivíduo na sociedade, em diferentes campos ou papéis sociais (mulher, mãe, liderança, dona de casa, profissional). Assim, fragmentos dessas narrativas também foram utilizados com objetivo de descrever tanto as estratégias acionadas na manutenção familiar, quanto os reflexos desse projeto migratório na reconfiguração das identidades de gênero e nacionais dentro da família. Assim, aproveito fragmentos das narrativas que constituem essas trajetórias de vida para ilustrar o reflexo do processo migratório entre os familiares que ficam no Brasil.

O terceiro momento da minha aproximação com o tema foi durante a pesquisa *Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan-Amazônica*, financiado pelo CPNQ e ligada ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON, da Universidade Federal de Roraima, do qual participo sob a coordenação da professora Francilene dos Santos Rodrigues. A pesquisa foi realizada durante os anos de 2009 e 2011, no Estado Bolívar, na Venezuela, em especial na cidade fronteira de Santa Elena do Uairén e nas regiões e localidades de garimpos Las Claritas e Km 88¹. O objeto desta pesquisa foi o processo migratório na transfronteira norte do Brasil (Roraima - Pacaraima) e sul da Venezuela (Bolívar - Santa Elena do Uairén), com ênfase nas configurações das redes sociais, nas condições de vida e relações de trabalho dos brasileiros na Gran Sabana, estado Bolívar (Venezuela).

Esse período perpassa minha inserção no Programa de Pós- Graduação em Antropologia Interinstitucional UFRR/UFPE, me propiciando subsídios de campo e de orientação teórica para análise dos dados coletados. Assim, utilizo dados empíricos dos questionários com perguntas fechadas e semi-abertas realizados

¹ Região de garimpo conhecida popularmente como km 88 por está localizada a 88 km da cidade de Santa Élena do Uairén.

entre homens e mulheres durante essa pesquisa (anexo 01), além de dados analíticos resultantes do relatório final de pesquisa.

Por fim, apresento os dados coletados objeto desta dissertação, os quais foram coletados em distintos tempos de permanência na fronteira Brasil/ Venezuela durante o período de agosto 2012 a janeiro de 2013, variando entre dois a quinze dias ininterruptos de permanência na fronteira. Durante esse período realizei entrevistas e visitei órgãos oficiais que evidenciam a realidade das articulações familiares transnacionais constituídas de migrantes brasileiros, tais como, consulados, cartórios e órgãos de controle de fluxos de estrangeiros. Embora tenha realizado parte das entrevistas no município brasileiro de Pacaraima, houve predominância de entrevistas em Santa Elena do Uairén, dado o destaque a experiência migratória de brasileiros na Venezuela e a própria dinâmica local, na qual é marcada pelo deslocamento de brasileiros para o trabalho na cidade fronteiriça venezuelana, mesmo quando moram em Pacaraima.

Com o projeto de pesquisa definido meu desafio agora era estabelecer uma nova relação com o campo e com as pessoas que me conheciam sobre outros padrões de referência, *paisana*, amiga da família e amiga de amigos da família. Nesse contexto, percebi que as pessoas com quem não mantinha nenhum contato com os demais membros da família se sentiam muito mais a vontade para descrever a trajetória familiar do que as pessoas com quem, de alguma maneira mantinha contato ou referência da família no Brasil.

O contato com os (as) interlocutores (as) não seguiu uma agenda formal de entrevistas, mas foram realizadas conversas informais, que mesmo gravadas, não adotaram um roteiro rígido, ao contrário, a ênfase foi delineada pelo que os (as) entrevistados (as) davam maior importância, ligados especialmente a aspectos da vida cotidiana fronteiriça, articulados a família e ao processo migratório.

Durante a pesquisa na perspectiva de buscar uma relação de diálogo com as pessoas que participaram e a abordagem teórica utilizada no decorrer da construção do objeto “deixei o campo falar” (EVANS- PRITCHARD, 1978). Assim, com o olhar

treinado, não segui parâmetros metodológicos rígidos de abordagem, ouvi as pessoas no molde entrevistas ou conversas informais que se encontravam na situação de interesse da pesquisa, ou seja, vivenciando articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela, considerando que o trabalho de campo teve influência direta nas perguntas questionadas e no desenvolvimento da pesquisa.

Por outro lado, ao mesmo tempo aproveitei as entrevistas realizadas em situações mais formais feitas em ocasiões anteriores por meio de outras pesquisas, conforme mencionada anteriormente. Também elaborei uma série de genealogias fragmentadas (anexo 02) para aprofundar casos específicos, além de consultar diversas fontes formais, informações estatísticas que tratavam sobre esses dados, tais como, os registros escolares em comparação ao Censo Escolar e Censo demográfico do IBGE. A intenção era demonstrar a forma como os migrantes eram quantificados nos dados estatísticos oficiais. Outras vezes, não eram necessariamente dizer quantos, mas demonstrar o meu problema por meio da proporção na esperança de dar visibilidade a essa dimensão.

A extraordinária complexidade dos dados numéricos em relação à migração e suas debilidades do ponto de vista do registro da realidade social deste espaço foram de suma importância na compreensão da dinâmica fronteiriça à medida que comparado os dados empíricos coletados descortinou relações sociais que não obedece à geopolítica institucional estabelecida, mas a geopolítica dos espaços de prestígios e reciprocidades estabelecidos pela convivência e a interação social na fronteira.

As contradições entre os registros da quantidade de migrantes, categorizações e acesso as políticas públicas não são os únicos desafios quando se analisa a realidade fronteiriça registrada pela ótica da administração pública desses países, especialmente, quando se considera a precariedade da estrutura administrativa fronteiriça.

Na fronteira venezuelana, o registro de entrada e saída de estrangeiros é realizado de forma manuscrita em livros-atas, contendo nome, documento de identificação do brasileiro, número do passaporte, profissão, motivo da viagem e o período de concessão dos vistos. A cada duas semanas, de acordo com as normas estabelecidas pela Divisão Operacional ligada a Direção de Migração e Zonas Fronteiriças, subordinada ao Ministério das Relações Exteriores e da Justiça na Venezuela, esses registros são encaminhados para sistematização dos dados em planilhas digitais, porém durante a pesquisa de campo realizada no mês de janeiro de 2013 ao acessar o sistema pude verificar que não constavam os dados referentes aos registros dos últimos quatro meses do ano de 2012.

A mesma realidade se aplica ao Cartório de Registro Civil em Santa Elena do Uairén, o qual realiza as certidões de nascimentos e matrimônios em livros-atas que ficam armazenados em arquivo no próprio cartório. Deste modo, também tive que desprender uma semana durante a pesquisa de campo para sistematização do número de certidões de casamentos de brasileiros (as) com venezuelanos (as) e certidões de nascimentos de filhos de pais brasileiros (as) com venezuelanos (as) formalizados na instituição. Por esse motivo, não evidencio a análise nas categorias jurídicas de matrimônios na Venezuela, mas sim na dimensão no número de conjugalidades formalizadas, apontando, portanto, para importância na diversidade dos arranjos familiares.

Esses dados demonstram determinadas compreensões das dinâmicas fronteiriças, por isso, não serão abonados neste trabalho, à medida que permitiram retratar a dinâmica fronteira pela própria omissão dos dados nas fontes oficiais. Logo, não pretendo aqui discutir a confiabilidade dos registros oficiais, sobretudo, tratando-se de fronteira local em que grande parte das pessoas vive na informalidade e convivem com regras sociais negociadas, paralelas às regras dos Estados-Nação.

A genealogia foi outro método de pesquisa utilizado com o objetivo de compreender o parentesco e a família, não apenas articulado a relacionamentos constituídos por laços consanguíneos, mas por afinidades e solidariedades

construídas simbolicamente (CARSTEN, 2004). Este foi um aspecto desafiador do campo porque, as pessoas em geral, não compreendiam o meu interesse em conhecer a constituição de suas famílias e a relevância dessas informações na arena científica e acadêmica. A genealogia terminou servindo como um passo para que as pessoas falassem de elementos da sua privacidade e de suas famílias, mesmo havendo algumas pessoas que não quiseram fazer isso, foi uma maneira de entender a construção de papéis dentro da família.

Assim, optei em realizar genealogias fragmentadas ao invés de genealogias por completo, porque julguei que o tempo necessário para fazer uma boa genealogia iria de alguma maneira diminuir a possibilidade de ouvir um número maior de pessoas, que para as finalidades deste estudo seria mais importante do que me aprofundar apenas em um único caso.

As entrevistas foram baseadas em perguntas relacionadas à vida pessoal e afetiva, articulada a trajetória migratória e familiar das pessoas. Com base nos fragmentos de genealogias construídos as informações ora apresentadas estão ligadas tanto a lembranças e estreitamentos de laços afetivos, quanto ao acionamento de estratégias de comunicação com outros membros da família que permitiram reconstituir sua rede de parentesco. Exemplificados por contatos telefônicos, visitas aos parentes no Brasil e/ou dos parentes brasileiros na fronteira e pela utilização de redes virtuais de relacionamentos.

As descrições das genealogias foram marcadas pelas dificuldades de descrever a família pelos(as) interlocutores(as), especialmente, pela falta de contatos permanentes dos(as) migrantes com a rede de parentesco mais ampla, tais como, tios, tias, primos, sobrinhos e avós no Brasil, assim como, pela imprecisão de datas de eventos que envolviam as variáveis, natalidade, mortalidade e nupcialidade das últimas gerações.

Dentre a falta de informação a respeito da família. Ela se diferencia de acordo com a idade do informante e o tempo de fixação na Venezuela. No caso dos informantes mais idosos a falta de informações sobre a família está ligada a perda

do contato com a família ampliada o que dificultou descreve as últimas gerações, representada pelos(as) filhos(as) e netos(as) dos irmãos, entre outros. Já entre os mais jovens estão relacionadas às primeiras gerações, quais tiveram pouco ou nenhum contato com os parentes no Brasil. No entanto, vale ressaltar que entre os mais jovens, existe um resgate e uma manutenção de laços afetivos mais frequentes com os parentes no Brasil, consolidada por meio de mecanismos tecnológicos de interações sociais.

Deste modo, a caracterização das famílias será apresentada por meio tanto de dados extraídos dos fragmentos de genealogias construídos, quanto de dados estatísticos de instituições oficiais no esforço de delinear um panorama mais amplo que articule contexto familiar e projeto migratório. Assim, a realização das genealogias fragmentadas permitiu a construção das “trajetórias dos cuidados familiares”, ou seja, com base nos relatos foi possível ter conhecimento da experiência previa do cuidado compartilhado e da manutenção de estratégia para garantia dos cuidados por esses e essas migrantes (LÉON, et. al, 2011).

A identidade de pesquisadora também esteve em jogo no momento da realização da pesquisa. Frequentemente era classificada de diferentes maneiras por meus interlocutores ao longo da pesquisa de campo. Em alguns momentos, fui vista como policial federal em virtude do meu interesse em conhecer as dinâmicas matrimoniais dos casamentos de brasileiros (as) com venezuelanos(as). Outras vezes, como funcionária do serviço de migração brasileira, o que acarretava desconfiança e medo de algumas pessoas em revelar suas trajetórias quando não se encontravam em situação regular no país. Mas as situações de desconfianças em quase todas as entrevistas foram desfeitas quando era apresentada por um (a) *nativo (a)* como professora ou estudante brasileira vinculada à instituição de pesquisa do norte/nordeste do país, o que também os sensibilizaram para realizar a pesquisa, uma vez que passavam a considerar o grande distanciamento geográfico da instituição acadêmica a qual estava representando quando dava ênfase ao vínculo com a UFPE.

A indicação de entrevistados (as) por outros (as) entrevistados (as) também foi de suma importância à medida que passavam a me perceber como alguém de suas redes sociais. Isso possibilitava um maior estreitamento de laços e de confiança durante a entrevista. No entanto, em alguns casos fui percebendo que marcar uma entrevista com antecedência, com base na indicação e contato de um mediador por outro interlocutor, nem sempre era a melhor estratégia de pesquisa. Por isso, algumas narrativas são frutos de entrevistas realizadas sem horários marcados, em um momento em que o interlocutor estava disponível, realizadas em restaurantes, hotéis, praças e centros comerciais de Santa Élena do Uairén e Pacaraima.

O fato de realizar a pesquisa também gerava certa expectativa junto aos entrevistados, que vislumbravam em mim a oportunidade de reivindicar demandas específicas de políticas públicas no Brasil, especialmente, ligadas à Previdência Social e ao Sistema de Saúde. Também cabe afirmar, que recordar o passado da vida familiar não é uma tarefa fácil. Em alguns casos, significa lembrar situações traumáticas e dolorosas que o sujeito não estava predisposto a recordar. Quando aconteciam as narrativas, geralmente, eram permeadas de emoção e sentimentos como solidão, remorso e tristeza.

Embora os silêncios de familiares tenham sido uma constante nas narrativas dos meus interlocutores (as) não foi um entrave na realização da pesquisa, uma vez que à medida que o diálogo se ampliava pude compreender por meio da omissão dos fatos quais os aspectos do âmbito familiar foram fortalecidos com o processo migratório e quais houve rupturas de laços de afetividades e pertencimento.

Portanto, o estreitamento de laços entre a pesquisadora e os interlocutores foi marcado por desafios de ordem subjetiva, histórica e social que envolvia ambos os sujeitos. Assim, pretendo nos capítulos seguintes apresentar a sistematização desses dados, com base em reflexões de categorias analíticas que descortinam a multiplicidade de sentidos que a família pode assumir de geração em geração intercruzando várias linhas da vida: trabalho, migração, agência do indivíduo, as quais não obedecem a um mesmo caminho e sim a possibilidades diversas, em

diferentes etapas da vida, em um contexto transnacional e intercultural (JOHNSON-HANKS, 2004).

Com base no diálogo entre as diferentes fontes, pesquisas e contextos, pretendo iluminar peculiaridades de elementos constitutivos da fronteira Brasil/Venezuela e das articulações familiares transnacionais. Assim, a composição dos capítulos seguintes é o resultado da conjunção das diversas fontes, quando necessário farei referência às fontes específicas e quando estiver trabalhando uma multiplicidade de fontes ficaram evidentes.

Deste modo, no terceiro capítulo, com *olhar* próximo proporcionado pelo campo, pretendo realizar uma breve contextualização da fronteira Brasil/Venezuela e descrever elementos que caracterizam as articulações familiares transnacionais, expondo aspectos ligados as genealogias: fecundidade, nupcialidade, migração e mortalidade, os quais não só apresentam princípios universais da família, tais como: gênero, geração e parentesco, como também demonstram a diversidade de arranjos familiares promovidos pela mobilidade e pelos diferentes contextos sociais e culturais.

CAPÍTULO III- VIVENDO NA E ENTRE FRONTEIRAS: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A FRONTEIRA E AS ARTICULAÇÕES FAMILIARES TRANSNACIONAIS

3.1 - Fronteira Brasil/ Venezuela e o processo migratório

A migração internacional de brasileiros para Venezuela é pouco significativa na década de 1990, sendo 0,41% do total de estrangeiros vivendo na Venezuela (BAENINGEN, 2002). Segundo Rodrigues (2012) com base nos dados do INE - Instituto Nacional de Estática da Venezuela, em 1970-79 chegaram ao território venezuelano 700 brasileiros; em 1980-99 foram 1.742 brasileiros, o maior contingente desde 1939, representando um crescimento em torno de 148% em relação ao período anterior (INE, 2009). Ao final de 2000, o mesmo INE computou um total de 4.766 brasileiros vivendo na Venezuela.

Já o Ministério de Relações Exteriores (2009) estima que no ano de 2008 um total de 48.000 brasileiros vivem na Venezuela, baseados em informações acessadas por meio de levantamentos oficiais, estimativas feitas por organizações não governamentais e pesquisas conduzidas pela mídia, ou em projeções feitas pelas embaixadas e consulados do Brasil, geralmente com base em dados relativos à prestação de serviços consulares, tais como a emissão de passaportes e o registro de atos notariais.

Isso significa que atualmente a Venezuela representa o terceiro país da América do sul que mais recebe migrantes brasileiros, perdendo apenas para o Uruguai com 300.000 brasileiros e para Argentina com 49.500 brasileiros. Tal panorama reforça a nova tendência da migração internacional marcada pelo deslocamento fronteiriço e pela migração intrarregional, uma vez que esses países estão localizados da América e do Sul e fazem fronteira com o Brasil (MRE, 2009).

Já o contingente de venezuelanos vivendo no Brasil, representa um total de 2.297 migrantes, sendo 1406 homens e 891 mulheres, de acordo com IBGE (2010),

dos quais 418 vivem em Roraima, concentrando-se especialmente dos municípios de Boa Vista (343), Mucajaí (16), Pacaraima (13) e Caracaraí (10) (IBGE,2010).

Segundo esses dados (IBGE,2010), o fluxo e deslocamento de migrantes brasileiros para Venezuela é bem maior que em relação ao de migrantes venezuelanos para o Brasil. No entanto, vale salientar que os dados oficiais sobre a migração internacional, aqui especificamente de migrantes brasileiros, estão longe de retratar à realidade do processo de deslocamento. Em geral, essas informações não possuem controle rigoroso de sistematização e os dados identificados são de migrantes documentados. Isso se deve tanto a metodologia aplicada pelo órgão oficial de estatística da autoafirmação e, quanto ao contexto familiar transnacional que permite aos membros da família escolher uma nacionalidade em detrimento da outra no formulário da pesquisa, além da condição de migrante irregular.

Tal fato é ilustrado na pesquisa realizada pela estudiosa Elvia Elena Marcano (1990) nos livros de migração da DIEX – División de Extranjería Venezuelano, nos quais quase 70% dos estrangeiros que entram oficialmente na década de 1990, na Fronteira Brasil/ Venezuela eram brasileiros (MARCANO, 1996, p.136). No entanto, tratando-se da realidade fronteiriça é necessário considerar as estratégias utilizadas, especialmente pelos trabalhadores(as) transfronteiriços(as) de permanência no país, cuja metade do ano permanecem de forma regular e outra metade de formar irregular, atravessando a fronteira a cada três meses para o registro de entrada no Brasil na polícia federal e de saída na Venezuela na División de Extranjería, conforme narrativa:

Morei oito anos na Venezuela, nunca tive documento venezuelano. Sempre vinha e renovava o visto. Quer dizer: a gente nunca teve perseguição deles. Tive negócio e tudo e nunca tive nenhum problema. (mulher, natural de Pernambuco, 41 anos, 10 anos de experiência de fronteira, atualmente mora no município de Pacaraima, entrevista realizada em 17/01/2013).

Isso demonstra que a realidade da fronteira Brasil/ Venezuela localizada no município de Santa Elena do Uairén – sul da Venezuela e o de Pacaraima, no norte do Brasil, é marcada pelo fluxo constante de brasileiros. Cabe salientar que esse

fluxo de brasileiros na Fronteira Brasil/Venezuela, representa uma migração laboral de períodos e configurações históricas distintas.

Conforme Rodrigues (2009) esse fluxo migratório internacional na Fronteira Brasil/Venezuela é representado em três períodos distintos e associado aos períodos de declínio da garimpagem na Amazônia e, especificamente, em Roraima. O primeiro, em 1970, com o declínio da mineração na região do Tepequém e região nordeste do estado de Roraima. O segundo no movimento migratório foi marcado pela proibição da atividade de garimpagem no Brasil, atraindo muitos trabalhadores para Venezuela onde a atividade era legal, especialmente para o estado Bolívar fronteira com Estado de Roraima no Brasil. O terceiro momento do deslocamento de brasileiros para a Venezuela teve início em meados da década 2000. Este movimento migratório foi favorecido pela emancipação da Vila de BV-8 que passou a ser município de Pacaraima (1995)², além da perspectiva de criação da Zona de Livre Comércio, coincidindo, de acordo com as narrativas de minhas interlocutoras, com o período em que essas mulheres passaram migrar sozinhas em busca de trabalho e de acomodação para a família:

O que eles falam aqui (Santa Elena do Uairén), é que a maioria das brasileiras em um certo tempo, quinze, vinte anos atrás vem “buscando” tão falando que vem para trabalhar e também para melhorar de situação (mulher, natural de Amazonas, 50 anos, 10 anos de experiência de fronteira, entrevista realizada em 12/10/2008).

Neste sentido, é possível perceber que os dois primeiros fluxos migratórios para atividade laboral na fronteira são marcados pela presença majoritária de homens. Já o terceiro período também passa a ser caracterizado pela migração de mulheres com a inserção da mão de obra feminina no setor de serviços, especialmente do comércio e alimentação.

Arriscaria ainda, incluir um segundo elemento que marcou o terceiro fluxo migratório de brasileiros(as) para Venezuela: a regulamentação das formas de

² Segundo a lei estadual nº 096 de 17 de outubro de 1995 que cria o município de Pacaraima, fonte: www.servidor.rr.gov.br/, acesso em 05/08/2013.

provimento no serviço público no Estado de Roraima, que tanto contribui para incentivo de um fluxo de migração interno no Estado, quanto para deslocamento de trabalhadores(as) para a fronteira, uma vez que foram extintas as cooperativas de serviço que contratavam pessoas para trabalhar de forma terceirizada no setor público sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas.

Diante da exigência pelo poder judiciário para a regulamentação do acesso ao quadro de funcionalismo público do Estado por meio de concurso público, em 2004, cerca de 20 mil pessoas foram exoneradas sem nenhuma garantia de direitos. Em 2005, intensificou-se a migração de mão de obra mais especializada para o Estado de Roraima devido ao grande número de ofertas de vagas nos concursos públicos. Muitos dos(as) trabalhadores(as) exonerados(as) não conseguiram retornar ao serviço público, por meio de concurso público, principalmente trabalhadores(as) de baixa qualificação, como: auxiliares de serviços gerais, cozinheiras, motoristas, entre outros, recorrendo ao mercado de trabalho informal na fronteira Brasil/Venezuela.

Em Boa Vista morava com os dois filhos e o marido. Trabalhava como funcionária pública municipal na função de auxiliar de sala de aula. Em 2004 não passei no concurso público e perdi o emprego. Na mesma época em que fiquei desempregada me separei do marido. Aí misturou tudo: a minha separação e a dificuldade de trabalho. Aí eu vim pra cá a convite do meu irmão para trabalhar no comércio. Aqui a gente trabalha de domingo a domingo e como não tenho papéis nem férias tenho direito! Por isso que eles (comerciantes) gostam das mulheres brasileiras, porque são trabalhadeiras e topam realizar qualquer serviço. (mulher, 35 anos, natural Crateús/CE, moradora de Santa Élena há 9 anos, entrevista concedida em 06/10/2008)

Atualmente, o fluxo e o deslocamento de brasileiros para Venezuela continuam intensos, seja para atividade laboral, seja para fins turísticos ou atraídos pelo comércio, uma vez que a moeda venezuelana vem sofrendo declínio em relação ao real o que torna a compra de produtos na Venezuela bastante acessível aos brasileiros. Conforme o Servicio Administrativo de Identificación y Extranjería - SAIME, ligada à direção de migração em zonas fronteiriças, órgão subordinado ao Ministério do exterior e justiça da Venezuela foram registrados no posto fronteiriço de Santa Élena do Uairén a entrada de 32.799 brasileiros no ano de 2012,

representando 83,64% do total de estrangeiros que se deslocaram oficialmente na fronteira para a Venezuela.

Ainda com relação ao deslocamento de brasileiros na fronteira Brasil/Venezuela é possível constatar que o número de registros de entrada de brasileiros na Venezuela é maior em relação ao registro de saída durante quase todos os meses do ano, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: registro de entrada e saída de brasileiros na fronteira Brasil/ Venezuela no ano de 2012

Meses	Entrada Venezuela	Saída Brasil	Saldo Migratório
Janeiro	9310	7984	1335
Fevereiro	2942	3326	(-)384
Março	1328	939	389
Abril	1494	788	706
Maio	1503	846	657
Junho	1715	778	937
Julho	2907	1886	1021
Agosto	2042	947	1905
Setembro	1587	1130	457
Outubro	2242	1046	1196
Novembro	1754	1083	671
Dezembro	3975	1089	2886
Total	32799	21842	12160

Fonte: Servicio Administrativo de Identificación y Extranjería- SAIME

Esses dados revelam que há uma tendência de permanência de brasileiros na Venezuela, o que também caracteriza a migração fronteira, tendo em vista que em geral os migrantes brasileiros vivem na cidade fronteira de Santa Élena do Uairém ficam temporariamente irregulares no país, renovando o visto de turista duas vezes ao ano, em outros casos permanentemente sem renovação de vistos. A proximidade geográfica entre os dois países faz com que a condição de indocumentado(a) não tenha tanta centralidade para permanência e subsistência no país, uma vez que a qualquer momento podem recorrer a uma rede de ajuda do outro lado da fronteira ou, dependendo da pressão institucional, podem simplesmente renovar o visto de turista.

A migração de brasileiros para Venezuela se caracteriza como migração intrarregional e fronteiriça, tendo em vista que os brasileiros permanecem na rota dos países em desenvolvimento, atravessando o limite internacional e se deslocam alguns quilômetros até o país vizinho. Em alguns casos, no município de Pacaraima eles vivem bem próximos aos limites políticos e continuam vendo o território nacional do outro lado da divisa. Portanto, na seção seguinte apresentarei elementos que caracterizam as peculiaridades dos municípios fronteiriços e as diferentes estratégias acionadas pelos migrantes em espaço de trânsito e mobilidade.

3.2 - Contexto transfronteiriço: municípios de Santa Élena do Uiarén na Venezuela e Pacaraima no Brasil.

Figura 3: mapa da Fronteira Brasil/Venezuela



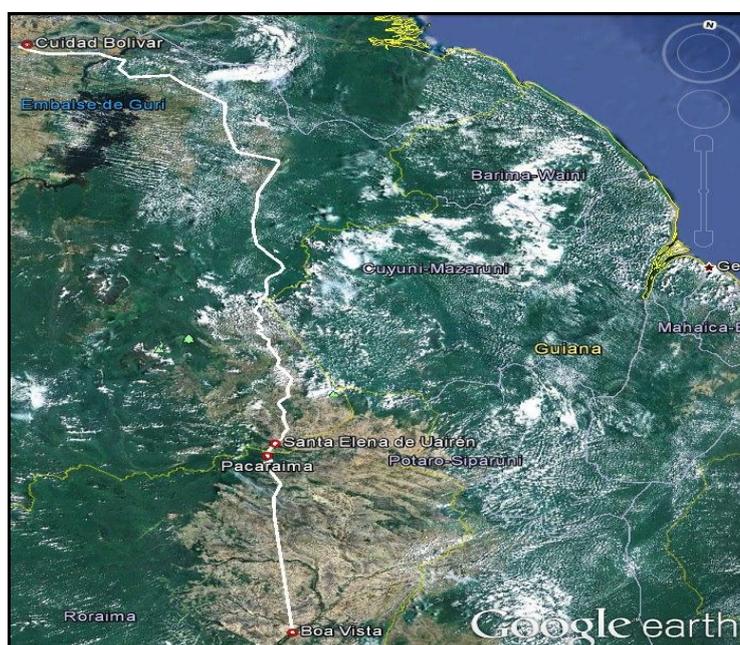
Fonte: www.boavista.rr.gov.br/conheca.php

As cidades transfronteiriças de Santa Elena de Uairén, no estado Bolívar na Venezuela e Pacaraima, no estado de Roraima no Brasil, estão separadas entre si por apenas 15 km de distância. Não obstante, a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén está localizada no Estado Bolívar – um grande pólo de indústrias de base,

diferentemente da realidade do estado de Roraima, que vive de repasse de recursos públicos federais e estaduais. A infraestrutura social de Santa Elena do Uairén é bastante precária em relação à Pacaraima, o que faz tanto os venezuelanos quanto os brasileiros que vivem nesta cidade se deslocarem até Pacaraima em busca de serviços públicos de saúde e educação³.

A própria localização geográfica de Santa Elena do Uairén, distante 700 km de sua capital, Ciudad Bolívar, diferentemente de Pacaraima, no Brasil, separada da capital Boa Vista por apenas 215 km (figura 04), contribui também para o deslocamento de habitantes de outras localidades vizinhas situadas em regiões de garimpo, Las Claritas, (km 88) e El Pauji (Icabarú), especialmente em casos de acesso a atendimentos e serviços de saúde que exigem maior infraestrutura, como cirurgias traumatológicas e partos.

Figura 4: Imagens de Satélite com a Visualização da Fronteira Brasil/Venezuela e as respectivas capitais dos Estados fronteiriços



Fonte: Google earth, 2013

³. Dados fornecidos em entrevista realizada no dia 10/05/2012 com a Secretaria estadual educação do estado de Roraima, Lenir Rodrigues Luitgards Moura.

A economia de Santa Elena gira em torno do comércio, da exploração dos centros de garimpagem, bem como do setor turístico que vem se incrementando. Deste modo, o mercado de trabalho disponível para o(a) migrante brasileiro(a) nesta cidade fronteiriça se divide entre setor comercial/serviços e mineração. E grande parte das mulheres migrantes se concentra no setor de comércio e serviços enquanto os homens, no setor de transporte e mineração.

O centro comercial de Santa Élena (figura 05) é marcado por um trânsito caótico, quando o aglomerado de brasileiros comprando nas lojas, especialmente nos supermercados e lojas de eletroeletrônicos, além da grande quantidade de cambistas venezuelanos e brasileiros distribuídos nas calçadas do centro comercial, trocando diversas moedas nacionais, sobretudo, real, Bolívar e dólar. O trânsito de turistas europeus e brasileiros também é constante, ocorrendo declínio dos primeiros em virtude da instabilidade política do país.

Figura 5: Rua principal do Centro Comercial de Santa Elena do Uairén



Fonte: pesquisa de campo em 07/09/2012

O perfil dos(as) trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as) são de homens e mulheres oriundos de camadas populares brasileiras, com grau de estudo que varia entre alfabetizado e ensino médio, embora haja profissionais liberais com graduação, tais como, médicos(as), enfermeiros(as) que na sua maioria, possui dupla nacionalidade em virtude de pertencerem a articulações familiares

transnacionais e/ou pertencerem a segunda geração de família de migrantes na fronteira Brasil/Venezuela (ELIAS, 2000).

Outro aspecto importante dos(as) trabalhadores(as) migrantes brasileiros(as) na fronteira Brasil/Venezuela diz respeito a circularidade migratório, uma vez que, predominantemente são de origem de centros urbanos menores, emergentes de uma trajetória de migração laboral interna no Brasil e tiveram a cidade fronteira de Santa Elena do Uairén como primeira experiência migratória internacional.

O uso das redes sociais de apoio para inserção no mercado de trabalho articulado ao processo migratório é um mecanismo acionado por grande parte dos(as) trabalhadores(as).

Para minha família vim meu irmão ia comprar a passagem porque era de maior e tinha carteira assinada e eu não tinha, não podia. Mas lá ele teve um desentendimento com os patrões dele e não pode comprar, ai eu comprei, ou seja, a minha patroa comprou no meu nome, naquele tempo eu não tinha CPF, já tinha dezoito anos e só tinha a identidade que tinha trazido de Teresina. Cheguei na fronteira em busca de trabalho. Por intermédio de uma amiga que já morava e trabalhava no BV8 (Pacaraima), pela qual soube das oportunidades de emprego no local. Mas, quando cheguei no BV8 percebi que, *era* pura ilusão, trabalho mesmo, só em Santa Elena. Então, passei a atravessar todos os dias a fronteira para trabalhar. (mulher, natural do Maranhão, 40 anos, lojista, moradora de Santa Elena do Uairén há 18 anos, entrevista realizada em 13/03/2008)

Na real, na real eu não vim para Santa Elena logo, a minha irmã veio para Pacaraima montar uma padaria na rua principal, então ficou me aperreando para vim trabalhar com ela na padaria, ai eu vim e conheci meu atual marido e vim para Santa Elena Ele é venezuelano tenho 12 anos com ele. Antes tinha uma loja de roupas em Pacaraima, devido o câmbio muito difícil preferir fechar e vim para cá porque como já tinha casa aqui, montei um negócio em casa e uma vez por semana venho para cá (feira- livre no mercado municipal). (mulher, 48 anos, natural do Amazonas, vive há 12 anos em Santa Elena do Uairén, entrevista realizada em 18/01/2013)

Vim para Venezuela, porque minha família que já morava aqui. Minha mãe mora há 20 anos e tantos anos, quase 30 anos. Mas só meus irmãos tem a dupla nacionalidade. (mulher, natural de Boa Vista, 37 anos, vive há 7 anos em Santa Elena do Uairén, entrevista realizada em, 15/01/2013).

Porém, o que difere da circularidade interna é que a ajuda não está limitada ao espaço geográfico do país de destino, mas ao fornecimento de informações prévias de quem viveu aquela realidade e retornou ao país de origem. A proximidade

da fronteira geográfica é um dos elementos para o fortalecimento do trânsito entre os países, uma vez que os custos com o deslocamento são mais baixos.

Os migrantes brasileiros se concentram principalmente na área urbana da cidade de Santa Élena do Uairén e em bairros, predominantemente, povoados por brasileiros, sobretudo, os mais novos, frutos de ocupação irregular, tal como bairro Kewey II. Nesses locais é comum a utilização do idioma português e espanhol, com programas de rádios locais realizados totalmente em português, além do acesso a canais de televisão brasileiros, as músicas, a culinária e a tradições culturais do Brasil, tal como o carnaval:

Tinha programa de rádio em português que tenho até hoje, em Santa Élena do Uairén com música brasileira para os brasileiros. (mulher, venezuelana, natural de Porto Ordaz, 30 anos, viveu 10 anos no Brasil, atualmente mora há 05 anos em Santa Elena do Uairén, entrevista realizada em 09/01/2013).

Não havia orquestra, não havia música, não havia nada, fomos nós que organizamos. Eu e Neide. Era puro brasileiro e queríamos fazer um carnaval. Tinha um compromisso aqui (Santa Elena do Uairén), porque eu preparava uma boneca de três metros e meio para animar o povo aqui e fazer o carnaval! (homem, natural do Amazonas, 81 anos, vive há 31 anos em Santa Elena do Uairén, entrevista realizada em 15/01/2013)

A escola enquanto uma instituição que compõe a construção da nação moderna também foi fundamental na caracterização do espaço transfronteirico. Diariamente crianças, adolescentes, jovens e adultos atravessam a fronteira para estudar em escolas públicas de ensino fundamental e médio no município de Pacaraima. O governo do estado de Roraima fornece transporte escolar que se desloca até o município de Santa Elena do Uairén. A partir de 2008, com a implantação do pólo da Universidade Estadual de Roraima- UERR, os alunos universitários também se descolam diariamente na fronteira para realizar a graduação ou cursos de extensão de língua portuguesa.

Na tentativa de caracterizar o perfil destes estudantes que deslocavam na fronteira Brasil/Venezuela, especialmente para mapear os membros de famílias transnacionais, recorri ao Censo escolar brasileiro (2011), uma que o Censo Escolar, referente ao ano de 2012 ainda estava em fase de sistematização. Ao analisar os dados sistematizados foi possível verificar que tal diversidade de identidades

nacionais/ étnicas dos alunos não se refletia nas informações compiladas, ou seja, de acordo com censo escolar (2011) não existe nenhum aluno estrangeiro nas escolas públicas no município fronteiriço de Pacaraima. Diante de tal informação e intrigada pelos dados revelados no censo escolar e a realidade apresentada na transfronteira, procurei a secretaria Estadual de Educação de Roraima.

Com base no cruzamento de dados de diferentes setores desta instituição e da pesquisa de campo no município de Pacaraima, especificamente na escola Estadual Indígena Guilhermina Fernandes e na escola Estadual Cícero Vieira, os dados nos descortinaram outra realidade, marcada por lógicas de pertencimentos e negociações identitárias, as quais a formação familiar tem centralidade.

No primeiro momento, foram analisados os dados fornecidos pelo setor de transporte da Secretaria Estadual de Educação, tais como, como nomes de estudantes de origem hispânica versus número de alunos que utilizam o transporte escolar diariamente para atravessar a fronteira Brasil/Venezuela. Cruzando tais dados verificamos que a Escola Estadual Cícero Vieira Neto possui um total de 160 alunos que utilizam o transporte escolar destes 88 (quase 50%) dos alunos, trazem em seus registros de nascimentos nomes de origem da língua hispânica (Zorrilla, Perez, La Riva Valencia, Yanez Gonzalez, Grados Grillo, Cantillo, Naranjo, Suarez Rojas, Artal, Guerrero Camarillo, Delgado Plaz, entre outros).

Detectada tal característica realizei uma visita na Escola Estadual Cícero Vieira Neto, onde tive acesso, na secretaria da escola, às pastas de documentos de cada estudante regulamente matriculado. De acordo com o censo escolar de 2011 a escola possui o total de 809 alunos, dos quais 56 são classificados “como sem documento”. Após realizar a pesquisa documental na escola identificamos um total de 60 alunos estrangeiros e deste universo, 58 são venezuelanos e 02 Libaneses.

Outro aspecto revelado durante a análise das pastas de documentos dos alunos foi o local de domicílio. Foi possível identificar 131 alunos residentes no município venezuelano de Santa Elena do Uairén, ou seja, 16% do total de alunos

regularmente matriculados se deslocam diariamente para estudar entre a fronteira Brasil/Venezuela e deste total 7,4% são estrangeiros.

Para que o estudante seja identificado como estrangeiro no censo escolar sua certidão de nascimento deve passar pela tradução juramentada, que em geral é muito cara, para em seguida ser encaminhada para a Auditoria de Ensino do Sistema Educacional Estadual para a validação, o que dificulta ainda mais a legalização da documentação de estrangeiro. O recebimento da documentação pela escola, não obedece, em sua totalidade os trâmites burocráticos estabelecidos pela legislação brasileira, uma vez que admite a documentação estrangeira dos estudantes sem tradução juramentada. Em contrapartida, a identificação destes alunos no censo escolar, como “sem documento” permite que sejam contabilizados no repasse de recursos para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB.

O vínculo à escola, mesmo sem documentação brasileira, amplia o acesso a políticas públicas destes estudantes no Brasil, visto que a frequência escolar dos filhos de famílias de baixa renda é utilizada como pré-requisito para a permanência em políticas sociais como o Programa Nacional de Assistência Social da Bolsa Família e o Programa Estadual de Distribuição de Renda Crédito Solidário. Deste modo, a frequência escolar é monitorada via repasse de informação da Secretaria Estadual de Educação ao Sistema do Cadastro Nacional de Assistência Social.

Por outro lado, a ampliação do acesso a políticas sociais no Brasil por estudantes estrangeiros na condição de “sem documento”, também é restrita à medida que o acesso ao benefício ultrapassa os limites do Estado de Roraima. Isso frequentemente é observado quando o estudante estrangeiro não possui documentação brasileira, aqui especificamente delimitada pela Certidão de Nascimento e/ou Registro Geral, são atendidos em âmbito estadual pelo serviço de saúde na cidade fronteiriça brasileira, no entanto não têm o deslocamento e demais serviços de saúde custeados pelo governo brasileiro quando necessitam de Tratamento Fora do Domicílio-TFD em outros Estados da federação brasileira. O TFD é um programa oferecido pelo governo brasileiro, criado em 1999, para custear

despesas básicas de transporte, alimentação e hospedagem aos que necessitam de cuidados médicos especiais que não são fornecidos pelo SUS na localidade de origem.

Isso demonstra que o acesso à escola na condição de “indocumentado” pelo migrante estrangeiro no Brasil, especificamente na fronteira Brasil/Venezuela, não está atrelado à prerrogativa do direito à educação como uma das bases fundamentais dos direitos humanos estabelecido por um Estado Democrático, mas pela lógica de distribuição de recursos do sistema educacional que define o financiamento público das instituições de ensino que estabelece como critério o número alunos e, não as especificidades locais marcadas por peculiaridades culturais e geopolíticas.

No que diz respeito às articulações familiares transnacionais, foi mapeado um total de 32 estudantes filhos de pais de diferentes nacionalidades, dos quais 15 são filhos de pessoas de nacionalidade brasileira e venezuelana; 01 de mãe colombiana e pai brasileiro; 01 de pais peruanos naturalizados brasileiros; 01 de pai surinamês e mãe brasileira e, os demais, filhos de pais venezuelanos naturalizados brasileiros. Por tanto, com base nos dados ora descritos, foi possível perceber que as articulações familiares transnacionais assumem uma diversidade de arranjos e configurações que nem sempre são identificadas e/ou descritas pelos órgãos oficiais.

Nessa perspectiva, na próxima seção, pretendo fazer uma breve caracterização da constituição das articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela. Longe de me deter a aspectos teóricos do termo, gostaria de situar as diferentes formas de organização da família na transfronteira, a fim de fornecer elementos que demonstrem a pluralidade de padrões constituídos em distintos contextos históricos e culturais.

3.3 Migrantes brasileiros (as) e a experiência migratória

Antes de adentrar na discussão propriamente dita do processo de mobilidade relatado pelos membros das famílias entrevistadas, gostaria de descrever com base na sistematização das informações das narrativas apresentadas pelos(as) interlocutores(as) características gerais acerca dos seus perfis, aos quais estão relacionados a sua experiência migratória.

Com respeito aos migrantes brasileiros entrevistados na fronteira Brasil/Venezuela o deslocamento para Venezuela, varia entre final da década de 1970 a meados da década de 2000. As razões de migrar são as mais diversificadas: Reunificação familiar, passeio, fim de relacionamentos afetivos no Brasil, fuga de relações violentas, mas a principal delas é a subsistência familiar, articulada principalmente à atividade de mineração no país como possibilidade de incorporação ao mercado de trabalho, mesmo que seja de forma indireta, com a comercialização de produtos de forma autônoma, se beneficiando das alterações cambiais entre os dois países.

Já com relação a idade em que migraram, se dividem entre 16 a 43 anos, sendo que a maior incidência está entre as pessoas maiores de 20 anos e menores de 40 anos. De maneira geral, observei que entre os entrevistados há decréscimo do ritmo migratório à medida que há um aumento na idade. Essa característica também é investida quando se observa a motivação de retornar ao Brasil, ou seja, quanto mais idoso o migrante menor é a motivação de retornar ao país.

Quando o recorte geracional do processo migratório considera a questão de gênero, identifiquei que as mulheres em geral migram mais jovens que os homens, sobretudo, quando viajam sozinhas. Contudo, ambos os sexos migraram para Venezuela em idade produtiva à medida que podem trabalhar e reprodutiva que podem procriar, culminando com os nascimentos dos filhos na Venezuela (Apêndice- B,C).

O nível educacional dos migrantes brasileiros(as) durante o processo migratório variou entre analfabetos a pessoas que possuem nível superior completo, a realidade entre homens e mulheres em relação a esse aspecto é bastante equilibrada o que diferencia é a questão geracional internamente nas famílias, uma vez que há um aumento da escolaridade a partir do maior acesso a educação dos filhos na Venezuela.

A ênfase no contexto da mobilidade da família demonstra transformações importantes na organização familiar ligada diretamente com as mudanças de vida das gerações posteriores de seus membros familiares. Desta forma, o deslocamento entre países representou uma oportunidade de mudança de vida para essas famílias com aumento da escolaridade pelos membros da família nascidos na Venezuela, além do aumento da constituição do patrimônio familiar descrito, especialmente pelo acesso a casa própria:

Eu agradeço muito a minha mamãe por ela ter insistido em me trazer para cá, pelas minhas filhas que tenho aqui, porque eu não sei o que teria sido da sorte delas no Brasil. Primeiro porque se eu tivesse tido essa meninas lá eu não tinha tido condições para colocar elas para estudarem. Uma coisa que eu não fiz no Brasil, mas pude fazer com elas na Venezuela. (Dalva Ferreira da Costa, natural do Amazonas, moradora de Santa Élena do Uairén há 36 anos)

Quando eu vim do Brasil não sabia nada. Vim do interior do Ceará, da cidade Crateús, burro mais que tudo. Hoje sei mais ou menos, mas conseguir construir minha casa. Me acostumei aqui e fui ficando. No Brasil nunca construir e nunca tive investimentos, o que temos é na Venezuela e por aqui estamos. (Francisco Antonio de Souza, 58 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 35 anos).

Embora o aumento da escolaridade por parte dos mais jovens, especialmente os de classes populares, não tenha promovido melhores condições de trabalho, uma vez que a maioria permanece trabalhando principalmente como autônomos ou em outros serviços fora da área de formação. Esse aspecto é especialmente revelador, tendo em vista que reflete em outros campos da organização familiar, associado à queda da fecundidade e o padrão reprodutivo dos membros da família com a redução da natalidade antes caracterizada pela média de seis a 10 filhos ou mais para o nascimento de dois a três filhos com o espaçamento de dois a quatro anos, conforme, apêndices D e H.

A condição de migrante também modifica a esfera reprodutiva das mulheres brasileiras na Venezuela que não têm acesso equipamentos sociais (creches e escolas em tempo integral) que auxiliam no trabalho reprodutivo aliados a fatores como o baixo assalariamento e o distanciamento familiar que impede a solidariedade de outras mulheres da família, contribui para impedir a reprodução dos(as) filhos(as).

A decisão de migrar foi outro aspecto relevante nas transformações familiares, marcada nas primeiras gerações desses(as) migrantes pelo processo de migração interna no Brasil, especialmente pelo fluxo da região nordeste para norte. Nesse contexto, o protagonista da migração familiar, entre homens e mulheres na esfera familiar se diferencia de acordo com o ciclo geracional. Nas primeiras gerações é frequentemente associada à figura do pai que viaja sozinho em busca de melhores condições de vida para família, a mãe, na maioria das vezes, é descrita em situações de subordinação e de pouca autonomia, vista como passiva no processo migratório, ou seja, simplesmente aquela que acompanhava o homem da família, pai e/ou o marido e raramente como sujeito da migração.

Já a partir da terceira geração em diante a mulher passa mais frequentemente a ser descrita como sujeito no processo migratório. O papel da mulher na trajetória migratória ganha outra configuração com a incidência do reconhecimento e participação da mulher no projeto familiar. O número de mulheres representados nas narrativas passa a ser mais numeroso simbolizando uma parte significativa dos movimentos migratórios e um crescimento substancial de mulheres que migram sozinhas.

3.4 Conjugalidades e articulações familiares transnacionais

Há uma tendência do número maior de casamentos de mulheres brasileiras com homens venezuelanos, que ao contrário, de brasileiros com venezuelanas, o que reflete nos dados coletados no Cartório de Registro Cíveis de Santa Élena do Uairén no ano de 2012 no qual no universo de 13 matrimônios formalizados entre

brasileiros(as) e venezuelanos(as), 10 são de brasileiras com venezuelanos, 3 de brasileiros com venezuelanas.

No entanto, é importante ressaltar que a predominância de casamentos entre as migrantes brasileiras e venezuelanos não está restrita ao aumento de mulheres brasileiras viajando sozinhas, mas a aspectos de ordem simbólica e de sobrevivência, como demonstram as narrativas abaixo:

Nunca fui casada com brasileiro, só tive um rolo que é o pai da minha primeira filha. Meu primeiro marido conheci na Mina em Icabarú, trabalhamos juntos no garimpo numa discoteca, ele era 27 anos mais velho que eu. Sabe como é no garimpo sozinha, não dá! Ele foi praticamente meu mestre, me ensinou a falar espanhol. Depois fiquei viúva e casei com um segundo marido, também venezuelano, no cartório e tudo. Estamos juntos há 15 anos. (mulher, natural do Amazonas, moradora de Santa Élena do Uairén há 36 anos, entrevista realizada em 16/01/2013)

A gente sendo mulher de venezuelano tem mais prioridade de trabalhar, é mais respeitada pelos venezuelanos, principalmente se também fala o espanhol e vive com venezuelano. (mulher, natural de Boa Vista, 37 anos, vive há 7 anos na Venezuela, entrevista realizada em 15/01/2013).

As migrantes brasileiras em geral, afirmam que preferem casar com homens venezuelanos pela segurança, colaboração na adaptação ao novo país, seja por meio da ajuda com o idioma, seja na compreensão das regras locais estabelecidas, além da imagem positiva como referência para o Mercado de Trabalho. A inserção nas redes sociais locais é outro fator considerado, além da ajuda com os cuidados com filhos, uma vez que a maioria dessas mulheres não pode recorrer à ajuda de familiares na Venezuela.

Já entre os homens, a maioria se demonstrou contrária à idéia, conforme relatos:

Não e nem quero. Aqui não quero nem mulher daqui para viver junto. Primeiro que eu não confio; segundo que tem muita mulher venezuelana que tem marido, eu saio com elas, então se eu vejo uma coisa, não enquadra muito. Eu sou meio desconfiado! A outra coisa é que você está no país delas, se quiserem tiram tudo de você. (homem, natural do Amazonas, vive há cinco anos na fronteira Brasil/ Venezuela, entrevista concedida em 09/01/2013).

Casamento com venezuelana não é muito confiável. Quando se zangam com a gente tomam tudo! E como estão no país delas, a lei só apóia elas

(homem, 55 anos, natural Itapipoca-CE, vive há 35 anos na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 14/04/2011).

Não dá certo, porque a mulher venezuelana está no seu país e tudo é só direito dela. Se você se separa ela *quita* tudo! Nunca vi ninguém dando certo! (homem, natural do Maranhão, 55 anos, garimpeiro, vive há 23 anos na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 12/04/2011).

A idéia de casar com uma mulher venezuelana representa ao mesmo tempo um risco e uma segurança para os migrantes brasileiros. Segurança na medida em que casar com venezuelana significa inserir-se em uma rede de prestígio constituída de favores mútuos, com base no estreitamento de laços com os “nacionais”. O risco se apresenta porque a condição de estrangeiro reduz a cidadania frente à “esposa nacional”, cujos direitos são assegurados de forma mais ampla, especialmente no que diz respeito à divisão de bens patrimoniais, agravando-se quando esses migrantes brasileiros encontram-se irregular no país, segmento representando significativamente pelos trabalhadores da mineração.

Por outro lado casar-se com um ou uma local permite que o indivíduo torne-se um(a) deles(as), à medida que passa a ser visto e identificado como parte daquele contexto social:

O casamento é assim, para onde você for tem que casar com a gente do local, não pode levar pedra para cima de laje. Quando você é casado com uma *paisana* deles a guarda nacional até para de te pedir propina, pois eles sabem que você é local e conhece como as coisas funcionam na fronteira e fala a língua deles. (homem, natural do Maranhão, 62 anos, vive na Venezuela há 33 anos, entrevista concedida em 11/04/2011).

Neste sentido, o casamento de migrantes brasileiros(as) com venezuelanos(as) na fronteira Brasil/Venezuela simboliza maior vinculação a Venezuela, o que atribui maior liberdade de circulação e prestígio/poder frente às autoridades locais. Obstante, aos migrantes brasileiros “sem família” representados, especialmente pelos trabalhadores da mineração, pampeiros que realizam o descaminho de combustível e as trabalhadoras do sexo que não possuem família residente em Santa Elena do Uairén e nem são casadas(os) com Venezuelanas(os)

Arranjos matrimoniais e domésticos também assumem novas configurações neste espaço transnacional, com a incidência de relações simultâneas entre os migrantes brasileiros com mulheres venezuelanas e brasileiras. Durante a pesquisa, de campo realizada na transfronteira, no período 09 a 16 de abril de 2011, vários trabalhadores relataram possuir famílias, tanto na Venezuela, quanto no Brasil, sendo que na maioria das vezes, um dos lares tende a ser abandonado em detrimento do outro.

Neste contexto, as uniões simultâneas se constituem predominantemente de duas formas distintas e são às vezes acionadas pelos migrantes como estratégia de sobrevivência. A primeira caracteriza-se pela formalização do vínculo matrimonial do migrante nos dois países, o que amplia o acesso aos direitos na Venezuela. A segunda, por meio de uniões estáveis com pessoas de nacionalidades venezuelanas, ampliando o prestígio na rede local possibilitando maior liberdade de circulação e probabilidades de trabalho. A família mesmo em trânsito representa no ambiente fronteiriço uma moral pública que constituem vínculos sólidos de relação com país por meio de relacionamentos e consanguinidades.

O contexto de mobilidade e deslocamento fronteiriço faz com o casamento entre pessoas de nacionalidade brasileira e venezuelana, não representem uma estratégia de regularização da permanência migrantes brasileiros na Venezuela:

Ainda não somos casados, estamos com 12 anos juntos e estamos pensando em fazer isso agora, mas preciso do passaporte e ainda não fui tirar o passaporte. Não tenho a cédula Venezuelana e ainda não me interessei para tirar e agora que posso viajar só com *permiso* e a identidade. Antes até tinha passaporte, mas venceu e nunca mais renovei, faz bastante tempo. (mulher, 48 anos, natural do Amazonas, vive há 12 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 18/01/2013).

Vivo com meu marido venezuelano desde 1996, tenho duas filhas, uma de três anos e outra de quinze anos. Nunca me casei no cartório com ele, mas tenho a dupla nacionalidade por causa das minhas filhas (mulher, natural do Amazonas, 41 anos, vive há 27 anos na Venezuela, entrevista concedida em 09/01/2013).

Embora algumas vezes a oficialização do casamento seja acionada, não é tão recorrente quanto o registro de filhos(as) fruto dessas conjugalidades. Para evidenciar tal realidade, ao comparar os dados de matrimônios de pessoas de

nacionalidades brasileiras e venezuelanas em relação ao número de registro de filhos entre pessoas das mesmas nacionalidades no ano de 2012 evidencia-se que houve uma proporção da oficialização de 13 casamentos em relação a 28 registros de nascimentos.

Com base nos dados coletados no cartório de registros civis com sede administrativa na cidade de Santa Elena do Uairén e da seção de registros civis no hospital municipal Rosario Vera Zurita localizado na cidade de Santa Elena do Uairén, município da Gran Sabana foi possível verificar:

Tabela 2: número de filhos de pessoas de nacionalidade venezuelana e brasileira entre os anos de 2008 a 2012

Ano	Filhos (as) de BR/BV	Total de nasc. pop. de Santa Elena do Uairén	%
2008	57	712	8
2009	49	685	7,1
2010	54	926	5,8
2011	40	956	4,1
2012	22	988	2,2
Total	222	4267	5,2

Fonte: coletados no cartório de registro civil no município de Santa Elena do Uairén no período de 14/01 a 18/01/2013.

Assim, entre os anos de 2008 a 2012 foram registrados cerca de 222 filhos(as) de pessoas de nacionalidade brasileira e venezuelana do universo de 4267 nascidos(as) no município de Gran Sabana, ou seja, 5,2 % do total das certidões de nascimento expedidas da população de Santa Elena do Uairén e demais localidades situadas na região da Gran Sabana neste período concentrada na área fronteira.

A nupcialidade também é igualmente reveladora da dinâmica familiar na fronteira Brasil/Venezuela, uma vez que “ela está associada diretamente aos padrões de formação e dissolução de famílias” (FREIRE, *et.al*, 2006). Assim demonstra uma diversidade de configurações relacionadas tanto a conjugalidade quanto ao processo migratório.

Em geral as mulheres que migram sozinhas para a Venezuela em idade adulta já obtiveram outras relações conjugais no Brasil se enquadrando principalmente na categoria de separadas, com alguns poucos casos de divorciadas e viúvas. As mulheres divorciadas e separadas tendem a recasar no intervalo de tempo de permanência menor na Venezuela que as mulheres viúvas (APÊNDICES:- B, D, E, H).

O re-casamento das mulheres brasileiras ocorre majoritariamente na fronteira Brasil/Venezuela com homens de nacionalidade venezuelana. Já entre os homens esse aspecto é bastante balanceado variando muito do contexto de inserção no mercado de trabalho (formal/informal) na fronteira e das possibilidades de fixação no país. A troca de parceiros e a constituição de novos casamentos produzem novas configurações familiares, por meio de conectividades que não se restringem a laços consangüíneos, mas a aspectos de sociabilidade e subsistência familiar:

Peguei o nome do meu padrasto ele me registrou na Venezuela. Ajudou minha mãe me criar desde pequena, considero como meu pai.(mulher, 23 anos, filha de mãe brasileira e venezuelano, moradora de Santa Élena, entrevista concedida em 08/01/2013)

Assim, é bastante comum em famílias nucleares com irmãos(as) que possuem diferentes pais ou diferentes mães em virtude do alto índice de re-casamentos na fronteira Brasil/Venezuela (APÊNDICE- E). Com base na genealogia das irmãs de Livia Stefany e Genesis Carolina é possível ilustrar três re-casamentos de sua mãe Maria. O primeiro com o brasileiro o qual teve dois filhos do sexo masculino e feminino. Após a viuvez migrou para Santa Élena do Uairén, onde se casou com segundo marido de nacionalidade venezuelana pai de Genesis Carolina. Depois de três anos separada casou-se com o atual marido Livio, também venezuelano e pai de Livia Stefany. Ao observar a configuração genealógica das irmãs é possível identifica numa única família irmã(os) de nacionalidades brasileiras e venezuelanas.

Com a incorporação de novos matrimônios o novo conjugue venezuelano assume o papel da paternidade e/ou da maternidade dos(as) filhos(as) da(o) migrante brasileira(o). Isso também se reflete nas diferentes nacionalidades que os

membros da família passam a constituir. Nos casos em que a reunificação familiar não é mantida com os filhos na fronteira Brasil/ Venezuela o pai e mãe passam tanto a ter filhos com dupla nacionalidade, brasileira e venezuelana, quanto filhos apenas brasileiros que foram criados ou estão sob os cuidados de outros membros da família no Brasil.

O pai de criação nesses casos é representado pela figura do padrasto, o qual introduz os filhos de criação a novas redes de parentesco familiares na Venezuela e quanto mais cedo isso ocorre com os filhos das migrantes brasileiras, maiores são probabilidades da perda dos contatos com os parentes no Brasil, tendo em vista que passam a conviver de forma mais assídua com os novos parentes na Venezuela. Isso se acentua ainda mais quando a origem dos pais é brasileira é proveniente de comunidades indígenas, uma vez que a dificuldade de acesso aos meios de comunicação pelos parentes no Brasil dificulta a comunicação proporcionando em muitos casos a perda total de contato com a família.

Eu nasci na Guiana, mas me criei no Brasil e morei na comunidade indígena cachoeirinha, em Roraima. Lá é mistura de wapixana e macuxi. Minha mãe é macuxi, o meu avô é caulí, é uma mistura. Saí da Guiana e minha avó me criou na comunidade. Quando fui morar na Venezuela minha filha ficou na comunidade e foi criada por uma tia da minha madrasta, porque na casa que eu morava a pessoa queria que morasse, mas sem o filho, eu não tinha quem me acudir e tive que dar minha filha, que hoje tem 19 anos. Não entro em contato porque meus parentes moram na comunidade indígena, só fui encontrar minha mãe em Boa Vista em 1998, cinco anos depois, desde esse tempo nunca mais a vi, fazem quase 14 anos. (mulher, natural da comunidade indígena Cachoeirinha, 36 anos, vive há 18 anos na fronteira, mora atualmente em Pacaraima, entrevista concedida em 13/01/2013)

No entanto, cabe ressaltar que essa predominância de casamentos de brasileiras com venezuelanos afeta diretamente a rede de contatos com parentes no Brasil, uma vez que em grande parte das narrativas afirmaram que mantêm poucos contatos com membros da família da mãe no Brasil, e quando essa pergunta é direcionada em relação a família consanguínea no Brasil ausência de contatos é ainda maior:

Só meu padrasto é venezuelano. Minha mãe é de Roraima da comunidade indígena Raposa, ela é macuxi. Mantenho mais contato com a família dele aqui. Por parte de mãe a gente só conhece os primos filhos de uma tia, pois o resto dos parentes mora no interior e minha mãe perdeu contato. (mulher,

23 anos, filha de mãe brasileira e venezuelano, moradora de Santa Élena, entrevista concedida em 08/01/2013.)

Deste modo, adoção do(a) filho(a) brasileiro(a) pelos padrastos venezuelanos produz o apagamento do parentesco de parte da família consangüínea no Brasil, dando lugar a fabricação de novas formas de parentesco associadas a outras conexões que não estão relacionadas ao sangue, mas reelaborações de significados ligados a rede familiar de adoção (YNGVESSON, 2007). O sigilo sobre a paternidade presente entre os entrevistados revelou posteriormente adoção do padrasto e a legitimação do vínculo pela descrição do registro em nome do pai adotivo.

Ao mesmo tempo em que a perda do contato com a família na comunidade indígena foi uma constante nos relatos, a afirmação da origem e da identidade indígena foi frequentemente acionada por essas pessoas com a reivindicação junto a órgãos governamentais no Brasil do Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI.

3.5 Nome de família

Cabe destaque a faixa etária e a inserção de sobrenomes na família após novos arranjos matrimoniais e rupturas descritas nos relatos. Isso por sua vez demonstra que a “herança do nome” não tem um valor simbólico central dentro da família que é deslocado para o reconhecimento de uma reciprocidade caracterizada pela realização de favores e ajuda mútua, demonstrada freqüentemente nas narrativas dos(as) migrantes. Neste sentido, durante a descrição da trajetória familiar os migrantes brasileiros(as) não deram ênfase ao sobrenome da família e as incorporações com base em novos matrimônios.

O deslocamento da importância da “herança do nome” dentro da família para uma reciprocidade entre os seus membros revela dois aspectos importantes da família dos(as) entrevistados(as). Primeiro, que são oriundos majoritariamente de

famílias de emergência de classe popular, uma vez que diferentemente das famílias de classe média alta o nome não configura tanto um poder de caráter objetivo, ligado ao patrimônio material ou simbólico acionado e legitimado por seus membros (BOURDIEU, 1993). Mas é definida por obrigações morais fundamentadas num dar e receber e retribuir contínuos constituindo uma referência simbólica central pelos pobres na reprodução social familiar, a qual orienta e atribui significado às relações dentro e fora de casa. “Diz respeito à ordem moral que organiza a família, portanto, uma razão simbólica, usando a formulação de Sahlins (1979), que reatualiza nos diversos arranjos feitos pelas famílias com seus poucos recursos” (SARTI, 1996, 48).

O segundo aspecto importante, descortinado nas narrativas, é proveniente do contexto transnacional vivenciados por essas famílias, no qual a tradição do nome familiar não tem tanta importância, mas sim a trajetória de permanência no ambiente fronteiriço e a constituição de novas redes de interação social, delineadas pela trajetória migratória na Venezuela.

Nos casos mais raros narrados em que houve o retorno de parte dos membros da família da Venezuela para a comunidade indígena no Brasil, a peculiaridade do Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI assume relevância na constituição de identidade étnica e na própria conformação política dentro da comunidade. O contato com outras etnias na fronteira despertou o pertencimento e/ou descobrimento de uma origem étnica associado à noção de pertencimento, desencadeando a afirmação de uma etnicidade antes desconhecida no contexto social desses migrantes.

A instrumentalização do nome nessa arena assume especial importância, tendo em vista que passam a registrar os sobrenomes dos futuros filhos com o nome da etnia que se sentem pertencentes, ou seja, a migrante Maria da Silva, passa a se chamar Maria Saporá e os seus demais filhos, netos e gerações futuras também. O nome familiar neste caso amplia a identidade antes restrita ao contexto familiar ao grupo étnico com a produção, arriscaria dizer, de um processo de etnogênese no retorno ao país de origem e reconhecimento político territorial dentro da comunidade indígena:

A Venezuela para mim foi boa por uma parte. Quando fui para lá trabalhar de cozinheira no garimpo com meu marido, por meio dos parentes Taurepang que moravam na Venezuela, descobri era da etnia Sapará. Agora que voltei para comunidade indígena Samã II perto aqui da fronteira estou fazendo um trabalho de reconhecimento do meu povo. Agora registro o nome dos netos, sobrinhos, com o sobrenome de Sapará. (tuxaua comunidade Samã II, entrevista concedida em Boa Vista, em 04/04/2013).

No entanto, como se trata de uma descrição menos freqüente nas narrativas dos(as) informantes, o que não reduz a sua importância, não me aprofundarei nessa temática, que merecerá uma análise mais profunda em futuros estudos.

Portanto, o cotidiano fronteiriço associado ao processo migratório e a trajetória familiar dos(as) migrantes brasileiros(as) na Fronteira Brasil/ Venezuela descortinou múltiplas configurações adotada pelas articulações familiares transnacionais mediadas pela mobilidade que não se limita ao deslocamentos físico da/na fronteira, mas também a circulação de matrimônios, parthenidades, afetos e identidades nacionais que transitam dentro da família e entre nações deslocando laços familiares e noções de pertencimento a família e a nação.

Portanto, no próximo capítulo apresentarei elementos associados às estratégias de sobrevivência e manutenção familiar e aos cuidados entre os(as) migrantes brasileiros(as) que vivenciam articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/ Venezuela.

CAPÍTULO IV- CUIDADOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA/ REPRODUÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA.

As demandas de cuidados e materialização da sobrevivência familiar examinadas neste capítulo estão ligadas às diferentes estratégias de estreitamento de laços afetivos e concepções de pertencimento e manutenção familiar, mediadas pela mobilidade e a dinâmica social transfronteiriça, uma vez que o cuidado assume uma complexidade de ações que envolvem aspectos políticos, éticos, econômicos, jurídicos e culturais que não se limitam ao espaço privado da família, mas a esfera pública, tais como, os cuidados prestados pelos profissionais na saúde, entre outros.

O cuidado evidenciado entre as articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/ Venezuela é um trabalho desenvolvido por uma rede parentesco e solidariedade ativada antes ou durante o processo migratório para Venezuela. Os cuidadores e cuidadoras têm diferentes motivos para cuidar e exercem a autoridade dentro da família de forma compartilhada.

O cuidado enquanto conceito assume uma complexidade de sentidos, relacionados a aspectos culturais, políticos, éticos, jurídicos, socioeconômicos e psicológicos. Deste modo, o cuidado é tratado neste estudo como uma ação desencadeada por uma necessidade particular, definida social e familiarmente, que convoca uma ou várias pessoas a estarem comprometidas com a qualidade de vida de outras pessoas que dependem dela. O cuidado é mediado por afetos, bens materiais, econômicos e um universo simbólico. O cuidado é uma ação e uma relação entre pessoas que se desenvolve em diferentes espaços, sendo um deles a família (LÉON, 2011, p. 2).

Assim, tornam-se fundamentais as estratégias de sobrevivência, reprodução e manutenção familiar pelos migrantes em contexto de mobilidade. Essas estratégias são entendidas “como princípios implícitos que guiam os membros da família quando procuram o bem desta quer de sobrevivência quer de mobilidade social”, quer de afetividade e emocional (ROBERTS, 1994, p. 6)

Contudo, o cuidado mais que uma estratégia de sobrevivência familiar que envolve aspectos associados aos ganhos e as garantias de melhorias da qualidade de vida dos membros da família, também está relacionado às aspectos simbólicos ligados a uma obrigação moral que perpassa a materialização da sobrevivência e têm como elementos centrais as noções de reciprocidade e pertencimento. A obrigação moral é construída por meio de elementos culturais definem elementos de inclusão e exclusão familiar que vão além de relações consanguíneas.

Isso significa que o cuidado exercido dentro da família não se restringe a garantia de recursos, ao mesmo tempo em que garante, mas a relação de pertencimento/ inclusão das pessoas que fazem parte da rede familiar, na qual o cuidado é um elemento importante. O cuidado envolve um prover, mas também um preocupar-se, uma relação de afeto e uma série de elementos nos quais os sujeitos definem que têm condições de cuidar e quem precisa ser cuidado, demonstrando o quanto se importa um com os outros.

As redes de cuidado são acionadas de diversas formas e contextos pelos(as) migrantes no processo migratório. Os sujeitos sociais envolvidos concebem e lançam mão de diferentes estratégias de manutenção e reprodução familiar. O cuidado mais que uma estratégia de sobrevivência, representa uma ação empreendida entre pessoas que mantém vínculos afetivos e familiares que conservam relações de troca e ajuda mútua vinculada a uma obrigação moral de garantir bem-estar a quem pertence à família.

Assim, atividades que garantem alimentação, saúde, educação, vestimenta e bem-estar a família, além da atenção com pessoas que não tem condições de se cuidar como as crianças, idosos(as) e a pessoas com necessidades especiais são ações ligadas aos cuidados (ÁVILA, 2004; SARTI,1996). O tempo empreendido e a atribuição conferida a tais tarefas são realizados de formas distintas entre homens e mulheres no contexto familiar. Tratando-se especialmente das articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela apresentarei à seguir a maneira que os cuidados são encarados pelos(as) migrantes brasileiros (as), bem como as estratégias familiares criadas e selecionadas numa situação transnacional.

A descrição e análise serão orientadas no primeiro momento pela definição das estratégias utilizadas por homens e mulheres chefes de família que não convivem cotidianamente com os filhos na fronteira. Em seguida, apresentarei as estratégias acionadas por chefes de famílias nucleares, compreendidas aqui por famílias formadas por pai, mãe e filhos e, posteriormente, por famílias monoparentais representadas por pai e filhos, ou mãe e filhos. No entanto, vale ressaltar que essas modalidades são utilizadas na perspectiva de orientar e organizar a descrição dos distintos arranjos familiares constituídos na fronteira e não se restringem à relação de consanguínea, mas social. Logo, outros parentes consanguíneos ou por afinidade que exercem maternidade e paternidade também são objetos de análise.

O exercício do cuidado nas articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela é encarado de diferentes modos, especialmente entre homens e mulheres chefes de família que não residem com filhos nas cidades fronteiriças. Ambos utilizam o excesso de trabalho como refúgio da dor do distanciamento familiar dos filhos.

Quando cheguei trabalhei no Cassino Monte Roraima, depois fui trabalhar em outro, mas era muito desgastante, sempre *transnoitando*. Pensava nas minhas filhas por isso trabalhava, pois assim posso dar o melhor para elas e trabalhando não sinto tanta saudade. (mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo, 5 anos vivendo na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 09/01/2013)

Entrava em contato com os filhos quando enviava dinheiro para eles, mas a coisa foi ficando difícil na mina e fiquei um tempo sem ligar porque não tinha dinheiro para mandar. Hoje não tenho contato algum com eles. (homem, natural da Bahia, 71 anos, vive há 30 anos na Venezuela, entrevista concedida em 12/04/2011).

O exercício do cuidado para os homens está fortemente ligado ao sustento financeiro da família no Brasil, sendo recorrente entre os garimpeiros quando não conseguem angariar recursos suficientes para enviar dinheiro para família à diminuição dos contatos familiares. Já entre as mulheres, embora o sustento financeiro familiar tenha grande centralidade é a participação efetiva mesmo à distância dos ciclos das etapas da vida dos filhos que concretiza o exercício da

maternidade, tais como, decisão de mudança de escola, monitoramento educacional, mudança de domicílio, destinação das remessas, entre outros.

Não há um grande abismo entre as distintas classes com relação às modernas tecnologias, o acesso e a aquisição de modernos meios de comunicação, na fronteira, não estão articulados à concepção de classe social. É perceptível o uso cotidiano e a aquisição de equipamentos eletrônicos, especialmente o telefone celular e a televisão por assinatura pelas diversas classes sociais mesmo em casas com estrutura residencial precária. Destes recursos há a popularização de telefonemas internacionais, realizados a baixo custo em barracas, quiosques e pequenos bares distribuídos no centro comercial de Santa Elena (figura 10).

Figura 6: cabine telefônica- centro comercial Santa Elena do Uairén



Fonte: pesquisa de campo

O fácil acesso às tecnologias da comunicação a baixo custo é uma importante ferramenta utilizada pelas mulheres migrantes brasileiras na Venezuela na manutenção dos cuidados com os filhos no Brasil, tendo em vista que elas passam a manter um contato com os(as) filhos (as) e seus cuidadores(as) de forma mais direta e permanente, colaborando para sustentação da autoridade materna dentro da família, uma vez que mesmo a distância passam a compartilhar com a cuidador(a) no Brasil decisões sobre o destino dos(as) filhos(as) no Brasil. Ao contrário dos

homens que tendem a perder/diminuir autoridade patriarcal quando se distanciam da prole no Brasil:

Tenho duas filhas uma de sete e outra de nove anos, elas ficam com minha mãe em Boa Vista. Passo semanas e vou visitá-las, não passo mais de um mês sem vê-las e nem um dia sem falar com elas e saber notícias da saúde, escola e alimentação. Não penso em trazer minhas filhas para cá. Elas só vêm nas férias ou eu vou para lá. Aqui não tem uma boa educação, além de não ter ninguém de confiança para cuidar delas. Já com a minha mãe tenho a liberdade de discutir o que acho melhor para minhas filhas e ter a segurança que ela vai respeitar minha decisão. (mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo, 5 anos vivendo na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 15/01/2013)

Às vezes passo um ou dois meses e saio. Agora saí da mina para falar com a minha mãe. Na verdade não tenho muita preocupação com filho não, porque tem mãe e tem padrasto para colocar ordem, minha preocupação é com a minha mãe. Quando mando dinheiro ou presente para os meus filhos minha mãe é que entrega, assim ela mantém o respeito com meus filhos e autoridade de avó. Minha mãe que me fala como está o menino e a minha menina. Ela que cuida e me conta como estão. (homem, natural de Manaus, Amazonas, 43 anos, vive há 5 anos na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 10/01/2013)

Meus filhos do primeiro casamento estão em Recife e nunca mais tive contato. Quem me dava notícias deles era minha cunhada. Uma vez até enviaram fotos. Minha cunhada faleceu nunca mais tive notícia deles. Nem sei se ainda me consideram pai deles. (Homem, natural do Amazonas, 81 anos, vive há 38 anos na Venezuela, entrevista concedida 15/01/2013).

A autoridade dentro da família é compreendida como uma estrutura normativa que orienta as formas de organização familiar. Essas normas dão coerência aos vínculos e também revelam conflitos dentro da família. O exercício da autoridade é compartilhado por meio de acordos, o conflito surge quando esses acordos não são cumpridos por quem compartilha a responsabilidade do cuidado e por quem recebe o cuidado (MALDONADO Y MICOLTA, 2003, p. 9-10):

Depois que tive a minha filha conheci uma tia que morava na Venezuela e vim morar com ela, mas praticamente não morei com ela, porque a gente se conheceu de repente e ela era muito autoritária comigo e me sentia separada da família (mulher, natural da comunidade indígena Cachoeirinha, 36 anos, vive há 18 anos na fronteira, mora atualmente em Pacaraima, entrevista concedida em 13/01/2013).

Moro com os meus dois filhos em Santa Elena. Tenho uma menina que mora no BV8 (Pacaraima) do primeiro casamento no Ceará. Ela é minha filha porque eu tive, mas quem criou foi a minha mãe. Eu não sei nada da vida dela, pois ela nunca me deu satisfação e nem me pediu ajuda, pois sempre obedeceu a minha mãe até porque foi ela quem criou e eu respeito

sua decisão (mulher, natural do Ceará, moradora Santa Élena do Uairén há 28 anos, entrevista concedida em 10/01/2013)

O exercício do cuidado e da autoridade de maneira autônoma dos filhos(as) dos migrantes se origina “em quem cuida tem autoridade” (LÉON, 2011, p. 15). Deste modo, é comum quando os(as) filhos(as) das migrantes brasileiras na fronteira são criadas por outros membros da família no Brasil sem a presença direta da mãe nas atividades cotidianas da vida, causando a perda total e/ou parcial da autoridade materna. Já entre homem, cuja autoridade está ligada a “ordem moral” da família a perda relativa ou total da autoridade patriarca é transferida a figura masculina que passa a contribuir de forma mais direta no sustento da família, em geral atribuída ao avô, tios e padrasto.

Assim, corroborando com o pensamento de Amparo Micolta Léon é possível identificar dois tipos de autoridade exercida na rede de cuidados por seus e suas cuidador(as): “com autonomia e respeito do(a) progenitora que migrou e com autonomia relativa quando autoridade dos cuidados com os(as) filhos(as) são compartilhados entre quem cuida no Brasil e o(a) migrante na Venezuela (2011, p.14):

Já com a minha mãe tenho a liberdade de discutir o que acho melhor para minhas filhas e ter a segurança que ela vai respeitar minha decisão, assim como também não tiro autoridade dela na frente das minhas filhas. (mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo, 5 anos vivendo na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 15/01/2013)

Tenho três filhos, tão em Manaus ainda. Mas é só eu me estabilizar direito e resolver umas coisinhas que vou trazer eles porque pra mim fica ruim, toda semana tenho que ficar mandando dinheiro, eles aqui comigo não. Estão com a minha avó, ela cuida direitinho, mas acaba mimando demais e fazendo com que sejam mal criados. Agora não tem como eles ficarem aqui comigo, eu tô trabalhando, moro com a minha sogra, então ainda não dá! (mulher, natural de Manaus, 30 anos, entrevista concedida em 15/10/2008).

Deste modo, as tarefas solicitadas no exercício da autoridade nos cuidados entre as cuidadoras no Brasil e as mães migrantes na Venezuela de forma compartilhada e de certo modo com diferente distribuição de poder nessa rede de cuidados pode gerar conflitos, entretanto também, fortalece a rede de cuidado, à

medida que a cumplicidade com a educação dos filhos e o contato diário estreitam laços e afetividades entre, filhos, mães e cuidador(as).

Outro marcador da diferença dos cuidados com os filhos entre homens e mulheres chefes de família é o modo que transferem as responsabilidades de cuidados para outros membros da família. O ponto em comum é a predominância dessa tarefa, especialmente para as avós no Brasil. O homem restringe essa ajuda à busca de informações e contato com os filhos no Brasil e ao repasse de recursos financeiros, uma vez que na maioria dos casos os filhos permanecem com mãe no Brasil. Cabe destacar, que embora entre homens haja uma incidência de responsabilidade pela circulação de noticiais sobre a criação dos filhos no Brasil pelas mães, outras mulheres que compõem a rede mais extensa de parentes também são responsabilizadas, tais como, cunhadas, primas e tias.

A proximidade geográfica e constante fluxo de brasileiros também é um importante fator de fortalecimento da rede de cuidados familiares, especialmente quando os(as) filhos(as) dos(as) migrantes ficam a cargo das avós no Brasil, essa característica estrutural promovida pela proximidade geográfica facilita um contato maior entre os integrantes corroborando para um maior estreitamento de laços fundamentado por sentimentos de confiança e segurança.

As variadas formas de tecnologias também são utilizadas para a comunicação à distância entre as famílias em contextos de deslocamento e são muito discutidas no campo dos estudos migratórios (LOBO, 2010; SARGENT, *et al.*, 2007). e revelam peculiaridades quando destacam-se características ligadas a gênero, classe e geração.

Numa perspectiva geracional também foi possível evidenciar as diferentes formas de apropriação do telefone:

Falo todos os dias com os meus amigos e primas(os) no Brasil através dos telefones com WhatsApp⁴ e aí podemos enviar, mensagem, fotos, músicas, vídeos de graça, além de usar ele para acessar o facebook e manter contato. Não perco uma festa! (homem, 22 anos, filho de mãe brasileira e pai Venezuelano, morador de Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 10/01/2013).

Ei tô aqui no hotel do Lucca, estou aqui há 15 dias. Ele foi para Espanha e eu fiquei aqui cuidando. Tu não sabe o que aconteceu, aqui passou uma senhora brasileira de Manaus que trabalhou com o Dr. Ronne Góes, tu acredita? E ela tirou foto minha aqui no hotel para mostrar para ele. E Aurea e Thiago tudo bem? Graças a Deus! E tu vai viajar para onde?...⁵ (homem, natural do Amazonas, 81 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 38 anos, entrevista concedida em 15/01/2013)

Os mais idosos costumam restringir o uso do telefone a chamadas tradicionais, que têm a função de atualizar a família sobre detalhes da sua vida cotidiana, sobre o que aconteceu no dia, o encontro com *paisanos* na fronteira, o seu estado de saúde, entre outros. Já os mais jovens usam o aparelho telefônico com mais frequência para acessar redes sociais e partilhar mensagens simultâneas com os membros da família e amigos diariamente no Brasil. Nesses casos, a atualização das informações também é feita por meio de registros escritos e audiovisuais tais como, fotos, músicas, clipes e pequenas filmagens realizando “cotidianidades *on line*” (RAMÍREZ, 2007). Assim, o contato familiar permite aos jovens além da troca de informação sobre a família o compartilhamento de outros elementos vivenciados na cultura de cada país.

A facilitação de acesso aos meios de comunicação é mobilizada por homens e mulheres e tomando por base a ótica de gênero descortina diferenças na utilização dos meios de comunicação, visto que entre as mulheres é amplamente usado no acompanhamento/monitoramento da família no Brasil. Algumas mulheres relataram que chegam a falar quase que diariamente com os(as) filhos(as) e parentes no Brasil, além de participarem de decisões familiares por meio do telefone.

⁴ WhatsApp- Aplicativo de telefonia móvel que permite a troca de conteúdo via conexão de internet.

⁵ Transcrição do diálogo da conversa telefônica do entrevistado com o irmão no Brasil, durante a pesquisa de campo.

Os homens utilizam o telefone com menos frequência. Muitos narraram que conversar a distância com os parentes, especialmente com os(as) filhos(as) causa muito sofrimento, por isso, optam em telefonar menos. Isso, por sua vez, faz com que muitos deles percam totalmente o contato com a família, especialmente os garimpeiros que relatam que há mais de dez anos não têm notícias de seus familiares.

A função social naturalizada de provedor do lar faz com que as conversas telefônicas produzam aos homens a noção de pertencimento à família por meio da atualização de informação que promovem fortalecimento de laços afetivos e emocionais. O contato contínuo faz com que também aumentem as demandas familiares e, conseqüentemente, maiores obrigações com relação a família. Por isso, no caso de instabilidade financeira ou em conjuntura de poucos recursos os homens tendem a diminuir os contatos familiares a fim de evitar tais constrangimentos familiares.

Neste sentido, o capital simbólico alicerçado na construção social de ser homem e de ser mulher ganha centralidade à medida que impõem papéis e padrões sociais cristalizados que, uma vez rompidos, trazem consigo o peso de uma moral ferida, na qual a imagem do homem, forte, valente e corajoso dá lugar a do homem pobre e fracassado.

Já entre as mulheres, o baixo assalariamento com o qual não podem transferir parte do trabalho reprodutivo contratando uma trabalhadora doméstica; a ausência de equipamentos sociais (creches e escolas em tempo integral) e o distanciamento familiar que impede a solidariedade de outras mulheres da família contribuem para impedir o contato permanente com os filhos na fronteira e/ou a reunificação familiar.

A circulação de crianças é frequentemente utilizada como estratégia de manutenção familiar pelas migrantes brasileiras na transfronteira. Em vista de não poderem arcar com os cuidados dos filhos, as mães tendem a transferir a adoção provisória dos filhos para outros membros da família, geralmente avós e tias que

ficam no Brasil, especialmente em Boa Vista. A circulação de crianças é uma das estratégias de reprodução e manutenção familiar acionadas por famílias de baixa renda que tem dificuldades de criar os filhos. Deste modo, a rede extensa de parentes consanguíneos e a rede social de apoio assume papel significativo (FONSECA, 1995; SARTI, 1996).

Neste contexto, as avós e tias maternas são os principais membros da família acionadas (APÊNDICES: D, H, L, M, P) tanto por uma perspectiva de gênero que atribui a responsabilidade dos cuidados as mulheres da família, quanto pela organização da rede de parentesco, na qual é frequente na família extensa o convívio das avós com mais três gerações no mesmo lugar (LÉON, et. al., 2007, p.9)

Esse ato, no entanto, tende a não ser definitivo, ou seja, o tempo de adoção fica condicionado à melhoria financeira da família e/ou aos deslocamentos da mãe para Boa Vista. Assim, as crianças passam a transitar pelos dois lares, o que, na verdade, também é uma forma de circulação dos laços afetivos (SILVA et al, 2010).

Embora a principal tendência de circulação de criança seja entre as avós (SERRA, 2003) a circulação de crianças assume vários formatos e tem fluxos diversificados nas trajetórias migratórias destas mulheres e de suas famílias na fronteira Brasil/Venezuela:

Quem me criou foi meus avós por parte de pai. Não sei como foi esse rolo! Sei que somos um total de sete filhos e têm dois que não conheço ainda. Um homem e mulher, a mulher é um ano a menos que eu. Minha mãe abandonou todos os filhos, foi cada um para um lado. Eu e minha irmã mais velha o destino foi para interior do Amazonas para morar com meus avós e trabalhar na roça porque a gente não estudava. Os outros irmãos foram para cidade, cada uma para uma pessoa diferente e desconhecida. Minha mãe veio embora para cá (Venezuela) trabalhar nas minas. (mulher, natural do Amazonas, 52 anos, moradora de Santa Élena do Uairén há 36 anos, entrevista concedida em 16/01/2013)

A narrativa revela outra face da circulação de crianças ligada a aspectos socioculturais da Amazônia denominadas por Motta-Maués (2008) de “crias”, fenômeno muito comum na região caracterizado pelo envio de meninas oriundas de famílias pobres para famílias de classe média nas cidades para auxiliarem nos serviços domésticos e em troca obtém os elementos básicos de sobrevivência, tais

como, moradia, alimentação e a promessa da possibilidade de estudo. (MOTTA-MAUÉS; IGREJA; DANTAS, 2008, p. 10). No caso especificamente das estratégias de sobrevivência acionadas por chefes de famílias na fronteira Brasil/Venezuela essa estratégia de sobrevivência familiar pode ser tanto dentro da extensa rede de parentes, como fora dela.

Quando existe um grande número de filhos(as) a mãe distribui as crianças, tanto entre a rede parentes, quanto entre outras pessoas fora do vínculo familiar consanguíneo e muitas vezes totalmente desconhecidas. Neste último caso, dificilmente a mulher promove a reunificação familiar. Já nos casos em que os filhos ficam com outros parentes consanguíneos, mesmo quando a estadia da criança é prolongada, as relações de adoções são mediadas por valores morais familiares que facilitam o retorno dos(as) filhas para mãe:

Eu mais ou menos calculo que quando conheci minha mãe tinha 13 anos. Vivia no interior sem estudar, a gente nem sabia quando fazia aniversário. Sabe como é! Menino se criava como se fosse macaxeira na terra. Ai voltei a morar com ela e vim pra cá (Venezuela) para trabalhar nas minas com ela. (mulher, natural do Amazonas, 52 anos, moradora de Santa Élena do Uairén há 36 anos, entrevista concedida em 16/01/2013).

Isso demonstra que nem sempre a mãe é a protagonista da realização da circulação das crianças. Essa estratégia familiar muitas vezes obedece a parâmetros hierárquicos dentro do contexto familiar, regidos por relações de poder marcadas por questões geracionais e/ou financeiras:

Ela (mãe) tomou minha filha e deu, porque não podia vir pra cá (Venezuela) com criança e ela não ia sustentar. Através disso tenho essa menina que tem 32 anos eu não conheço. Ela tinha 4 meses e 15 dias quando a minha mãe deu. Eu fiquei com raiva e não quis ir mais com ela para Venezuela e comecei trabalhar em casa de família em Manaus para ver se conseguia a menina, mas não consegui. Tiraram a minha filha de Manaus e parece que levaram para o Rio de Janeiro (mulher, natural do Amazonas, 52 anos, moradora de Santa Élena do Uairén há 36 anos, entrevista concedida em 16/01/2013).

Embora a circulação de crianças na rede familiar seja uma estratégia recorrente de mulheres de baixa renda no país de destino para concretização do projeto migratório, é comum que seja realizada sem o consentimento da mãe por

meio de adoções arbitrárias. Geralmente estes processos são protagonizados por notória autoridade familiar e/ou por questões financeiras e geracionais; os quais doam as crianças para famílias de classe médias de outras regiões do Brasil fazendo com que as mães percam total contato com os(as) filhos(as).

A “circulação de idosos” também foi outra característica observada nas redes de cuidados examinadas na fronteira Brasil/Venezuela:

A minha mãe trouxe minha avó do Ceará. Ela morou aqui e morreu aqui. Morou uns sete anos mais ou menos. Quando meu avô morreu ela foi morar com as minhas tias em São Paulo, mas como todo mundo trabalhava não tinha como cuidar dela, aí minha tia que mora no BV8 (Pacaraima) junto com a minha mãe trouxe ela para cá para minha mãe cuidar. Minha avó só veio com a identidade e viveu aqui assim até morrer. Foi enterrada aqui mesmo. (homem, 22 anos, filho de mãe brasileira e pai venezuelano, morador de Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 10/01/2013).

Diferentemente da circulação de crianças, a “circulação dos idosos” obedece ao fluxo inverso, ou seja, os idosos passam a morar e a viver sob os cuidados das migrantes brasileiras na Venezuela quando não têm mais condições de se cuidarem sozinhos (APÊNDICE- J). A transferência da responsabilidade dos cuidados dos parentes idosos no Brasil foi recorrente nas narrativas de migrantes brasileiras mais experientes que vivem pelo menos há 10 anos em Santa Elena do Uairén e possuem casa própria. O deslocamento dos idosos nessa categoria de rede de cuidados não assume um caráter formal junto às autoridades consulares por meio da requisição de união familiar. Grande parte desses idosos vive o resto da vida na Venezuela sem qualquer oficialização de residência no país. A aposentadoria dos idosos passa a ser contabilizada no rendimento familiar.

Outra constante nas narrativas de mulheres brasileiras pobres de origem rural na trajetória migratória para fronteira Brasil/Venezuela com destino para os garimpos é a falsificação de dados dos documentos de identidades, certidões de nascimento que antecipem a maioridade dos filhos. Essa estratégia é realizada pelas próprias mães a fim de que os(as) filhos(as) possam colaborar no trabalho do garimpo e evitar proibições de autoridades oficiais na Venezuela e/ou suborno:

Ah minha filha! Isso ai tem rolo! Minha mãe para me trazer para cá para trabalhar com ela, eu tinha 16 anos, ela falsificou minha data de nascimento na certidão, por fim tenho dois anos a mais nos meus documentos. (mulher, natural do Amazonas, 52 anos, moradora de Santa Élena do Uairén há 36 anos, entrevista concedida em 16/01/2013)

A reunificação familiar é mais predominante entre as mulheres que entre os homens chefes de família. Em regra, ocorre quando os filhos já são adolescentes ou adultos e em contextos temporários articulados a dificuldades de subsistência dos filhos no Brasil, tais como, desemprego, envolvimento com criminalidade, gravidez, entre outros.

Vim a primeira vez em Santa Elena do Uairén quando tinha 14 anos. A minha mãe me internou num colégio da igreja Adventista. Eles só me aguentaram um ano. Depois disso eu saí de casa, tinha 15 anos, desde então fui pro mundo. Com 19 anos, já mãe solteira, sofri um acidente de moto e fui obrigada a vim morar em Santa Elena do Uairén com a mãe que trabalhava como cabeleireira, pois, em Boa Vista morava sozinha e não tinha ninguém para cuidar de mim e do meu filho. Tô aqui até hoje! (mulher, natural de Boa Vista, 24 anos, vive há 03 anos na Venezuela, entrevista concedida em 05/10/2008)

A ajuda financeira também revela peculiaridades de estratégias de manutenção e reprodução familiar:

Envio muito pouco dinheiro. Esse câmbio está muito ruim. Mando mais presentes. O meu filho de quatorze anos queria um telefone, eu fui comprei e mandei. Envio sempre pelo correio, vou até linha e envio. Para minha mãe não pode faltar! Agora depende, agora enviei para ela um cordão de prata cheio de enfeites, próprios para mulher, outra vez enviei um *termo guarda* café. Eu falo sempre com a minha mãe, agora que sair da mina minha primeira preocupação é falar com a mãe, ela já tem quase 70 anos. (homem, natural do Amazonas, 43 anos, vive há 5 anos na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 10/01/2013).

Envio um pouco de dinheiro. Mas mando todo mês pelo meu pai que faz corrida aqui, rancho, porque aqui as coisas são mais em conta e compro tudo que as minhas filhas precisam. (mulher, 29 anos, natural do Ceará, vendedora de roupas no garimpo, 5 anos vivendo na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 09/01/2013)

Com base nos relatos é possível perceber a importância dos fluxos de circulação de objetos e de informações no fortalecimento do pertencimento família nos contextos transnacionais. A rede de troca estabelecida pelos presentes e a atualização de informações sobre a família permite que, mesmo distante, se

mantenha presente dentro da família. Assim, “a solidariedade de gênero e geração seriam, nesse contexto, fundamentais para transformar situações de aparentes rupturas em continuidade - a continuidade familiar construída num mundo de fluxos e deslocamentos em contextos migratórios” (LOBO, 2010, p. 28).

As remessas para as mulheres chefes de famílias são utilizadas na compra de alimentos e utensílios como forma de rentabilizar os recursos adquiridos no mercado de trabalho para a subsistência familiar, tendo em vista o baixo valor do câmbio da moeda venezuelana em relação à moeda brasileira. Contudo, em alguns contextos os recursos financeiros precisam ser investidos diretamente no Brasil quando direcionados para campos específicos da manutenção familiar, tais como educação e a saúde dos filhos. Logo que isso ocorre, as mulheres chefes de famílias passam a aumentar a jornada de trabalho, ocupando várias posições no mercado de trabalho, a fim de suprir a necessidade financeira familiar no Brasil. Todavia, quando essas mulheres possuem um relacionamento estável com venezuelano a subsistência na Venezuela passa a ser partilhada com o cônjuge e passam a enviar para os filhos no Brasil parte do que conseguem arrecadar com a força de trabalho na Venezuela:

Tenho uma filha, mas não é do meu marido atual. Ela tem 19 anos e é brasileira. Envio dinheiro para ela a cada 15 dias, porque tenho que ajudá-la a pagar a faculdade. Vou em Pacaraima e faço um depósito. Durante a semana montei um negócio em casa e as sextas-feiras venho vender na feira. Meu marido é que assume as despesas de casa aqui, porque se não fica difícil ajudar minha filha. (mulher, 48 anos, natural do Amazonas, vive há 12 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 18/01/2013).

Já entre homens brasileiros chefes de família na fronteira a subsistência familiar dos filhos no Brasil, assume outra conotação, uma vez a constituição de novos matrimônios na Venezuela aumenta as responsabilidades como provedor da família e conseqüentemente, impacta o orçamento familiar reduzindo os valores e/ou fluxos de remessas e mercadorias para os filhos no Brasil. Com o tempo, os vínculos afetivos e os contatos com a família tornam-se cada vez mais escassos e esporádicos ou mesmo culminam com o rompimento total devido ao silenciamento de notícias.

Entre as famílias nucleares, compreendidas por famílias formadas por pai, mãe e filhos e/ou casais sem filhos que possuem algum outro membro da família sob seus cuidados, o deslocamento entre a fronteira é acionado frequentemente como estratégia de reprodução e manutenção familiar, sobretudo, em relação ao trabalho transfronteiriço.

A família constitui residência na cidade venezuelana Santa Elena do Uairén e parte dos membros da família trabalha no município de Pacaraima, no Brasil. Quando o dinheiro torna-se bastante rentável, considerando o câmbio não oficial praticado na fronteira, todos os meses eles convertem o salário recebido em real para a moeda Venezuela. Dependendo da conjuntura política e econômica da Venezuela o salário passa a valer até doze vezes mais do que valeria no Brasil.

Minha mãe trabalha como merendeira em uma escola em Pacaraima. Meu pai é venezuelano e às vezes trabalha na construção, mas agora está em casa trabalhando com plantação. A maior renda do sustento da família é da minha mãe que recebe no Brasil. (mulher, 18 anos, filha de mãe brasileira e pai venezuelano, moradora de Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 08/01/2013).

Moro com minha filha e minhas duas netas. Minha filha trabalha no Brasil e ganha o nosso dinheiro. Trabalha no hospital em Pacaraima de recepcionista, a gente saca o dinheiro lá e faz o câmbio aqui. (mulher, natural de Goiás, vive em Santa Élena do Uairén há 26 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 18/01/2013).

Com relação à estratégia de manutenção familiar, articulada a conversão do dinheiro existem outras fontes de origem de recursos que colaboram e não estão diretamente ligadas ao mercado de trabalho:

O meu ex- marido pai da minha primeira filha é brasileiro e trabalhava na policia federal e agora está aposentado, ele paga a pensão para minha filha e a gente também faz o câmbio. (mulher, natural de Goiás, vive em Santa Élena do Uairén há 26 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 18/01/2013).

Eu tenho dupla nacionalidade. Já paguei um seguro na Venezuela e já sou aposentado agora estou esperando completar a idade para me aposentar no Brasil. Vou cumprir 64 anos agora em junho. (homem, 63 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 40 anos, entrevista concedida em 09/01/2013).

Minha mãe recebe o bolsa família no Brasil e daqui da Venezuela somente ganhou a casa quando casou com o pai. Até pouco tempo a casa era no nome do meu pai porque ela não era nacionalizada, depois passou para o

seu nome.(homem, filho de mãe brasileira e pai Venezuelano, morador de Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 10/01/2013)

Portanto, uma parcela da renda familiar também é proveniente do recebimento de benefícios no Brasil, tais como, aposentadoria e pensões alimentícias, muitas dessas famílias acabam tendo como principal fonte de recursos esses benefícios.

Outra estratégia acionada pelas famílias ligada ao contexto do trabalho fronteiriço é o deslocamento dos negócios da família entre os países em conjunturas específicas da política monetária dos países:

Trabalhei na Venezuela numa fábrica de sorvete, aí, depois, comprei o ponto de sorvete e aluguei uma casa e fiquei trabalhando por conta própria na Venezuela. Agora estamos repousando esses dois anos em Pacaraima com a sorveteria, pois com o câmbio baixo ficou difícil de produzir na Venezuela. Mais ainda continuo fornecendo para Venezuela. Compro quase toda matéria prima de produzir o sorvete lá, ai fica mais lucrativo. Além do mais, como não tinha documentos não pude fazer empréstimos já aqui como sou nacional tenho maiores possibilidades de crescimento, ter um capital de giro. Mas a única dificuldade é essa, por isso estou na fronteira, porque tenho um desejo de voltar para Venezuela e crescer a fábrica lá, porque lá tem muito mais mercado para eu crescer.

Para algumas famílias que vivem na fronteira com a Venezuela, a oscilação do valor das moedas de ambos os países rege a circulação e a mobilidade da família na fronteira como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que quando a moeda se valoriza o comércio fica mais vantajoso de um lado e menos do outro. Assim, atualmente a valorização da moeda brasileira é um incentivo financeiro promovido pela condição de transnacional no Brasil. O aumento do poder aquisitivo dar-se pela compra de matérias-primas a baixo custo pelo câmbio que possibilitou a ampliação da produção e do fornecimento para o mercado consumidor de ambos os países.

Algo recorrente, fruto do reflexo da política monetária de ambos os países é a transferência da responsabilidade do sustento familiar para outros membros da família. Os recursos anteriormente enviados pela(o) migrante brasileiro(as) aos

membros da família no Brasil passam a ser recebido por membros da família na Venezuela:

A minha mãe é que me manda dinheiro. Ela deposita na conta de uma amiga que saca em Pacaraima para mim todos os meses. Antes eu mandava para minha mãe, mas depois que o real ficou alto parei de enviar. (mulher, 36 anos, natural de Manaus há 15 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 10/01/2013).

A posição no mercado de trabalho é um importante marcador das estratégias acionadas pelas articulações familiares transnacionais na manutenção e reprodução social da família na fronteira Brasil/Venezuela, dependendo do local e posição social no mercado de trabalho (comerciantes, garimpeiros(as), vendedores(as) motoristas, entre outros), as estratégias de reprodução social da família se distinguem.

Em geral, os que detêm os meios de produção, tais como proprietários(as) de estabelecimentos comerciais e maquinários de garimpagem, profissionais liberais (médicos, professores, etc) tendem a migrar com toda a família ou manter contatos mais permanentes com os membros da família no Brasil, inclusive por meio do deslocamentos mais contínuos na fronteira.

Uma estratégia bastante utilizada pelas famílias de classe média é a aquisição de bens móveis e imóveis tanto no Brasil, quanto na Venezuela:

Com relação aos gastos, como meu marido recebe em bolívar ele paga os custos com casa na Venezuela e tudo que a gente compra na Venezuela e eu tudo que se compra no Brasil é com meu dinheiro. Como eu recebo em real invisto todo meu salário no Brasil, agora com a construção da casa no Brasil. Quando vamos para Boa Vista eu pago as despesas porque não faz sentido ele ficar trocando dinheiro. A gente se divide assim, ele tem um carro venezuelano para gente viajar lá para dentro e eu tenho carro brasileiro para gente viajar no Brasil. (mulher, natural de Porto Ordaz, 30 anos, vive em interruptamente há 10 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 09/01/2013).

Vale lembrar, que essas famílias são frequentemente as pioneiras e formam um pequeno grupo de brasileiros que conseguiram regularizar-se (obtendo visto permanente), tiveram filhos na Venezuela e hoje estão totalmente integrados à economia e cultura local. Podemos comparar esse grupo com que o autor Norbert Elias denominou de *estabelecidos* (ELIAS, 2000 apud Rodrigues, 2011).

Em contrapartida, as migrantes brasileiras trabalhadoras domésticas que vendem sua mão de obra nos serviços de manutenção e reprodução social da família de classe média, raramente conseguem realizar a reunificação familiar na Venezuela. A separação dos filhos é apontada por essas migrantes como uma das principais dificuldades de viver em outro país:

(...) Para mim não foi difícil pelo fato de estar aqui e por ser diferente. O que foi mais difícil foi à separação dos filhos para ficar aqui, devido o tempo no trabalho, não pude ficar com eles. (mulher, 35 anos, natural Crateús/CE, moradora de Santa Élena há 5 anos, entrevista concedida em 06/10/2008)

Entre as migrantes brasileiras de classe média, existe uma exportação da mão de obra de trabalhadoras domésticas brasileiras para que tenham o tempo liberado para atividade produtiva fora da esfera doméstica. Isso remete a uma configuração da divisão sexual do trabalho na qual mantém exclusivamente às mulheres a função de conciliar vida familiar e vida profissional. Contudo, incluir um novo elemento que é “modelo da delegação”, o qual as trabalhadoras têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Cabe, no entanto, refletir em que medida o “modelo da delegação” articulado ao “modelo da conciliação” aprofunda desigualdades de gênero e de classe, uma vez que as mulheres são as principais responsáveis por esse trabalho que também passa a ser delegado a outras migrantes brasileiras de classe popular alijada de direitos. O trabalho doméstico é, assim, naturalizado no espaço doméstico por meio da dimensão afetiva do estreitamento de laços entre patroas e empregadas colaborando para a reprodução de uma servidão doméstica com reflexos na esfera familiar e psicológica destas trabalhadoras (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.607).

A importação da mão de obra dos cuidados é fortalecida neste contexto pela manipulação de estruturas patriarcais do mercado global que atribui especialmente às mulheres os cuidados familiares e, tratando-se do espaço fronteiriço isso é acentuada pela facilidade de recrutamento dessas mulheres dada a proximidade geográfica (RAMIREZ, et. al., 2005).

Arriscaria a dizer que essas trabalhadoras dos cuidados transfronteiriças compõem o que Amaia Pérez denomina das cadeias globais de cuidados, entendidas como “dimensões transnacionais que se conformam com o objetivo de sustentar cotidianamente a vida, transferindo o trabalho dos cuidados a outras mulheres, com base a eixos de poder, entre os quais cabe destacar o gênero, a etnia, a classe social e lugar de origem (2007,p.3)”.

O mercado de trabalho oferecido na fronteira Brasil/Venezuela tem suas principais bases alicerçadas sob a dinâmica de uma “economia subterrânea”⁶, cuja informalidade é uma das suas fundamentais características representadas, em parte, pelos vendedores ambulantes, contrabandista, garimpeiros, os trabalhadores temporários e informais no comércio e área de serviços em geral. Por isso, a migração para a fronteira ainda representa para esses(as) trabalhadores(as) melhor qualidade de vida para suas famílias. A principal atribuição a essa conquista é descrita pela baixa carga tributária do país:

Porque o padrão de vida que eu tenho aqui, não posso ter uma terça parte lá, por exemplo, ter dois ar- condicionados ligado vinte quatro horas, três televisões, micro-ondas. Se quero comer uma comida brasileira, vou lá em Pacaraima e compro meu churrasco. No Brasil você tem que pensar duas vezes, são regalias que as minha família tem aqui que não poderia ter no Brasil. Já têm uns oito anos que o câmbio do real para bolívar ficou melhor, mas mesmo quando o boliva era uma moeda forte eu vivia melhor aqui que no Brasil, porque no nosso país a gente paga até para respirar. Eu tenho na minha casa, três televisões, dois DVDs, dois micro-ondas, dois ar-condicionado ligados 24 horas e eu pago a cada três meses, vinte reais de energia. Minha botija de gás é 18kg dura três meses, pago dois reais por ela, então são esses tipos de coisas que a gente não tem no Brasil e posso oferecer para minha família aqui (mulher, natural de Goiás, vive em Santa Élena do Uairén há 26 anos em Santa Élena do Uairén).

⁶ Segundo Peralva (2007) apoiada nos pensamentos de Alejandro Portes (1999) e Alain Tarrius (2002), As migrações contemporâneas, apresentam fluxos globais financeiros que corresponde uma outra globalização, “por baixo”, construída por atores de uma economia subterrânea complementar em relação à economia formal. Do mesmo modo como, nos países em desenvolvimento, os vendedores ambulantes sempre constituíram a outra face do comércio legal, vastas zonas de informalidade aparecem hoje como elemento constitutivo do mercado mundial. A importância social dessas zonas de informalidade é que elas tornam acessíveis às populações pobres do mundo em desenvolvimento os principais produtos manufaturados e os principais objetos tecnológicos que estruturam a experiência contemporânea, garantindo-lhes uma participação eficaz no mundo moderno. Sua face sombria é que elas limitam as possibilidades, nas novas regiões geoeconômicas emergentes, nas novas regiões geoeconômicas emergentes, de incorporação aos quadros da economia formal e ao campo dos direitos sociais. (PERALVA, 2007, p. 17)

A menor carga de impostos na Venezuela é apontada pela maioria dos(as) migrantes brasileiros(as) como uma das principais motivações para a fixação no país, uma vez que possibilita melhoria de qualidade de vida para suas famílias. A fronteira oferece um *campo de possibilidades* que pode ser acionado pelos sujeitos sociais que a circulam, por meio da negociação da identidade nacional e de gênero ao mesmo tempo em que desenvolvem dentro e fora da família estratégias de manutenção e reprodução familiar.

Deste modo, descreverei a seguir na tabela 05 as principais práticas ligadas aos cuidados e manutenção familiar acionada pelos(as) migrantes brasileiros(as) membros das articulações familiares na fronteira Brasil/Venezuela.

Tabela 3: Práticas ligadas ao cuidado nas articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela

PRÁTICAS	HOMEM	MULHER
Extensa jornada de trabalho como estratégia de subsistência e refúgio da dor do distanciamento familiar dos filhos	X	X
Centralidade do exercício do cuidado de sustento familiar	X	
Emprego transfronteiriço	X	X
Mobilidade residencial entre países em conjunturas específicas	X	X
Circulação de crianças		X
Circulação idosos		X
Acesso a benefícios previdenciários em ambos os países	X	X
Manipulação lingüística, articulada a identidade nacional	X	X
Casamentos simultâneos / ocultação da relação extraconjugal	X	
Importação de mão-de-obra doméstica pela classe média brasileira		X
Transferência da responsabilidade do sustento familiar para os membros da família no Brasil quando a moeda venezuelana está em queda;		X
Acompanhamento e controle familiar cotidiano por meio do telefone;		X
Fluxos de circulação de objetos e de informações no fortalecimento do pertencimento família	X	X
Circulação de notícias sobre a criação dos filhos por meio de outras mulheres da família	X	X
Câmbio dos recursos aposentadoria e de outros benefícios como estratégia do aumento de rendimento familiar.	X	X
Trabalho de menores de idade - falsificação de documentos dos filhos que antecipem a maioridade		X
Compartilhamento com o novo cônjuge das despesas com a criação dos filhos no Brasil		X
Transferência dos cuidados dos filhos(as) principalmente a outras mulheres da família no Brasil	X	X

Com base na tabela acima é possível perceber que a relação do cuidado familiar é marcada fortemente, ainda que em um contexto de transnacionalismo, pela definição de papéis de gênero, nos quais as mulheres são as principais responsáveis, participando diretamente nos cuidados familiares, mesmo a distância. Já entre os homens, o cuidado está ligado diretamente ao sustento e os resultados

gerados por ele dentro da família. Contudo, a manutenção da afetividade é um elemento comum sedimentado por fatores simbólicos, sociais, materiais e financeiros entre homens e mulheres no âmbito familiar.

No que diz respeito às diferenças de papéis desempenhadas na rede de cuidados entre homens e mulheres foi possível perceber por meio das genealogias que há uma predominância da participação mais direta das mulheres na prestação de serviços ligados diretamente aos cuidados dos(as) filhas dos(as) migrantes no Brasil (alimentação, escola, vestuário, etc), sobretudo, na linha materna de parentesco. Já os homens, representados aqui especialmente pelos avôs e tios desenvolvem atividades correlatas ou ocasionais, tais como, colaboração no transporte escolar, responsáveis pela busca de alimentos e remessas na fronteira, etc.

A reciprocidade ligada à obrigação moral de ajudar e a afetividade construída nesse limiar colaboram para a manutenção das relações familiares à distância. No entanto, cabe ressaltar que nem sempre essa relação é reconhecida por quem foi e quem ficou à medida que novas relações são construídas no espaço de origem e de destino. Ao mesmo tempo, a noção de pertencimento a família no Brasil, representa para quem se desloca para Venezuela, ainda que mantenha parques ou raros contatos familiares, a referência simbólica de origem ligada ao parentesco, afinidades e a boa conduta.

O espaço fronteiro contribui de forma significativa para isso com o deslocamento constante de brasileiros que permitem a esses migrantes na fronteira Brasil/Venezuela, mesmo em grandes intervalos de tempo a re - atualização da vida familiar no Brasil pela passagem de conhecidos na fronteira ou dos próprios membros da família, considerando o fluxo migratório focalizado de algumas regiões específicas do Brasil, tais como, norte e nordeste. Neste momento, o pertencimento a família é relacionado ao lugar de origem e passa a constituir um elemento em comum entre quem chega e quem permanece na fronteira.

Já a constituição da família com venezuelana(o), representa para o(a) migrante brasileira(o), uma relação de proximidade que caracteriza maior confiança e certa cumplicidade com a inclusão no grupo social local. Deste modo, o pertencimento às articulações familiares transnacionais significa, neste contexto, aquisição de determinados privilégios, muitas vezes não concedidos a outras famílias de brasileiros na fronteira. A mediação entre as formas simbólicas de pertencimento e o suposto direito garantido como cidadão no país também corroboram para tais prerrogativas.

A cidadania passa a ser concebida no espaço fronteiriço muito mais pelas lógicas regidas pelas interações sociais com os agentes governamentais do que pelos instrumentos oficiais regulatórios dos dois países. Assim, a suposta cidadania aqui é idealizada pela convivência entre os diferentes grupos nacionais:

Minha mulher tinha ficado trabalhando no restaurante em Boa Vista, enquanto eu organizava o local do restaurante aqui em Santa Elena. Quando estava tudo pronto mandei o recado para mulher vender tudo que tinha lá e vir embora para cá com prato, louça, talher para gente trabalhar no restaurante aqui. A mulher vendeu e veio embora com meus dois. Quando minha mulher veio que passou na polícia federal com as coisas os policiais ficaram assim... ai ela falou sou esposa do José Laércio Borges, ninguém sabia quem era, mas um amigo também parou e falou : essa é a mulher do Zebrinha, os federais responderam: Ah, mulher do Zebrinha, então pode passar. (homem, natural do Amazonas, 81 anos, morador de Santa Elena do Uairén há 38 anos, entrevista concedida em 15/01/2013).

O deslocamento e a circulação constroem relações múltiplas que perpassam as fronteiras dos Estados-nação. A mobilidade define um espaço social particular que se sobrepõe a essas fronteiras, fazendo surgir “territórios autônomos em relação aos Estados, e dando origem a formas sociais particulares e diversificadas” (PERALVA, 2008, p.18). Compreendo a com base nas relações sociais estabelecidas profundamente ligadas ao contexto histórico e cultural.

Assim, por meio de comunidades específicas como Santa Elena do Uairén e Pacaraima é possível compreender como aspectos globais, nacionais e locais são reconstruídos e o espaço transfronteiriço alicerçado por relações sociais com diferentes graus de poder. Admite-se, deste modo, perceber os migrantes não apenas “como comunidades étnicas ou transnacionais discretas, mas como

protagonistas ativos cujas trajetórias de vida e identidades são moldadas e modelam localidades específicas no contexto de mudanças em que ocorrem e através do tempo” (BIANCO, 2012, p.81)

Isso não significa que gozem de plenos direitos por viverem na fronteira, mas ao contrário:

Não ter a naturalização brasileira só dificultou meu acesso aos concursos públicos no Brasil por isso, fiz concurso da universidade porque permite contratar professores de vários lugares não tem essa exigência, diferente de outros concursos públicos que exigem que seja brasileiro ou naturalizado, realmente por causa disso eu nunca tinha feito outros concursos públicos, por isso meus empregos no Brasil sempre foram temporários ou celetistas. (mulher, natural de Porto Ordaz, 30 anos, vive em Santa Élena do Uairén interuptamente há 10 anos em Santa Élena do Uairén).

As escolas na fronteira até quebram o galho para o aluno estudar sem os papéis, o problema é quando esse estudante precisa participar de outros projetos ou mesmo receber auxílio médico fora do Estado. A situação de irregularidade impede esse direito. (Coordenador do projeto jovens embaixadores em Roraima)

A relação de vizinhança construída no contexto fronteiriço faz com que as dinâmicas das relações se sobreponham às regras oficiais. Por outro lado, estar fora deste espaço de vizinhança (fronteira) significa obedecer a regras nacionais e/ou globais estabelecidas. “Dessa forma, uma diferenciação entre nacionais e estrangeiros, impõe a exclusão ou pelo menos acesso preferencial desigual a bens e direitos” (BALIBAR, 2004, p.23). Essa tendência, por sua vez também passa a limitar a circulação e o deslocamento do migrante e suas famílias ao espaço fronteiriço:

Já passei morando na fronteira 15 anos sem ir em Boa Vista. Eu só fui porque minha menina pariu e eu tive que ir lá. (mulher, 49 anos, moradora de Santa Élena do Uairén há 28 anos).

Todavia, a fronteira marca um espaço de interseção entre os laços familiares no Brasil e na Venezuela, ao mesmo tempo em que permite ao migrante a oportunidade de compartilhar e vivenciar novos costumes no outro país, não se adaptando mais ao país de origem:

Na época meus pais tinham decidido comprar um comércio em Santa Élena. Minha mãe já tinha vindo para Santa Elena de 1997 a 1998, eu tinha uns 17 anos. Meu pai ficou morando em Boa Vista e minha mãe em Santa

Elena, ele vinha todos os finais de semana. Comecei nessa vida de fronteira de Santa Elena e Pacaraima fazendo publicidade para os comerciantes, daqui para lá. Até que eu fui para Boa Vista quando começaram as minhas aulas, mas vinha todo fim de semana. Quando estava terminando a faculdade foi justamente no momento da separação dos meus pais, nessa época já trabalhava tinha tudo, mas minha mãe estava aqui sozinha, na questão do sofrimento, não tinha sido uma separação fácil envolvia traição. Então resolvi voltar para Santa Elena e ficar um tempo com minha mãe, dar uma força, mais ou menos em 2007. Acabei mudando de rumo. Eu tinha meu namorado sério, mas não tinha intenção de casar, mas sabe como é morando em Santa Elena acabei convivendo mais direto e acabei casando. Já casada não ia voltar mais para Boa Vista, até porque ele (marido) é venezuelano. Acabei ficando por aqui, pois eu trabalhava em Pacaraima, ele em Santa Elena e ninguém ia precisar abrir mão de nada e ficar perto da minha mãe meu motivo maior. Mas meus planos são no Brasil, apesar de estar na fronteira. Não me acostumo mais na Venezuela, moro em Santa Elena porque todo dia estou aqui (Pacaraima). Morando em Santa Elena eu estou aqui na fronteira, trabalho aqui deste lado, fico mais tempo aqui que lá. Saiu de manhã e chego a noite. Morando em Santa Elena me sinto morando no Brasil porque é totalmente misturado. (mulher, natural de Porto Ordaz, 30 anos, vive em Santa Elena do Uairén interruptamente há 05 anos em Santa Elena do Uairén)do Uairén interruptamente há 05 anos em Santa Elena do Uairén).

A convergência entre países permite a família conciliar distintos projetos que passam a ser mediados pelo *campo de possibilidades* próprio da complexidade da transfronteira em cujo espaço cruzam-se várias trajetórias e trilhas sociológicas e culturais (VELHO, 1999,p.19).

A residência quando a referência é a família é outro aspecto que merece atenção, pois obedece a outras lógicas de pertencimento que não estão atreladas a coabitação, mas aos laços familiares constituídos em cada país ou pela falta desses na fronteira, fazendo que a lembrança da família no Brasil seja a única referência de lar:

O lugar que considero como minha casa é lá em Manaus, porque minha filha tá lá, minha mãe tá lá. (mulher, 48 anos, natural do Amazonas, vive há 12 anos em Santa Elena do Uairén)

Portanto, a casa e/ou lar não se restringe ao espaço de convivência, mas ao sentimento de pertencimento a família. Assim, é comum chefes de famílias que não moram com seus filhos na fronteira considerarem a sua casa o Brasil, embora vivam há muito tempo na Venezuela e raramente visitem a família no Brasil.

No entanto, aqueles ou aquelas que constituem família na Venezuela assumem outra postura.

Aqui na Venezuela, aqui é o meu trabalho, porque já trabalho há seis anos com eles. Aqui que passo o dia todinho trabalhando e que eu tenho mais contato com os brasileiros. Quando chego em casa meus filhos também são todos brasileiros e falamos português (mulher, natural de Boa Vista, 37 anos, vive há 7 anos na Venezuela).

Com base na narrativa, é possível identificar outros elementos que compõem o lar e se mantêm atrelados ao contexto familiar intimamente conectados a identidade nacional, tal como o idioma com a possibilidade de falar português e a convivência com brasileiros no trabalho.

A caracterização dos espaços domésticos também guarda detalhes interessantes, especialmente no que diz respeito à aquisição de tecnologias que dão acesso à informações e aos meios de comunicação no Brasil. Ainda que a estrutura da casa seja bastante precária as residências, em geral, possuem televisão com antena parabólica com todos os canais brasileiros disponíveis e um telefone com o qual mantêm contato com parentes e amigos(as) no Brasil. Nesse contexto, o acesso aos meios de comunicação serve tanto de mecanismo de estreitamento com país origem quanto de fortalecimento da identidade nacional de brasileiro(a).

Com base nas informações ora apresentadas a garantia da realização dos cuidados e da manutenção familiar pelas articulações familiares transnacionais depende da forma com que os arranjos familiares de constituem na fronteira e dos papéis de gênero arraigados, os quais definem como são encarados entre homens e mulheres.

Deste modo, no capítulo a seguir apresentarei notas de pesquisas que revelam a influência da mobilidade e do trânsito da fronteira na reconfiguração das identidades de gênero e nacional e a sua relação com os cuidados familiares e os espaços de interação social fronteiriço.

CAPITULO V - IDENTIDADES DE GÊNERO E NACIONALIDADES EM CONJUNÇÃO: NOVAS CONFIGURAÇÕES DENTRO E FORA DA FAMÍLIA EM CONTEXTOS TRANSNACIONAIS

O espaço social intercultural construído na fronteira Brasil/Venezuela não é apenas um espaço de contatos de diferentes culturas, mas de pessoas portadoras de diferentes culturas e cujo alicerce se consubstancia nas relações de poder no exercício da materialização da existência (GARCÍA CANCLINI, 2005). Em outras palavras, compreender a constituição das articulações familiares transnacionais passa pela dinâmica de entender não apenas o compartilhamento cultural, mas as diferenças, contrastes e conflitos culturais produzidos internamente pelas nacionalidades em conjunções nessa instituição, ou seja, como a produção interna dessas diferenças impacta a organização de grupos sociais na fronteira e nas estratégias acionadas para concretização dos cuidados familiares.

Nesta perspectiva, a fronteira representa um espaço de disputa entre o Estado e os sujeitos sociais fronteiriços que, com base em uma relação cotidiana redefinem as identidades nacionais, locais e regionais, dando múltiplos sentidos ao limite estatal representado pela fronteira política definida pelo Estado Nação, promovendo deste modo, outras fronteiras culturais (ALBUQUERQUE, 2010; SAHLINS, 2000).

Assim, as redes de cuidados constroem novas identidades num contexto marcado por distintos estranhamentos, tanto do ponto de vista do migrante, quanto da sociedade envolvente (SILVA, 2012, p. 258-259). Esse processo é elaborado na interação social entre os sujeitos fronteiriços que delimitam o seu pertencimento e a representação do outro por meio do tempo de convivência, elementos socioeconômicos do país de origem e dos contextos históricos e culturais.

Deste modo, os elementos definidores da identidade de um grupo não perpassa apenas pela preservação de elementos culturais específicos, mas pelas

formas de organização e interação entre os grupos, os quais estabelecem critérios de admissão e exceção (BARTH, 1976).

A relação entre brasileiros e venezuelanos na fronteira nem sempre é amistosa, principalmente no que diz respeito aos contatos esporádicos com os brasileiros que não vivem na fronteira e que se deslocam temporariamente para realizarem compras de mercadorias e abastecimento de combustível. Esses brasileiros, em geral, narram que os venezuelanos os tratam mal, especialmente pela forma de atendimento na rede comercial e pelo controle e saída de mercadorias nas estradas venezuelanas pela guarda nacional, que em muitos casos, apreende as mercadorias sem justificativa e/ou exige propina dos(as) turistas brasileiros (as).

Os venezuelanos também reclamam da convivência com os brasileiros que transitam esporadicamente a fronteira, considerando-os desrespeitosos com a cultura local, tendo em vista que não se esforçam para falar espanhol e que acham que eles são obrigados a entender português só porque a moeda do país é mais forte.

Grande parte dos brasileiros vem para Venezuela “só para carregar tudo e ir embora, vivem pedindo desconto mesmo tendo um dinheiro mais forte que na Venezuela. Acho isso um desrespeito (mulher, 59 anos, natural de Caracas, moradora há 20 anos de Santa Élena do Uiarén, entrevista concedida em 08/01/2013) ”⁷.

Já a convivência com os(as) brasileiros(as) que vivenciam articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/Venezuela, especialmente com aqueles(as) que são casados(as) com outros(as) venezuelanos(as) é mais amistosa e são considerados *paisanos*, sobretudo, por praticarem e respeitarem a cultura Venezuelana:

Souza apesar de ser brasileiro, também já é considerado ‘veneca’, já mora há mais de 40 anos aqui na fronteira, fala nossa língua e respeita a regras da cidade. Tem casa, filhos e amigos. Não vem aqui só comprar e vai

⁷ Frases constantemente repetidas por venezuelanos em Santa Elena do Uairén, notas diário de campo.

embora construir no Brasil.(vizinho venezuelano, entrevista concedida em 09/01/2013)

A permanência e o contato contínuo, mediada pela convivência familiar ressignifica a identidade nacional dos(as) brasileiro (as) que constituem articulações familiares transnacionais pelos venezuelanos, uma vez que as novas redes de parentescos promovem novos espaços de socialização e pertencimentos ao país:

Hoje me sinto mais venezuelano, porque já estou há 36 anos na Venezuela, só vou no Brasil para passear. Morar, mais nunca! Me sinto mais venezuelano porque convivo com puro venezuelano. A comida quando cozinho sai mais no estilo brasileiro, mas quando são eles é mais venezuelano. No natal fazemos mais o estilo brasileiro, fazemos o peru, pernil, carneiro assado, o bode, a galinha e vem gente da minha família de Boa Vista, mas também tem a família venezuelana e fazemos o prato tradicional da Venezuela “ajaca e pão de jamon” (Homem, 58 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 35 anos, 09/01/20130).

Assim, as articulações familiares transnacionais fortalecem a imagem de vínculo dos migrantes brasileiros(as) com a Venezuela, a família representa um mecanismo de pertencimento a Venezuela e um espaço praticado das relações transnacionais estabelecidas.

A diferença cambial favorável à moeda brasileira aliada à situação fiscal de Santa Elena, ou seja, uma zona de livre comércio – política econômica adotada por um grupo de países referente à eliminação de tarifas, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte (ou todos) os bens importados e exportados, causa conflito entre brasileiros e venezuelanos à medida que o elevado poder aquisitivo dos brasileiros frente aos venezuelanos atrai a população de Boa Vista a Santa Elena em grandes fluxos focalizados de compras. Além de adquirir produtos eletrônicos, bebidas, entre outros bens livres de taxas, os brasileiros acabam por consumir os produtos de primeira necessidade básica, tais como, açúcar, leite entre outros, desabastecendo o mercado para os próprios venezuelanos e inflacionado os preços, que reforçam a expressão “chegam e carregam tudo”.

Esses(as) brasileiros(as) compõem a rede da “economia subterrâneo”, tais como, motoristas de carros pampas que realizam descaminho de combustível para Boa Vista - conhecidos popularmente na Venezuela como talibãs, garimpeiros e prostitutas também colaboram para a construção e fortalecimento de estereótipos., considerados *ourtsides* , ou seja, como parte do grupo de migrantes brasileiros que estão fora, ou fora da lei ou fora da moralidade e fora da família.

Assim, as migrantes brasileiras solteiras que trabalham como garotas de programa são moralmente condenadas na fronteira, consideradas indignas de pertencer a uma família, consideradas “mulheres de rua”, embora as narrativas dessas mulheres façam referencia ao trabalho com a prostituição como um mecanismo de atendimento a uma obrigação moral de sustento dos filhos(as) ou de outros membros da família no Brasil. Neste sentido, as relações sociais estabelecidas na fronteira desencadearam estereótipos localizados que não permitiu a construção de uma rede social visível no local que envolvesse a garantia dos cuidados.

Já os migrantes brasileiros que constituem articulações familiares transnacionais estão incluídos na sociedade Venezuelana pelos vínculos e relações afetivas estabelecidas, considerados *estabelecidos* aqui pela forma de vínculo familiar e pelo compartilhamento da vivencia cotidiana ligadas tanto as aspectos de ordem culturais como a realização e socialização de comidas tradicionais, quanto problemas de ordem estrutural, tal como o desabastecimento de bens de primeira necessidade (ELIAS, 2000).

Deste modo, os(as) migrantes brasileiros(as) que compõem as articulações familiares transnacionais na fronteira Brasil/ Venezuela composta por brasileiros e venezuelanos mantêm maior poder em relação aos migrantes brasileiros que mantêm relações familiares apenas fora do espaço fronteiriço. Neste contexto, o vínculo da família na fronteira e com a nacionalidade venezuelana colabora para construção de uma relação de pertencimento com a Venezuela e aceitação pelos nacionais. A família assume relações transnacionais e outras configurações em virtude do domínio do idioma, da relação conjugal com um(a) venezuelano(a), da

incorporação de costumes, da identificação e da vivência de problemas comuns, tais como, de ordens estruturais da cidade, estabilidade política do país, fazendo com que estabeleçam uma relação de pertencimento a uma identidade local comum. A própria maneira de se vestir passa a seguir parâmetros de estilos mais parecidos com os das venezuelanas e vice-versa.

O grau de identificação com questões comuns e a convivência diária ressignificam as relações sociais e fortalece os laços de solidariedade entre brasileiros e venezuelanos. O sentimento de uma cidadania limitada por regras institucionalizadas pelos Estados Nações faz com que criem as suas margens novos códigos simbólicos de convivência mediados pelo prestígio e interação social:

A convivência com venezuelano é muito tranquila, isso varia muito, depende de como você trata e para eles te tratarem. O venezuelano é muito mesquinho até te conhecer, depois que te conhece ai mudam totalmente o tratamento deles. Nunca precisei ter documentos para comprar nada na Venezuela, quando precisei comprar um carro fui lá na agência em Ciudad de Bolívar e comprei, mesmo sem documentação Venezuela. Porque as pessoas te conhecem e dão referência. (mulher, natural de Goiás, vive em Santa Élena do Uairén há 26 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 18/01/2013).

Dessa maneira, a pluralidade constituída na fronteira transforma os grupos sociais que lá convivem, à medida que compartilham valores e costumes em um contexto no qual a identidade é ressignificada com base em desvios de papéis sociais construídos socialmente no país de origem e na sociedade de acolhimento. Os membros dessas famílias vivenciam a interseção de diferentes mundos e podem a qualquer momento transitar de um para o outro. O trânsito entre esses domínios se dá constantemente, de modo dramatizado (VELHO, 1999, p.26):

Lógico que me afirmo como venezuelana na hora que busco os meus direitos. Por incrível que pareça nunca tive problema, mas se tu tem algum problema, tu tem que conhecer a lei e tem direito como morador porque vivemos em fronteira. (Meire Tereza Castro Levy, natural de Boa Vista, 37 anos, vive há 7 anos na Venezuela).

A gente não usa muito nacionalidade venezuelana atualmente porque estudamos no Brasil e passamos mais tempo durante o dia no Brasil. Quando passamos a fronteira começamos falar espanhol, no comércio, no banco, ou seja, muda a vida em termos de linguagem para se comunicar, porque se eu for inventar de falar português e dizer que eu sou brasileira, muda tudo na forma das pessoas tratarem a gente. Pensa que é brasileira

atendem mal e até de roubar pode acontecer. Se perguntam se sou venezuelana, respondo que sou, mas não posso dizer que também sou brasileira, porque você está no outro país e não pode ficar mostrando as duas nacionalidades. A mesma coisa aqui no Brasil. (Genesis Carolina Matos Aquino 23 anos, filha de mãe brasileira e pai venezuelano, moradora de Santa Élena do Uairén).

Logo, a identidade afirmada no cotidiano dessas famílias não é fixa, mas interage e transita dentro de um *campo de possibilidades* próprio a complexidade da fronteira em cujo espaço cruzam várias trajetórias e trilhas sociológicas e culturais (VELHO, 1999,p.19). Essa fluidez cria a possibilidade e jogo de papéis e de identidade, que é uma das características mais marcantes da vida na transfronteira. Os limites entre norma, conformismo e transgressão são constantemente colocados à prova (VELHO,1999, p.25). Os indivíduos transitam entre os domínios do trabalho, do lazer, do sagrado, do profano, do legal, do ilegal, cujas passagens são às vezes quase imperceptíveis.

Na fronteira me sinto e afirmo ser brasileiro, mas lá para dentro na Ciudad Bolívar é muito perigoso dizer que é estrangeiro ou brasileiro, principalmente se estiver vindo de Santa Elena do Uairén, porque ficam sabendo logo que é filho de mineiro e vão querer roubar ou pedir propina e ficamos visados. Lá para dentro só fazemos coisas de brasileiros e falamos português só com brasileiros, até por que as pessoas não entendem e discriminam. Quando fui estudar engenharia civil na Ciudad Bolívar falava que era venezuelano porque se não ficavam contestando porque não ia estudar no Brasil. Aqui na fronteira as pessoas entendem e te aceitam como brasileiro. (homem, 22 anos, filho de mãe brasileira e pai venezuelano, morador Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 10/01/2013)

Quando falamos que somos venezuelanas o povo enrola menos no comércio pela facilidade de se comunicar. A mesma coisa aqui no Brasil se chegar falando espanhol ai ficam desconfiados. Como temos a opção de usar as duas línguas, tem como você usar a de lá e da daqui. (mulher, 18 anos, filha de mãe brasileira e pai venezuelano, moradora de Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 08/01/2013).

Isso remete as observações desprendidas por Cardoso de Oliveira ao conceber a fronteira “como um espaço marcado pela ambiguidade das identidades – um espaço que, pela própria natureza, abre-se à manipulação pelas etnias e nacionalidades em conjunção” (2000, p.17). A manipulação neste caso é compreendida pelas estratégias adotadas pelos membros dessas famílias que tem seu olhar treinado e conseguem perceber os códigos simbólicos estabelecidos pela

interação social fronteiriça, atribuindo limites e ampliando espaços, com base nas negociações de identidades nacionais e a convivência diária.

Cardoso de Oliveira (2000) ainda chama atenção quanto à nacionalidade, como uma segunda identidade, é frequentemente instrumentalizada de acordo com as situações concretas em que indivíduos ou grupos estiverem inseridos, tais como saúde, educação dos filhos ou uma eventual proteção junto a forças militares de fronteira, no caso da Venezuela, nos postos policiais. De acordo com o autor essas situações são questões típicas de manipulação de identidades junto a representantes dos respectivos Estados nacionais:

Quando vou para Boa Vista nesse carro com placa Venezuelana, como está todo no meu nome como venezuelano. Quando vou da policia federal pedir o *permiso*, eles me perguntam por que eu não vou como brasileiro. Eu expliquei: quê o que passa é que esse carro está no meu nome como venezuelano e como tenho passaporte venezuelano, prefiro ir assim. Para mim, me favorece mais, porque não tenho carteira de habilitação brasileira, mas tenho a venezuelana que nesse caso serve para eu dirigir no Brasil. (Francisco Antonio de Souza, natural do Ceará, 58 anos, morador de Santa Elena do Uairén há 35 anos).

Por outro lado, a circulação entre a nacionalidade brasileira e venezuelana nas articulações familiares transnacionais não estabelece a constituição da identidade um grupo social específico como vem ocorrendo em outros espaços fronteiriços de Estados-nações. Por exemplo, os Brasiguaios na fronteira do Paraguai com o Brasil classificados com um grupo étnico de acordo Sprandel (2002), uma vez que se diferenciam de brasileiros e Paraguaiois. O caso dos *chicanos* na fronteira México-Estados Unidos, descendentes de imigrantes mexicanos que nasceram nos Estados Unidos. Eles têm a cidadania americana e cultivam elementos híbridos das culturas americana e mexicana e se auto-afirmam *chicanos*.

Embora os membros das famílias constituídas de brasileiros e venezuelanos também cultivem elementos híbridos das culturas dos dois países tais como, o portuñol, culinária, festa, música, entre outros, essas pessoas não se denominam como parte de um grupo social específico, atribuindo e identificando-se a uma identidade coletiva singular, tais como, Venebras ou Brasven. As identidades

passam a ser acionadas em contextos específicos de interação com os distintos grupos sociais à medida que interagem com brasileiros se afirmam brasileiros, quando isso ocorre entre venezuelanos se afirmam venezuelanos.

A identidade é relacional e depende de outra para existir, nesse sentido a identidade é marcada pela diferença que por sua vez é sustentada pela exclusão e/ou inclusão, neste caso a manipulação das identidades em trânsito por essas famílias, nega uma identidade nacional em detrimento de outra, ou seja, quando os membros das famílias afirmam que são venezuelanos negam que são brasileiros e vice-versa. A identidade nacional passa a ser produto da experiência vivida e das coisas da vida cotidiana (SILVA, 2000, p.9)

Eu me sinto mais venezuelano, mas no mesmo momento, me sinto brasileiro, falando português com contigo agora. Mesmo ficando pendente para não meter o espanhol. (homem, natural do Ceará, 58 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 35 anos).

Em Ciudad Bolívar só dizia que era venezuelanos, porque se não os colegas ficavam perguntando já que eu era brasileiro por que não fui Estudar no Brasil? (homem, 22 anos, filho de mãe brasileira e pai venezuelano, morador Santa Élena do Uairén)

A afirmação da identidade passa a ser acionada por meio de símbolos, no caso dos membros dessas famílias pelo domínio do idioma português e espanhol e pela forma de se vestir mais formal em um país e mais despojado no outro. As identidades nacionais brasileiras e venezuelanas não são unificadas, havendo contradições em seu interior que precisam ser negociadas (SILVA, 2000, p.15):

Os colegas de lá (Venezuela) ficam perguntando por que a gente vem estudar no Brasil se a gente é venezuelana. O que eles não entendem é que também somos brasileiras. E aqui em Pacaraima, os colegas brasileiros chamam a gente de Venezuelanas. (Genesis Carolina Matos Aquino 23 anos, filha de mãe brasileira e venezuelano, moradora de Santa Élena)

A interação com diferentes grupos nacionais no interior dos contextos sociais comuns na fronteira, tanto possibilita a negociação de identidades nacionais, quanto impõe uma identidade sobre a outra no exercício cotidiano da “etnicidade” entre os diferentes grupos nacionais pertencentes.

Deste modo, as identidades nacionais são manipuladas em “jogos sérios” que “ativamente jogados são voltadas para metas e projetos culturalmente constituídos que envolvem tanto práticas de rotina, como ações intencionalizadas” (ORTNER, 2007, p. 45-46). A circulação entre as diferentes identidades nacionais se constitui em meio a relações complexas de pertencimento, ligadas a dimensões subjetivas e de poder mediadas pela intencionalidade e agência dos indivíduos que as mobilizam em diferentes formações culturais e contextos sociais (ORTNER, 2007).

A identidade dessas famílias é interpretada de forma rígida pelos diferentes grupos nacionais na fronteira, à medida que não são reconhecidos simultaneamente como brasileiros(as) e venezuelanos(as). Isso faz com que tenham que *jogar* com as identidades nacionais na perspectiva de manter o reconhecimento entre os distintos grupos que cultivam interação social. Contudo, elementos simbólicos que representam o cotidiano dessas famílias, tais como, moradia em um dos países, falta de domínio do idioma, estilo do vestuário, acabam por dificultar a plena aceitação entre dois grupos nacionais.

Contudo, a “identidade de local” na fronteira justapõe as identidades nacionais destes indivíduos e está especialmente ligada ao reconhecimento do pertencimento a famílias constituídas nesse espaço:

Aqui não tem lugar onde se reuni só os brasileiros. Aqui em Santa Elena todo mundo se mistura. Porque as pessoas estão mais acostumados a conviver com brasileiros mais de perto, a cidade é pequena todo mundo se conhece e conhece as famílias. (homem, natural do Ceará, 58 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 35 anos, entrevista concedida em 10/01/2013)

A constituição geopolítica de Santa Elena do Uairén, com pequena densidade demográfica estabelece uma relação comunitária entre os seus habitantes fazendo com que todos se conheçam. As genealogias pessoais tendem a ser públicas e definir quem é local e quem é de fora, mesmo no contexto em que muitos desses habitantes são estrangeiros, como é o caso da constituição de outras articulações familiares transnacionais compostas por famílias de colombianos, chineses e libaneses na fronteira. Deste modo, os processos familiares e as relações entre as

pessoas definidas por meio do parentesco, constituem a base do resto das relações sociais transnacionais (BASCH et al., 1994, p. 238).

A fronteira simultaneamente separa e limita, mas também permite o contato e aproxima. É local de passagem, movimento, mas também é local de fixação e constituição de afetos, relações e histórias que se mantêm no seio familiar. A convivência com a diferença ao mesmo tempo proporciona estranhamentos, também fortalece e reconfigura identidades. Ideias e valores que assumem novos sentidos na interação social cotidiana. A afirmação da identidade requisita estabelecimento de sentidos possíveis tanto de que se afirma, quanto de quem reconhece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira, enquanto um espaço transnacional mediado por articulações administrativas, sociais e culturais reconfiguram âmbitos e espaços sociais dos migrantes e suas famílias. A fronteira vivida no cotidiano promovida pelos deslocamentos e a interação social produzida nesse espaço, reflete na organização familiar e nos significados associados a ela, modificando e construindo novos arranjos e articulações familiares.

A relação de vizinhança típica do contexto fronteiriço faz com que as dinâmicas das relações se sobreponham às regras oficiais. Por outro lado, estar fora deste espaço de vizinhança (fronteira) significa obedecer a regras nacionais e/ou globais estabelecidas. Neste sentido, o pertencimento as articulações familiares transnacionais permite aos(as) migrantes brasileiros(as) uma maior prestígio na Venezuela, por meio da vinculação familiar com um nacional. A cidadania passa a ser concebida no espaço fronteiriço muito mais pelas lógicas regidas pelas interações sociais com os agentes governamentais que pelos instrumentos oficiais regulatórios dos dois países.

Deste modo, esse espaço de interseção entre Estados - Nação permite aos migrantes e a suas famílias um campo de possibilidades e diferentes estratégias de manutenção e cuidados familiares, negociados e acionadas pelas identidades nacionais e pela relação de prestígio concretizada com os laços familiares, contribuindo para o acesso aos direitos e as políticas públicas entre os países.

A vinculação a família obedece a lógicas distintas de pertencimento que podem ser associadas à qualidade das relações sociais atualizadas em fluxos constantes, as estratégias de vínculos à distância ou por trocas materiais e simbólicas. Por outro lado, a vinculação a família também é concretizada simbolicamente pela referência familiar no Brasil, conservada mesmo nos casos em que não existe nenhum contato com os familiares no país. O sentimento de pertencimento a família é mantido pela memória e pelos fatos históricos que foram

vividos no seio familiar. Essa vinculação é sustentada no campo simbólico e afetivo desses(as) migrantes, incorporada como elemento de origem que fortalece a identidade nacional brasileira na Venezuela e responde a moral pública estabelecida que tem a origem familiar com um dos principais elementos basilares da boa conduta humana.

O cuidado, mais que uma estratégia de sobrevivência está ligado a uma obrigação moral que têm como elementos centrais as noções de reciprocidade e pertencimento familiar definidas por elementos culturais que incluem e excluem quem faz parte da família, definindo papéis com base em aspectos de gênero, geração e hierarquias.

Assim, as genealogias fragmentadas realizadas com os(as) migrantes demonstraram não apenas trajetória familiar, mas também o processo migratório que descortinou uma diversidade de estratégias familiares acionadas para realização de cuidados e manutenção familiar. A rede social de apoio organizada pela família em torno do cuidado é fortemente marcada pela definição de papéis de gênero, nos quais as mulheres são as principais responsáveis, participando diretamente nos cuidados familiares.

Deste modo, a responsabilidade do cuidado é encarada, cobrada e realizada de diferentes maneiras entre homens e mulheres. As mulheres tendem a realizar e acompanhar mais ativamente o cotidiano das atividades relacionadas aos cuidados familiares, mesmo quando estão distantes são protagonistas nas decisões familiares que dizem respeito aos cuidados exercendo uma autoridade compartilhada com a cuidadora no Brasil, papel cumprido freqüentemente pelas avós e/ou outras mulheres da família. Já os homens, quando distantes tendem a restringir o cuidado ao sustento financeiro da família, ocupando o papel de provedor. Por isso, no caso de instabilidade financeira ou em conjuntura de poucos recursos os homens tendem a diminuir os contatos familiares para evitar constrangimentos, uma vez que contatos mais freqüentes com a família fortalecem laços afetivos e emocionais, ao mesmo tempo em que também aumentam as demandas familiares e,

consequentemente maiores obrigações com relação à família, inclusive suporte financeiro para o sustento familiar.

Em vista disso, as redes de cuidados assumem diferentes contornos quando acionadas por homens e mulheres. Para homens é utilizada predominantemente para atualização de notícias sobre a família e ajuda no encaminhamento de remessas e presentes. Entre as mulheres representa a transferência temporária dos trabalhos dos cuidados para outras mulheres da família ilustrados aqui pela circulação de crianças e idosos.

Essa transferência quando vista numa perspectiva geracional demonstra uma tendência do deslocamento dos cuidados com idosos às mulheres migrantes brasileiras na Venezuela, considerando a conjuntura econômica do país que permite maior rentabilidade dos provimentos da aposentadoria, além do próprio círculo dessas mulheres que se encontram com maiores condições do ponto de vista financeiro e estrutural, tais como, casa própria, emprego estável, filhos adultos que contribuem para o cuidado dos idosos. Diferentemente dos cuidados direcionados para as crianças, que em geral é transferido para outra mulher membro da família no Brasil quando os filhos são constituído no país, dada ausência de uma rede de apoio familiar na fronteira, além da própria condição estrutural das cidades das fronteiriças que não possuem equipamentos sociais, tais como, creches e escolas em tempo integral, impedindo que tenham tempo liberado para o exercício do cuidado com as crianças.

Por outro lado, as articulações familiares estabelecidas na fronteira entre pessoas de nacionalidades brasileiras e venezuelanas vivenciadas e protagonizadas no cotidiano da fronteira, por meio das nacionalidades em conjunção permitem um campo de possibilidades produzindo simultaneamente o fortalecimento de uma identidade local fronteira, também vivendo em constante tensão entre ser brasileira e ser venezuelana, as quais têm as relações familiares como principal marcador dessa diferença. Em outras palavras significa dizer que à medida que constituem laços familiares mais sólidos com a rede familiar são vistos(as) mais como venezuelanos(as) que brasileiros e/ou vice-versa. No entanto, isso não impede que

performatizem essas identidades e crie um campo de possibilidades, acionados pelo domínio da língua e da condição de cidadã entre ambos os países.

A fronteira é um espaço singular pela própria localização geográfica e descortina uma pluralidade de fenômenos sociais, a cada visita, através da observação do diálogo estabelecido com as pessoas que vivenciam essa realidade, revelando novos olhares e perspectivas sobre o tema estudado. Deste modo, esse estudo tanto esclareceu objetos que orientaram a pesquisa, quanto trouxe à tona novas inquietações sobre o tema que precisarão ser aprofundados em novos estudos, tais como: Qual a influência das articulações familiares transnacionais entre os povos indígenas nessa região? Como a etnicidade é tratada? Em que medida a constituição da família transnacional na transfronteira Brasil/ Venezuela impacta na ressignificação das identidades de gênero e étnica? Como as demandas de cuidados são compartilhadas pelas famílias de migrantes brasileiros de classe média?

Portanto, compreender o pertencimento a família perpassa por compreender uma das principais características compartilhadas pela a humanidade estruturada por processos de reprodução social e simbólica, permeada por novas dinâmicas identitárias que se transformam a cada geração em meio a relações significadas e novos contextos vivenciados. A solidariedade intrínseca ao âmbito familiar ligada aos cuidados vem se modificando e pressupondo novas reciprocidades permeadas de afetividades, hierarquias e tensões associadas a uma obrigação moral de ser família.

Deste modo, o presente trabalho é uma tentativa empírica de uma reflexão iluminada pela antropologia de uma das muitas faces das articulações familiares transnacionais constituídas na fronteira Brasil/Venezuela cujo cotidiano revelam peculiaridades que a antropologia corrobora para construção de novos objetos de estudo que serão problematizados ao longo de novas pesquisas, que seguirão seus rumos e renderão novos frutos. Assim, a experiência antropológica é desafiadora na medida em que ao mesmo tempo em que é totalizante também envolve nossa existência racional, afetiva e identitária na relação com um contexto etnográfico e

histórico particular, originário de um potencial heurístico que está em constante elaboração com base nos horizontes das disciplinas que são sucessivamente expandidos (PEIRANO, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. **O Tempo e o Trabalho das Mulheres**. Pernambuco, Ed. SOS Corpo, 2004.

AYDOS, Mariana Recena. **Refúgio, Migração e Fluxos Mistos: aproximações para uma abordagem crítica**. Trabalho apresentado na 35º Encontro Anual da Anpocs, GT22 - Migrações internacionais: interações entre estados, poderes e agentes, Caxambu, 2011.

AMPARO MICOLTA, Léon. **La autoridad em Cuidado de Hijos e Hijas de Madres e Padres Migrantes**. rev. Latinoam.estud.fam. vol. 3 enero, diciembre, 2011.

ALBORNOZ, Consuelo (et. al.), **Los usos de Internet: comunicación y sociedad**. Tomo 2. Quito: Facultad Lati-noamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), IDRC, CDRI

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994

APPADURAI, Arjun. **Dislocación y diferencia em La economia cultural global**. In: La mordenidad desbordada: dimensiones culturales de La globalización. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Minas Gerais: Editora UFMG, 1998.

BARTH, Fredrik. **Etnicidade e o Conceito de Cultura** □ tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. ntopolítica : Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói : EdUFF, 1995.

Basch, Linda, Glick-Schiller, Nina & Szanton-Blanc, Cristina, **Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States**, Basel: Gordon and Breach Publishers, 1994.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – SGEB. Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior – DCB. Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior – DBR. **Brasileiros no Mundo: Estimativas**. Terceira Edição, Junho de 2011. Disponível m [http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/ptbr/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%](http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/ptbr/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20)

BIANCO, Bela Feldman. **Repensando a Localidade nos estudos migratórios**. In: (org) Sidney Antonio da Silva, Migrações na Pan- Amazônia: Fluxos, Fronteiras e Processos Sócio- Culturais, FAPEAM e Hucitec Editora, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A propos la famille comme categorie realisée. Actes de la Recherche en Science Sociales**, n. 100, Paris, 1993.

_____. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (orgs). Usos & abusos da historia oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996. v. 2.

BLANCO, Cristina. **Las migraciones contemporáneas**. Madrid: Alianza editorial, 2000.

BALIBAR, Étienne. **We, the People of Europe? Reflections on transnational citizenship**, Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

BAENINGER, Rosana. **La migración internacional de los brasileños: características y tendencias**. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE). División de Población y desarrollo. Santiago de Chile, mayo de 2002.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – SGEB. Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior – DCB. Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior – DBR. **Brasileiros no Mundo: Estimativas**. Terceira Edição, Junho de 2011. Disponível em <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/ptbr/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20 0Terceira%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20v2.pdf>

BIANCO, Bella Feldman. **Repensando a localidade nos estudos migratórios**. In: Migrações na Pan- Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. (org) Sidney Antonio da Silva- São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnicidade e Nacionalidade no Mercosul**. Política Comparada. maio/agosto:1997

CARSTEN, J. **After Kinship**. Cambridge University Press: Cambridge, 2004

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Os (des) caminhos da identidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 42, 2000. pp.7-21.

_____. **“Direitos humanos e cidadania no Brasil: algumas reflexões preliminares”**, Série Antropologia, 122. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, (1992),

CASTRO, Yeim **.Cambios en la autoridad familiar a partir de la migración internacional**. Trabajo de tesis. Pereira: Universidad Tecnológica de Pereira,

Facultad Ciencias de la Educación, Escuela de Ciencias Sociales, Licenciatura en Etnoeducación y Desarrollo Comunitario, 2007.

CORTEZ, Mirian Béccheri e SOUZA, Lídio de. **Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal**. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2008, vol.24, n.2, pp. 171-180. ISSN 0102-3772. doi: 10.1590/S0102-37722008000200006.

CLIFFORD, James. *Cultural Anthropology*. v..9, n. 3, 1994.

DABAS, Elina. **Redes en Salud**. Buenos Aires: Funcer, 1999.

_____. **Red de Redes: Las Prácticas de la Intervención en las Redes Sociales**. Buenos Aires, Paidós, 1993.

ELIAS, Nobert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E. “**Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo**” In: *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FARAH, Ivonne.. “**Migraciones en Bolivia: estudios y tendencias**”; en *Umbrales, Revista del postgrado en Ciencias del Desarrollo*, No. 13. La Paz: CIDES, Universidad Mayor de San Andrés. 2005. Disponível em: <http://www.cidesumsa.org/revistas/Umbrales13.pdf>

FONSECA, C.L.W. **Os caminhos da adoção**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Flavio Henrique Miranda de; AGUIRRE, Moises Alberto Calle; MONTENEGRO, Ana Amélia de França; ARAÚJO, Kátia Lucianny de Souza. **Casamento e Re- casamento: uma análise multivariada do mercado matrimonial no nordeste**. Trabalho apresentado no XV encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

GRANDESSO, M. A. **Família e narrativas: histórias, histórias e mais histórias**. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). *Família e*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GOLDANI, Ana Maria. **O mito da desestruturação**. *Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios*. 1990

GUARNIZO, Luis.. **Las y los colombianos en Londres**. Bogotá: Organización Internacional para las Migraciones (OIM). 2006

HOBSBAWM, Eric; **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HALL, Stuart A. **Identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **A identidade Cultural na Pós- modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HIRATA, Helena- KERGOAT, Daniuelle, **Novas Configurações da divisão sexual de trabalho**, Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. (pdf)

Hannerz, Ulf. **Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização**. MANA 5(1):149-155, 1999

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA DE VENEZUELA. **Censo Demográfico (1920-1991)**. Disponível em <http://www.ine.gov.ve/> Acesso. 06.06.09.

JABLONSKI, B. Até que a vida nos separe. **A crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

JOHNSON HANKS, Jennifer. **“Uncertainty and the Second Space: Morden Birth Timing and the Dilemma of Education”**. European Journal of Population. 2004.

LE BOT, Yvon. **“Migraciones, fronteras y creaciones culturales”**; en Foro Internacional, Nº 185, vol. XLVI. México: El Colegio de México. 2006;

LÉON, Amparo Micolta. **Las relaciones en el cuidado de hijos e hijas de migrantes en el país de salida**. IV Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo “Crisis global y estrategias migratorias: hacia la redefinición de las políticas de movilidad” 18,19 y 20 de mayo de 2011 Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO- Sede Ecuador (Quito, Ecuador)

LOBO, Andréa de Souza. **Mantendo relações à distância. O papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo Verde**. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010.

MOORE, Henrietta **Compreendendo sexo e gênero**. Do original em inglês: “Understanding sex and gender”, in Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997, p. 813-830. Tradução de Júlio Assis Simões, exclusivamente para uso didático

MALDONA, María Cristina y Micolta Amparo. **Los nuevos padres lãs nuevas madres**. Cali: Editorial Universidad Del Valle, 2003.

MOTTA-MAUÉS, M.A; IGREIJA, D. G. L; DANTAS, L.M.S. **De casa, em casa, de rua, em rua... Na cidade: "Circulação de crianças", hierarquias e espaços socais em Belém**, in: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro. Anais, Porto Seguro: 2008.

OSO, Laura (1998). **La migración hacia España de las mujeres jefas de hogar**. Madrid: IMU.

ORTNER, S. B. **"Poder e projeto: reflexões sobre agência"**. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (orgs.). Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira da Antropologia – Goiânia. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PAIVA, Odair da Cruz . **"Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos de 1940 e 1950"**. Revista Travessia, ano XIII, n.37, 2000.

PAUGAM, Serge. **Por uma sociologia da exclusão social**. O debate com Serge Paugam. Vêras , M.P.B (Ed) São Paulo: EDUC, 1999.

PÉREZ OROZCO, Amaia. **"Amezana tormenta: lãs crisis de los cuidados y La reorganización del sistema econômico"**. Revista economia Crítica 5, p-7-37, 2006.

PERALVA, Angelina. **Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais**. Contribuição ao projeto "Nova Agenda de Coesão Social para a América Latina", realizado pelo IFHC- Instituto Fernando Henrique Cardoso e pelo CIEPLAN- Corporación de Estudios para Latinoamérica, São Paulo: iFHC/CIEPLAN, 2008.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PERES, Roberta Guimarães. **As mulheres na migração internacional: As diferenças nas estratégias de homens e mulheres ao longo da trajetória migratória**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG-Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004 p. 1- 25

PUYANA VILLAMIZAR, Yolanda; MOTOA FLÓREZ, Ayda Julieth; VIVIEL CASTELLANOS, Adriana **Entre aquí y allá. Las familias colombianas transnacionales** Bogotá. Fundación Esperanza. 2009.

RAMÍREZ, Jacques. 2007. **"Aunque sea tan lejos nos vemos todos los días. Migración trans-nacional y uso de nuevas tecnologías de comunicación"**; en.

RAMÍREZ, Carlota, Mar García y Julia Míguez. **Cruzando fronteras. Remesas, gênero y desarrollo**". Documento de trabajo. República Dominicana: Instituto

Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de La Mujer, 2005.

RIBEIRO, G. L. **Globalización y Transnacionalización. Perspectivas Antropológicas y Latinoamericanas.** Série Antropologia – Departamento de Antropologia – UNB, N° 199. Brasília. 1996-
<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie199empdf.pdf>

_____. **A condição da transnacionalidade.** In: **Ribeiro, Gustavo Lins. Cultua e Política no Mundo Contemporâneo.** Brasília: Endunb, 2000.

ROSAS, Carolina (2010). **Implicaciones mutuas entre el género y la migración.** Buenos Aires: EUDEBA/Universidad de Buenos Aires.

ROBERTS, B. **“Informal Economy and family strategies”.** Journal of urban and regional research, vol. 18, n. 1, 1994.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Migração para o trabalho: uma análise da migração laboral em Boa Vista e Pacaraima (Roraima-Brasil) e Santa Elena do Uairen (Estado Bolívar-Venezuela).** XIV ENCONTRO DE CIENCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE - GT 23 – Migrações Internacionais. **ANAIS.** Recife-PE, Setembro, 2009.

_____. **Relatório do projeto de pesquisa *Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan- Amazônica*** foi aprovado pelo CNPq/Edital CHS 2009-2011 *Amazônica* foi aprovado pelo CNPq/Edital CHS 2009-2011. O trabalho de campo foi realizado no período de 09 a 16 de abril de 2011.

SPRANDEL, Márcia, Anita. **“Aqui não é como na casa da gente”:** comparando agricultores brasileiros na Argentina e no Paraguai: In: FRIGERIO, Alejandro, Ribeiro, Gustavo Lins (Orgs.). **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos.** Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

SAHLINS, Peter. **Repesando Boundaries.** In: GRIMSON, Alejandro (org.). **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro.** Buenos Aires: La crujía, 2000.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho** sobre a moral dos pobres. Campinas, SP, : um estudo Autores Associados, 1996.

SARGENT, C.; LARCHANGE- KIM, S. & YATERA, S. **“Migração e telecomunicações: tecnologias e famílias transnacionais na França e África Ocidental”.** Cadernos Pagu, 2007.

SERRA, M.M.P. **Algumas considerações sobre a circulação de crianças no Brasil e sua distribuição por regiões.** Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 20, n.2, jul/dez, 2003.

SZYMANSKI, H. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo em mudança.** Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXII, n.71set, 2002.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros, APPOLINÁRIO, Andréia Peres. **Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas.** Gênero e geração em contextos rurais. Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (Orgs). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Sidney Antoni. **Migrações na Pan- Amazônia: Fluxos, Fronteiras e Processos Sócio- Culturais,** FAPEAM e Hucitec Editora, 2012.

ISILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais** **Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

SCOTT, Parry. projeto de pesquisa CNPQ, processo 302080/2007-4 **“A Família no Meio do Mundo: mobilidade e negociação de poderes e direitos”.** 2007

_____. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SLUZKI, C. **A rede social na prática sistêmica.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (org),CORDEIRO, Ana Paula, HORTA, Ana Paula Beja, etal. **Sociologia das Migrações.**Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

YNGVESSON, Barbara. **Parentesco reconfigurado no espaço da adoção.** Cadernos Pagu (29), julho-dezembro de 2007:111-138

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da, et al. **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 ed. 1999.

Teses e dissertações:

MARCANO, Elvia Elena. **La construcción de Espacios sociales transfronterizos entre Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Villa Pacaraima.** Brasília, UNB/FLACSO, 1996 (tese de doutorado).

SANTOS, Alessandra Rufino. **Migração de peruanos em Boa Vista-RR** . Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, 2013. Manaus: UFAM, 2013

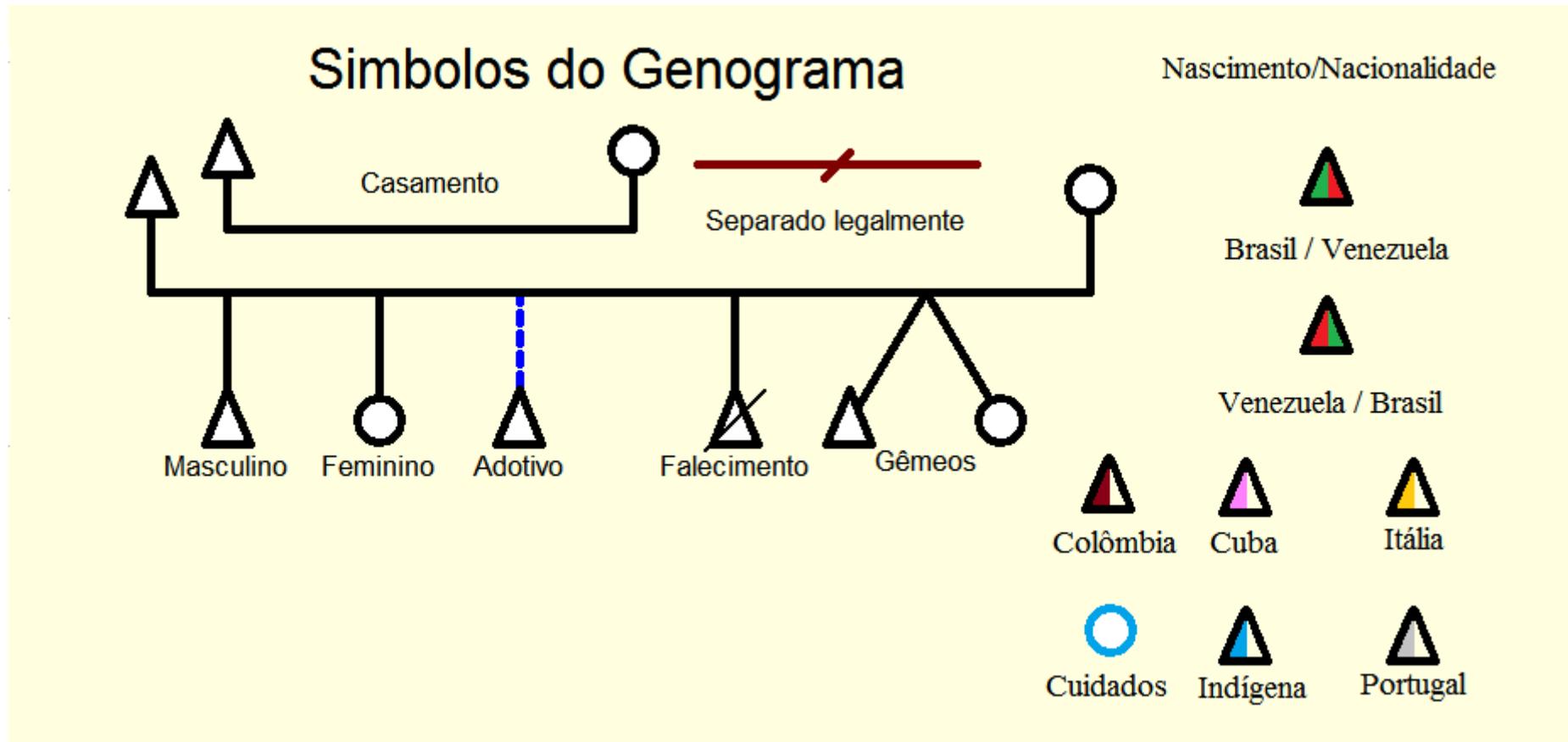
Entrevistas realizadas:

1. Barbára, natural de Boa Vista, 24 anos, vive há 03 anos na Venezuela, entrevista concedida em 05/10/2008.
2. Cora Gonzalo, natural de Porto Ordaz, 30 anos, vive em Santa Élena do Uairén interruptamente há 10 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 09/01/2013.
3. Dorival Ferreira Chagas, 63 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 40 anos, entrevista concedida em 09/01/2013.
4. Dalva Ferreira da Costa, natural do Amazonas, moradora de Santa Élena do Uairén há 36 anos, entrevista concedida 16/01/2013.
5. Eliane Alves, 41 anos, natural de Pernambuco, vive na fronteira há 10 anos, atualmente mora na cidade de Pacaraima, entrevista concedida em 17/01/2013.
6. Fátima Rodrigues, natural do Ceará, moradora Santa Élena do Uairén há 28 anos, entrevista concedida em 10/01/2013
7. Francisco Antonio de Souza, 58 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 35 anos, 09/01/2013.
8. Francisco Castilho, natural do Amazonas, vive há cinco anos na fronteira Brasil/ Venezuela, entrevista concedida em 10/01/2013
9. Genesis Carolina Matos Aquino 23 anos, filha de mãe brasileira e venezuelano, moradora de Santa Élena, entrevista concedida em 08/01/2013.
10. José Arnaldo Ferreira Rodrigues, 55 anos, natural Itapipoca-CE, vive há 35 anos na fronteira Brasil/ Venezuela, entrevista concedida em 12/04/2011.
11. José Laércio Borges, natural do Amazonas, 81 anos, morador de Santa Élena do Uairén há 38 anos, entrevista concedida em 15/01/2013.
12. João Alves de Souza, natural do Maranhão, 55 anos, garimpeiro, vive há 23 anos na fronteira Brasil/Venezuela, entrevista concedida em 0/04/2011.
13. Jonathan Alejandro Sacedo Rodrigues, 22 anos, filho de mãe brasileira e pai venezuelano, morador Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 10/01/2013.

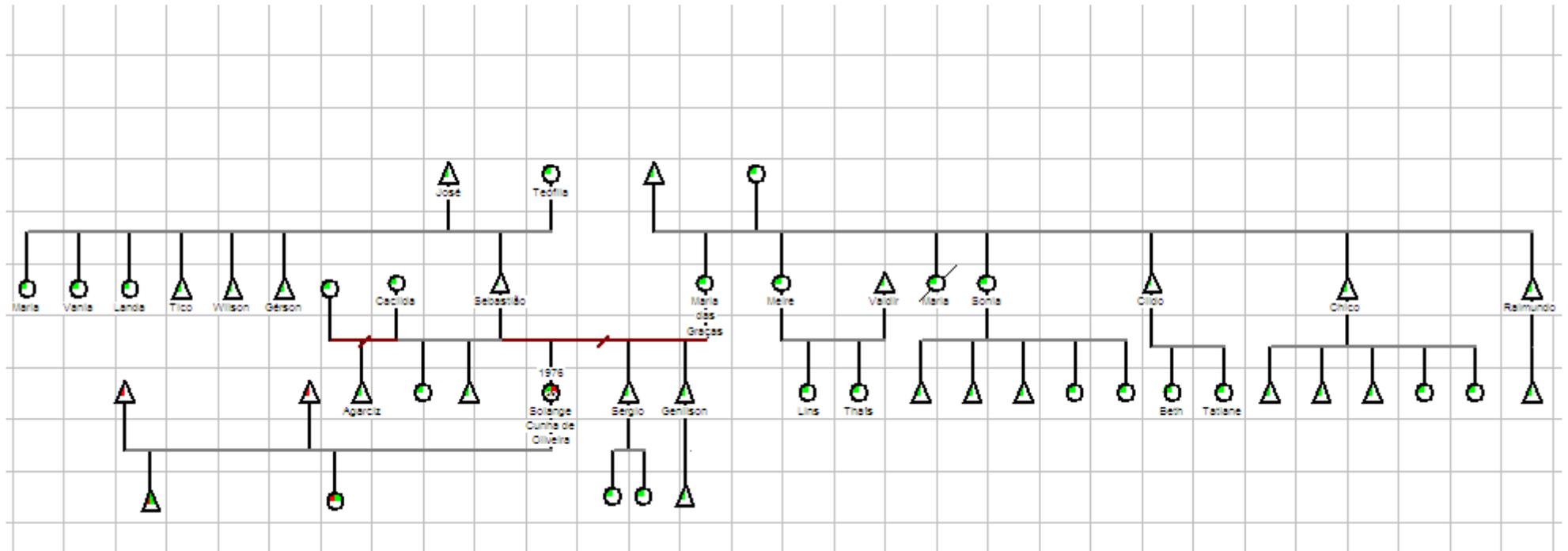
14. Josimar Fernandes de Melo, 44 anos, natural de Pedreiras, Maranhão, vive na Venezuela há 21 anos, entrevista concedida em 10/04/2011.
15. José Braga Araújo, 34 anos, vive há 6 anos na Venezuela, entrevista concedida em 12/04/2011)
16. Iralides, 35 anos, natural Crateús/CE, moradora de Santa Élena há 9 anos, entrevista concedida em 06/10/2008).
17. Lívia Stefany M. Aquino, 18 anos, filha de mãe brasileira e venezuelano, moradora de Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 08/01/2013.
18. Luís Vasconcelos, 24 anos, filho de mãe brasileira e pai venezuelano, pais moradores de Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 14/09/2012.
19. Rosimairy Freitas Rodrigues, natural de Goiás, vive em Santa Élena do Uairén há 26 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 18/01/2013.
20. Solange Cunha de Oliveira, 36 anos, natural de Manaus há 15 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 10/01/2013.
21. Raimundo Nonato Araújo, 34 anos, natural do Ceará, vive na fronteira há 20 anos, entrevista concedida em 15/04/2013.
22. Tertuliano Alves de Souza, 71 anos, natural de Vitória da Conquista, Bahia, vive há 30 anos na Venezuela, entrevista concedida em 12/04/2011.
23. Maria Leide Souza, 42 anos natural de Imperatriz, Maranhão, moradora de Boa Vista, entrevista concedida em 10/05/2007.
24. Marilene Nobre de Souza, 48 anos, natural do Amazonas, vive há 12 anos em Santa Élena do Uairén, entrevista concedida em 18/01/2013.
25. Meire Tereza Castro Levy, natural de Boa Vista, 37 anos, vive há 7 anos na Venezuela, entrevista concedida em 15/01/2013
26. Vanuza Emiliano Pereira, natural da comunidade indígena Cachoeirinha, 36 anos, vive há 18 anos na fronteira, mora atualmente em Pacaraima, entrevista concedida em 13/01/2013.
27. Wellida de Souza, Cratéus no Ceará, vive em Santa Élena do Uairén há 5 anos, entrevista concedida em 09/01/2013

APÉNDICES

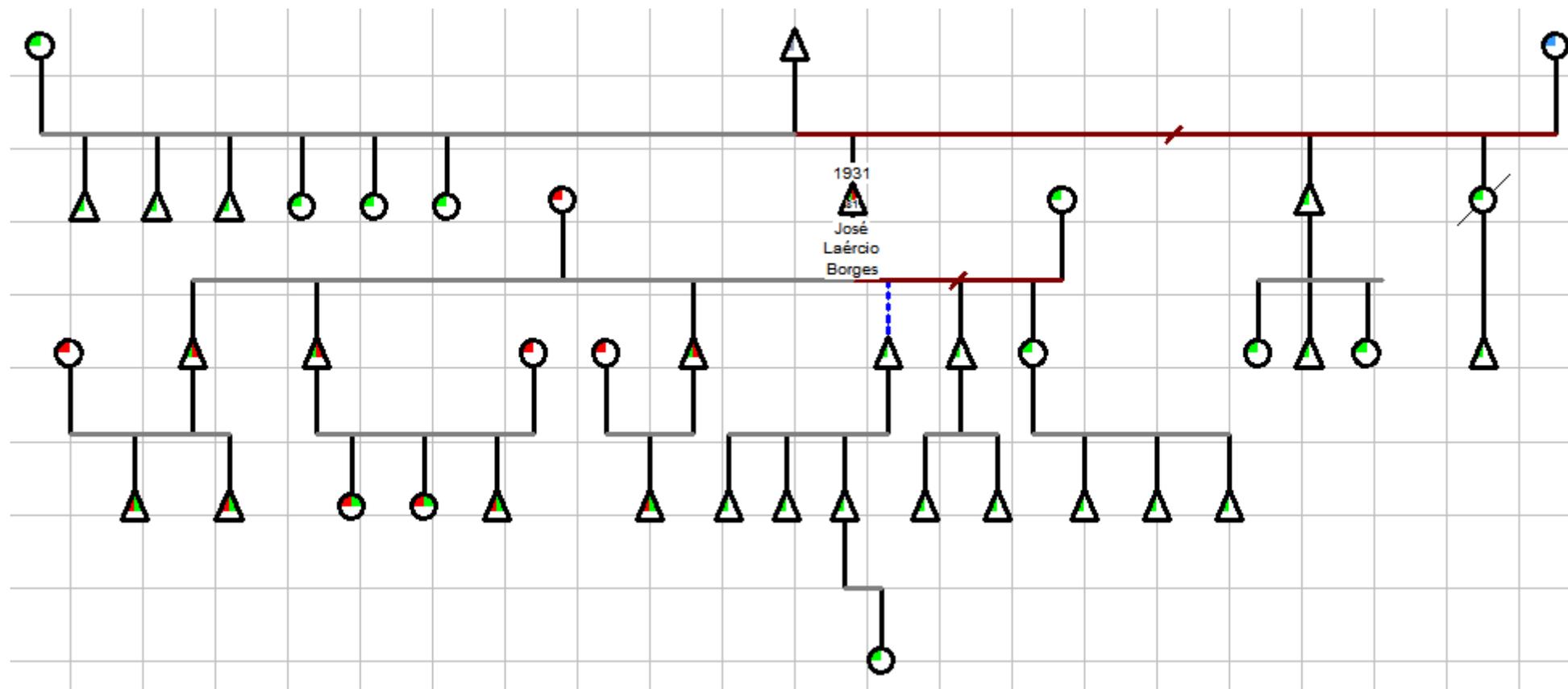
APÊNDICE A- Símbolos do Genograma



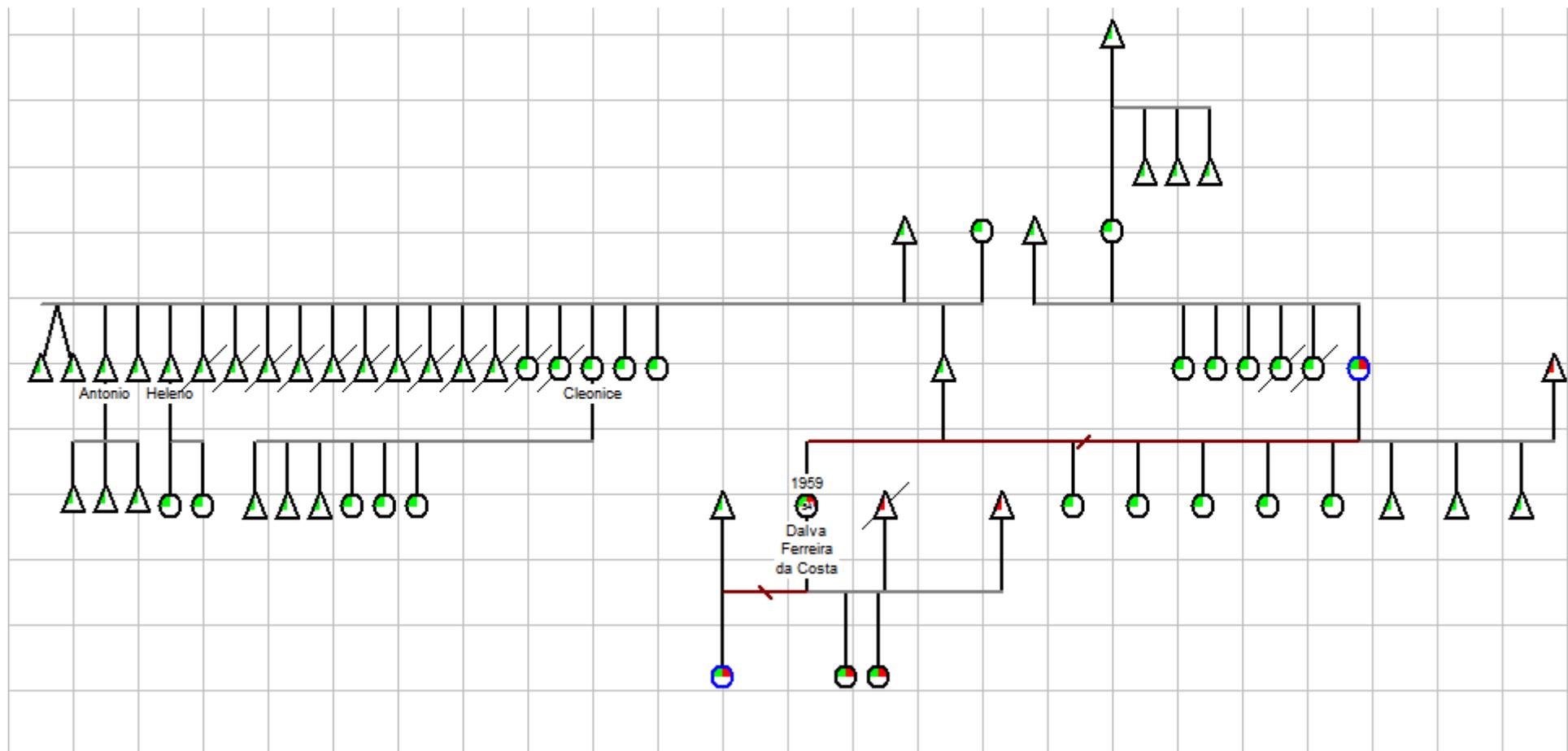
APÊNDICE B - Genealogia Solange Cunha de Oliveira



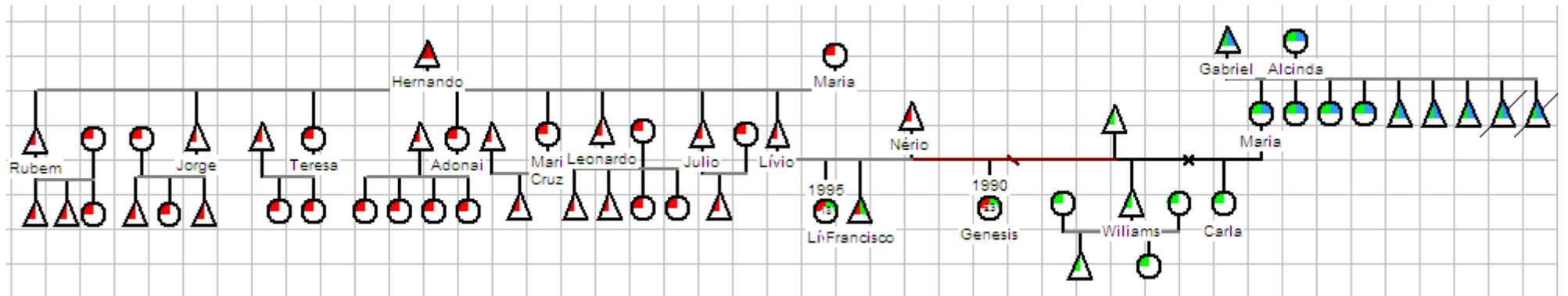
APÊNDICE C- Genealogia José Laércio Borges



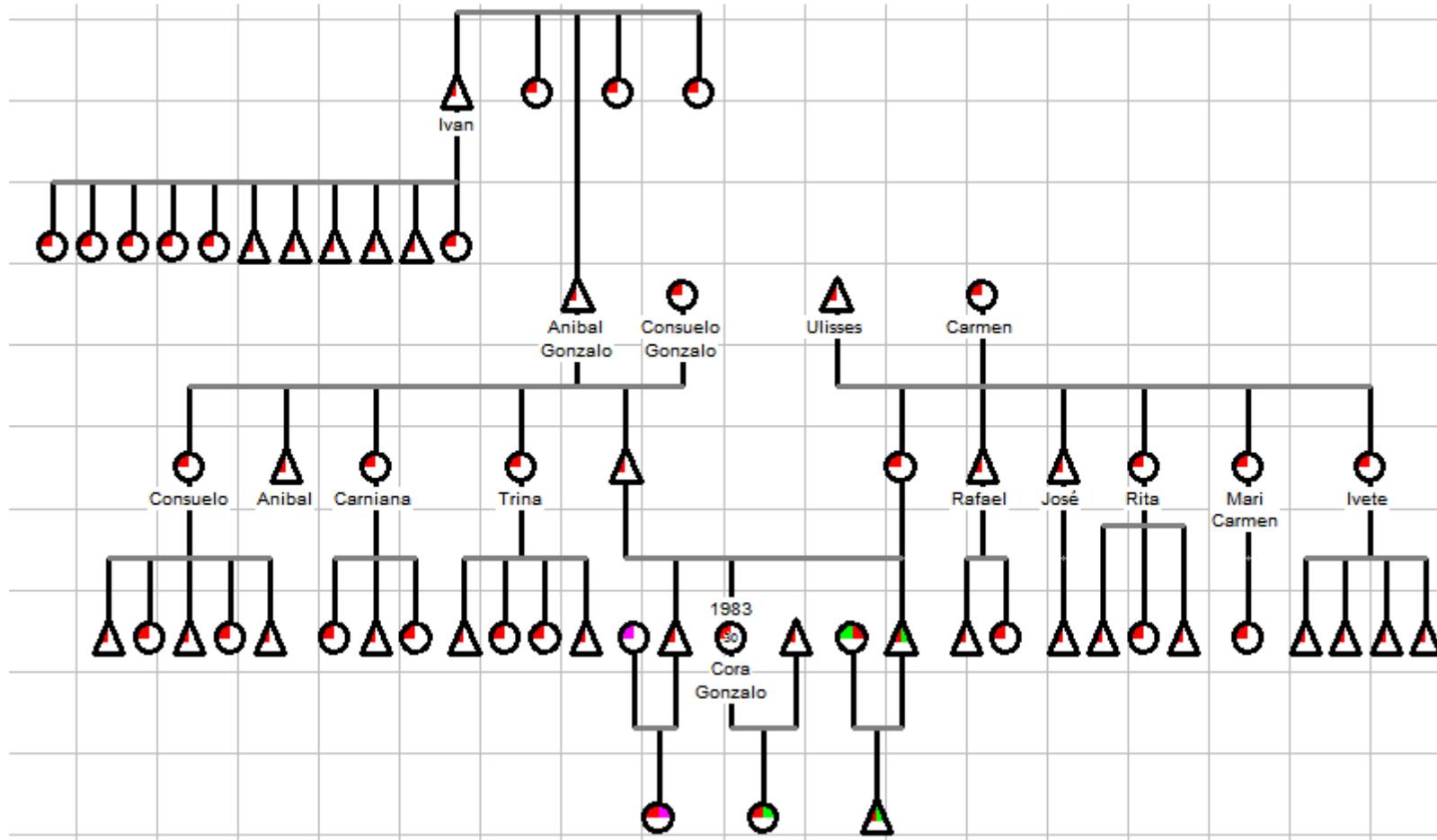
APÊNDICE D- Genealogia Dalva Ferreira da Costa



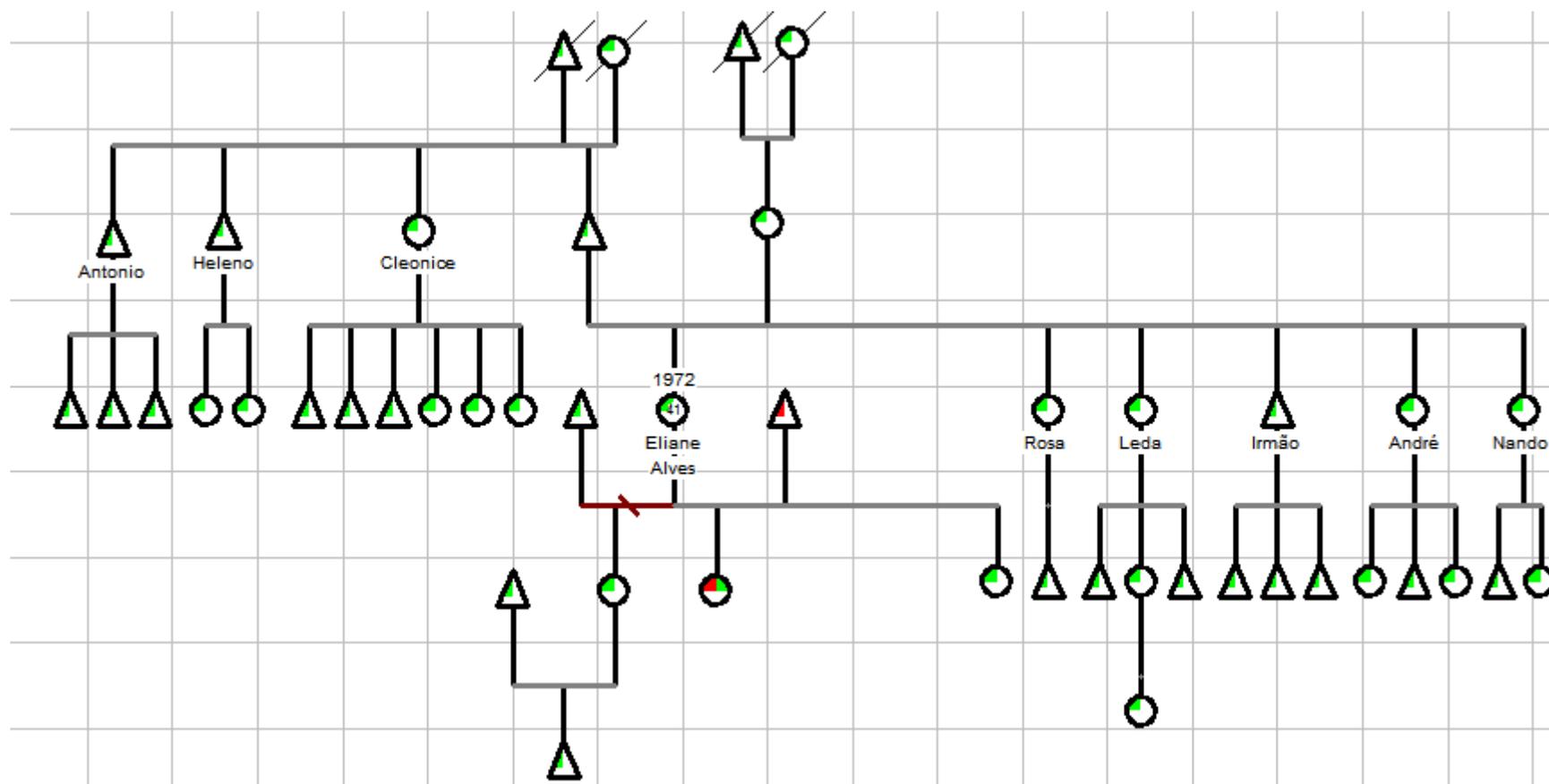
APÊNDICE E- Genealogia Livia Stefany M. Aquino e Genesis Carolina Matos Aquino



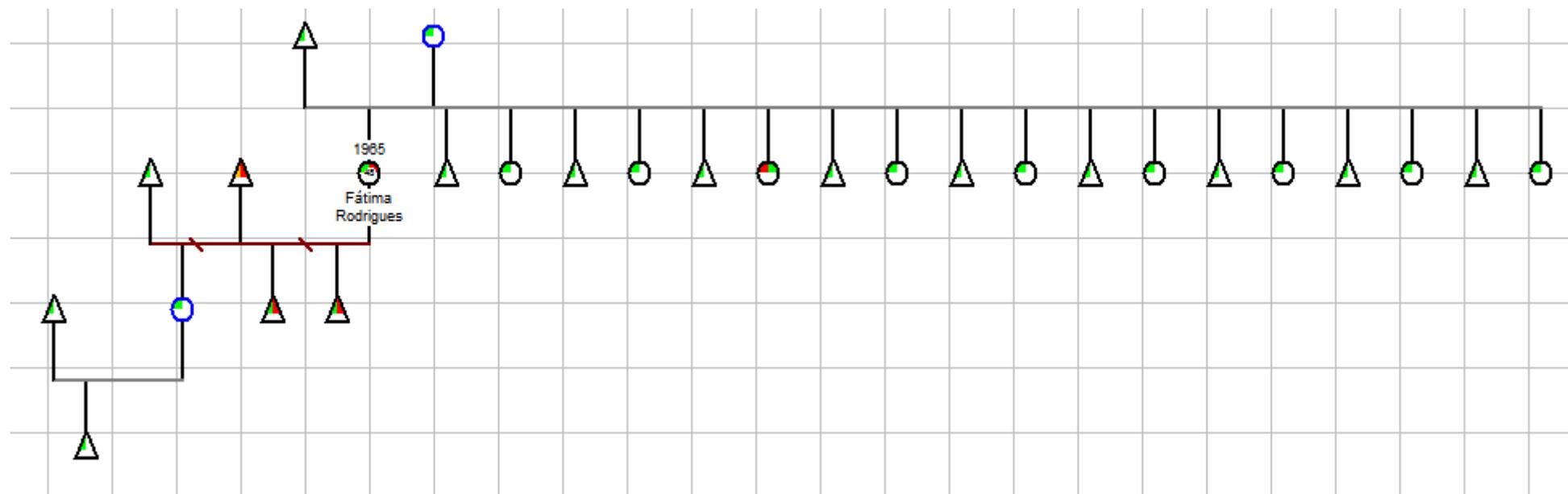
APÊNDICE F- Cora Gonzalo



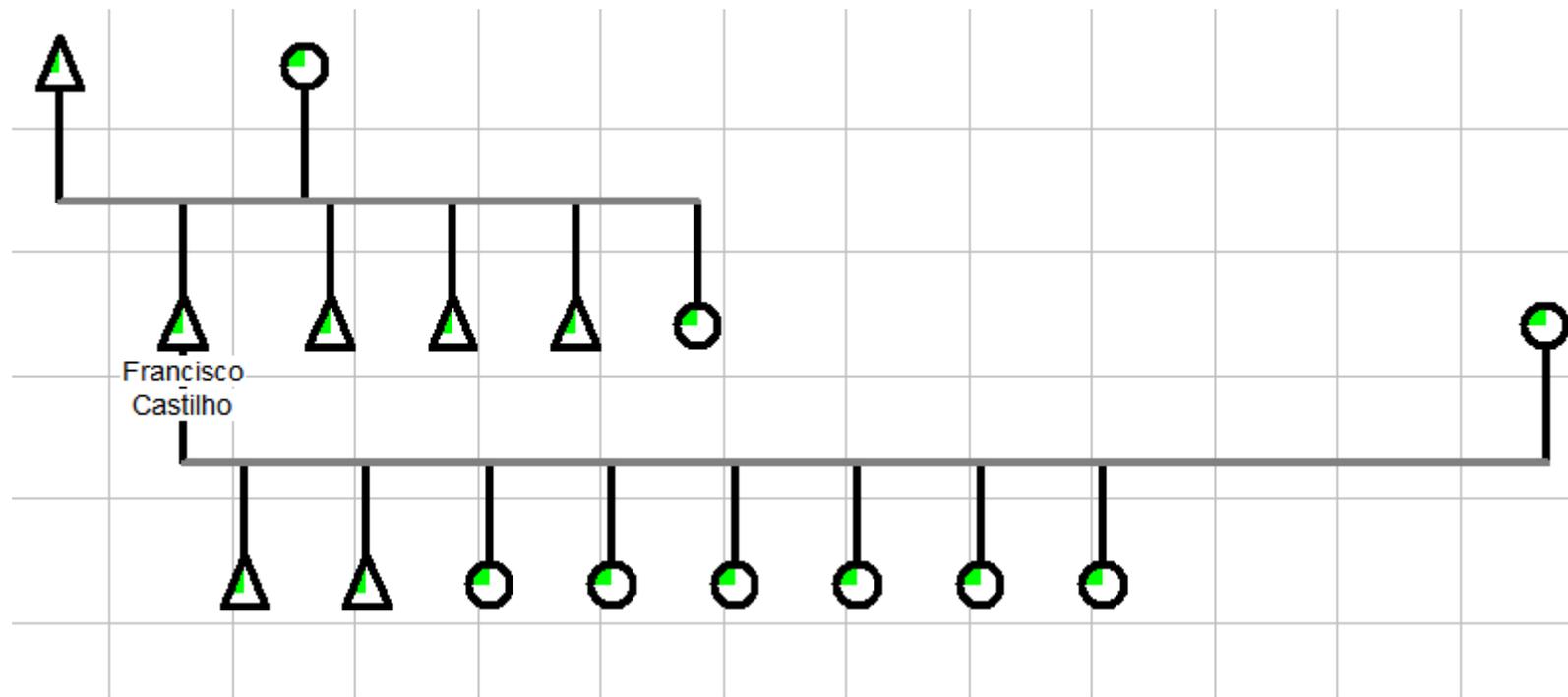
APÊNDICE G – Genealogia Eliana Alves



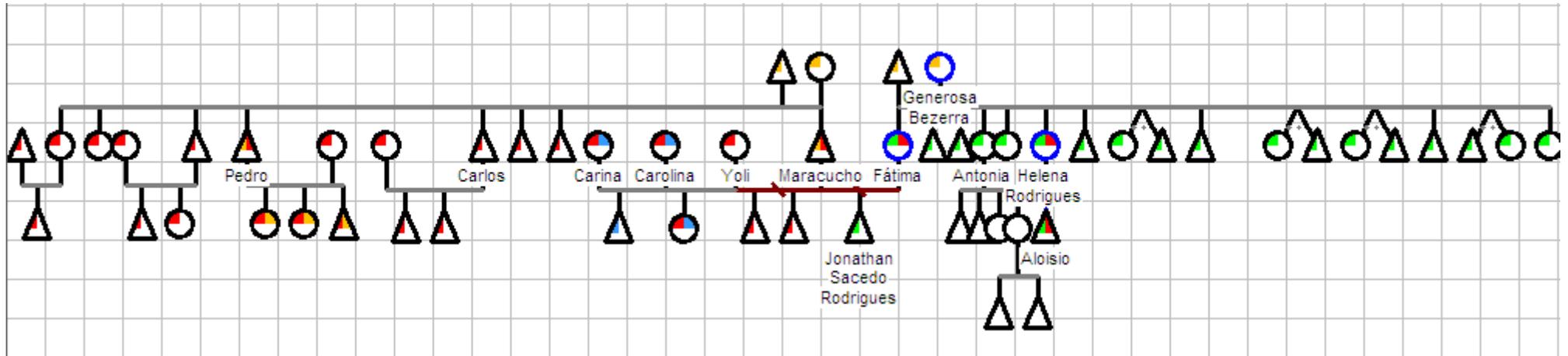
APÊNDICE H- Genealogia Fátima Rodrigues



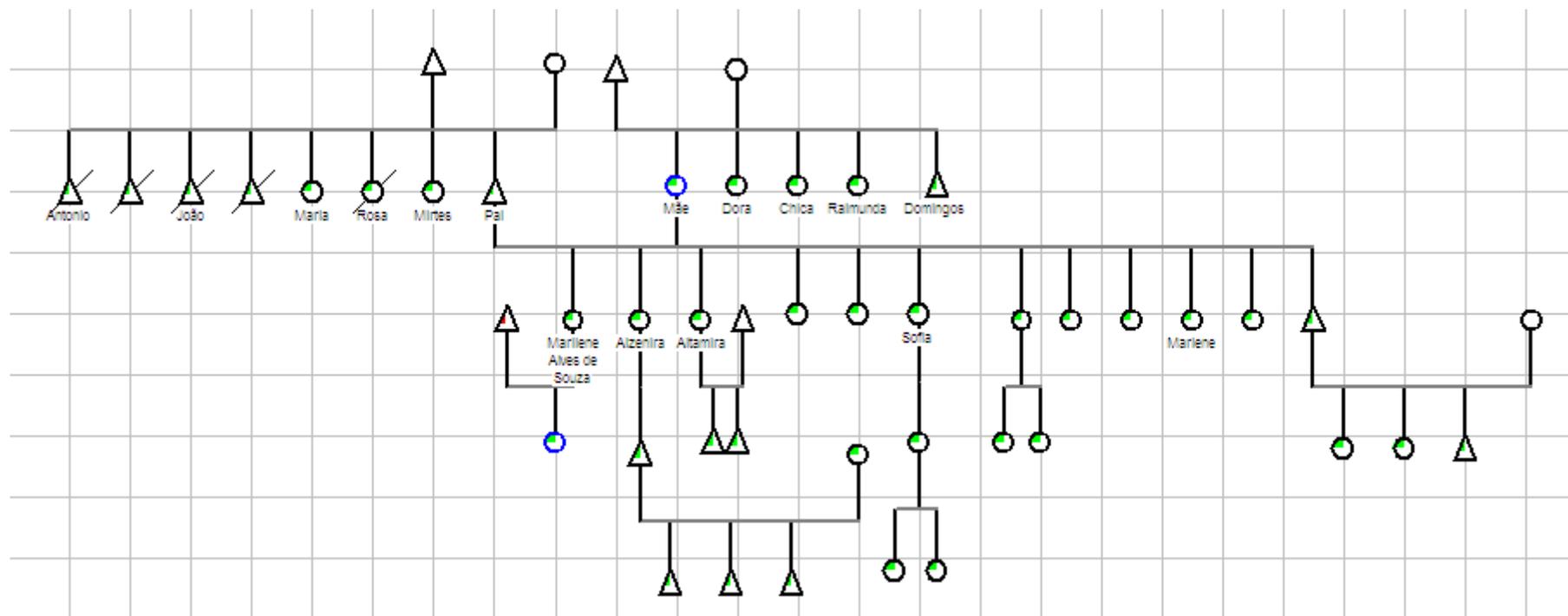
APÊNDICE I- Genealogia Francisco Cartilho



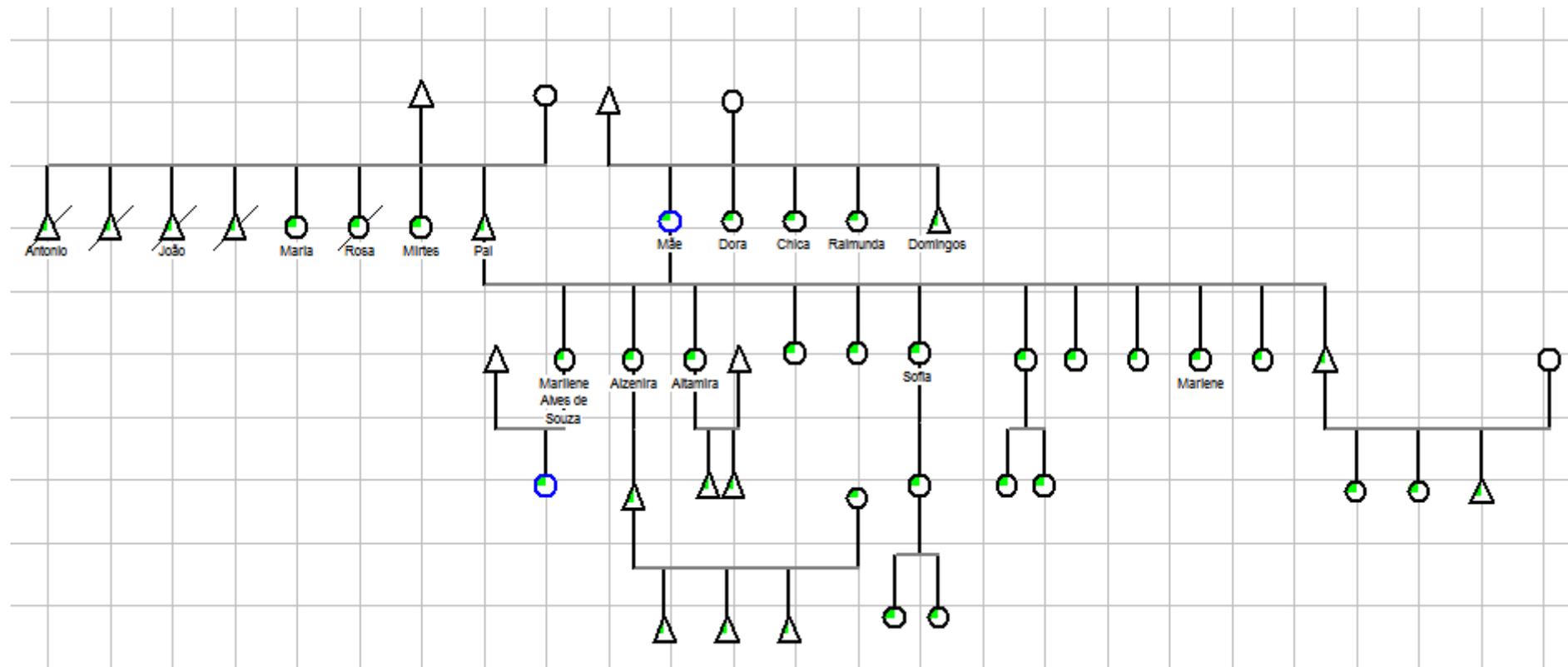
APÊNDICE J - Jonathan Sacedo Rodrigues



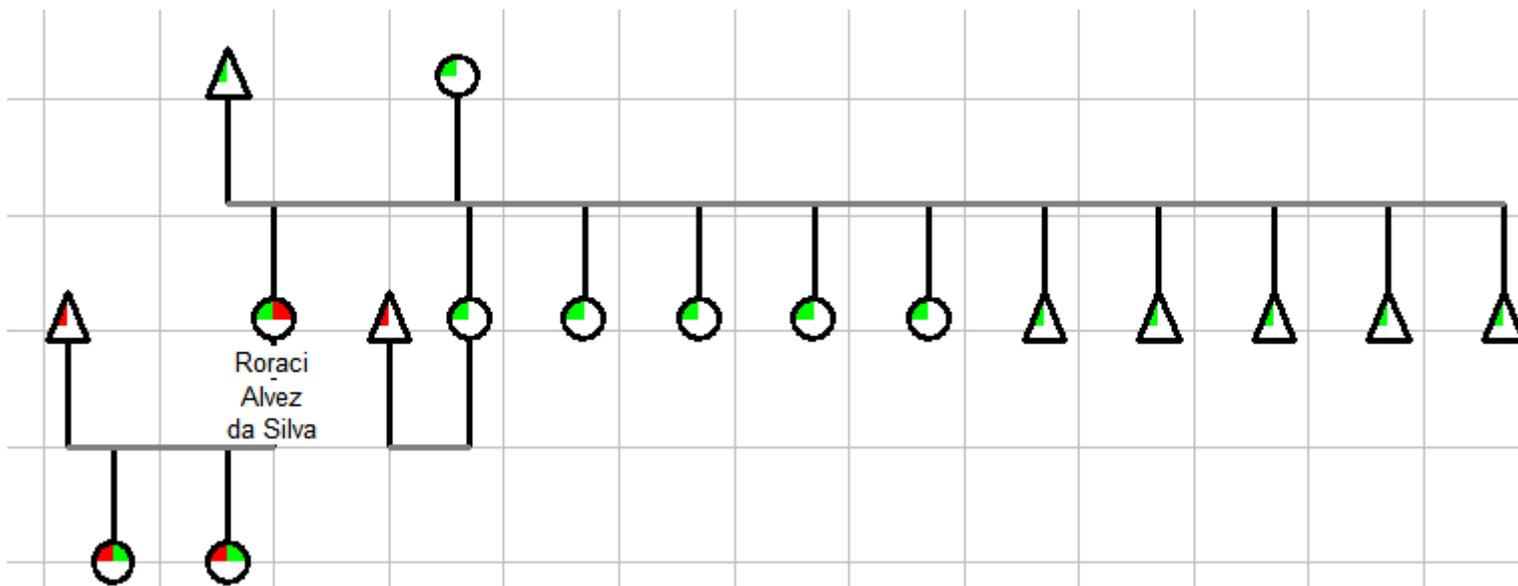
APÊNDICE L- Marilene Alves de Souza



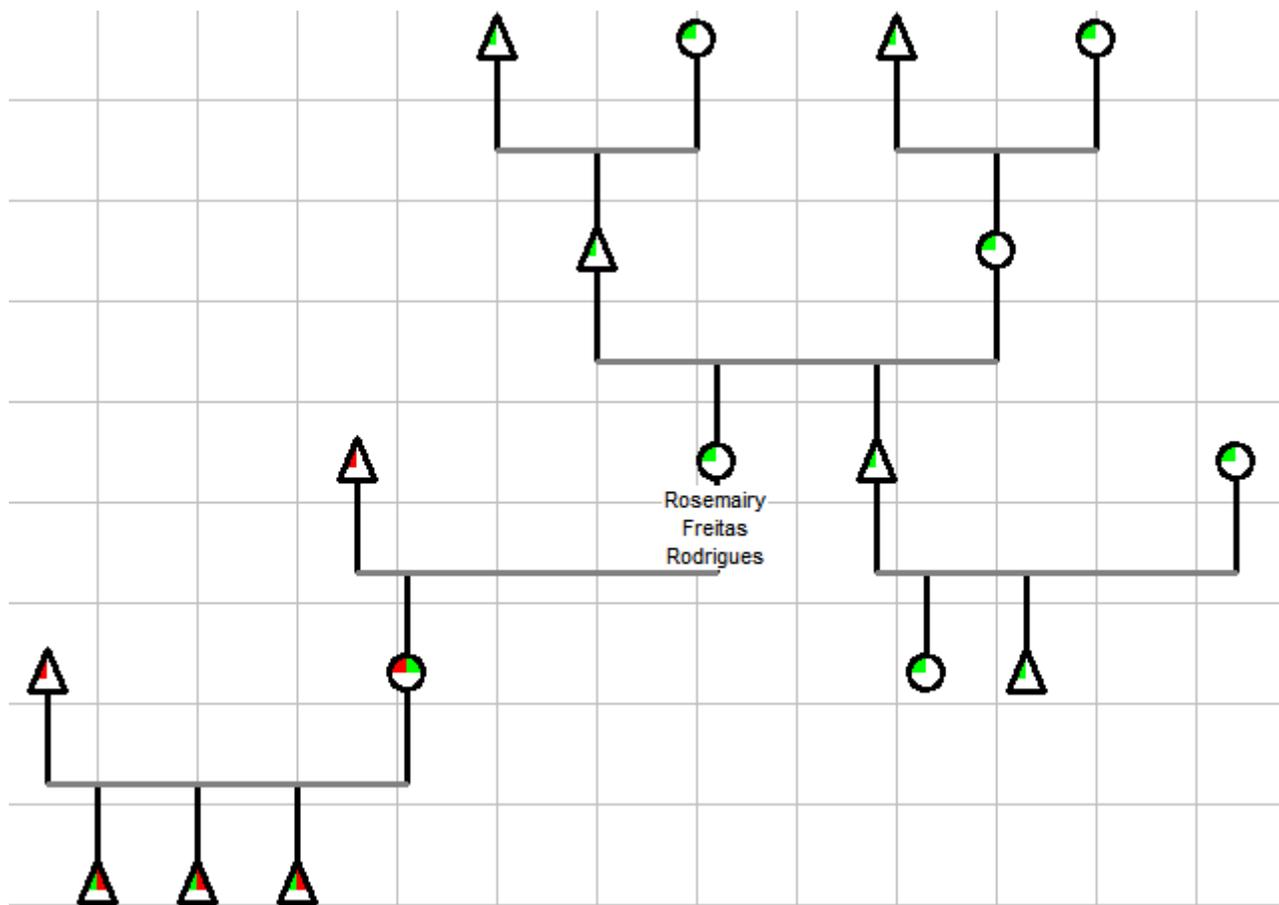
APÊNDICE M- Genealogia Meire Tereza Catro Levy



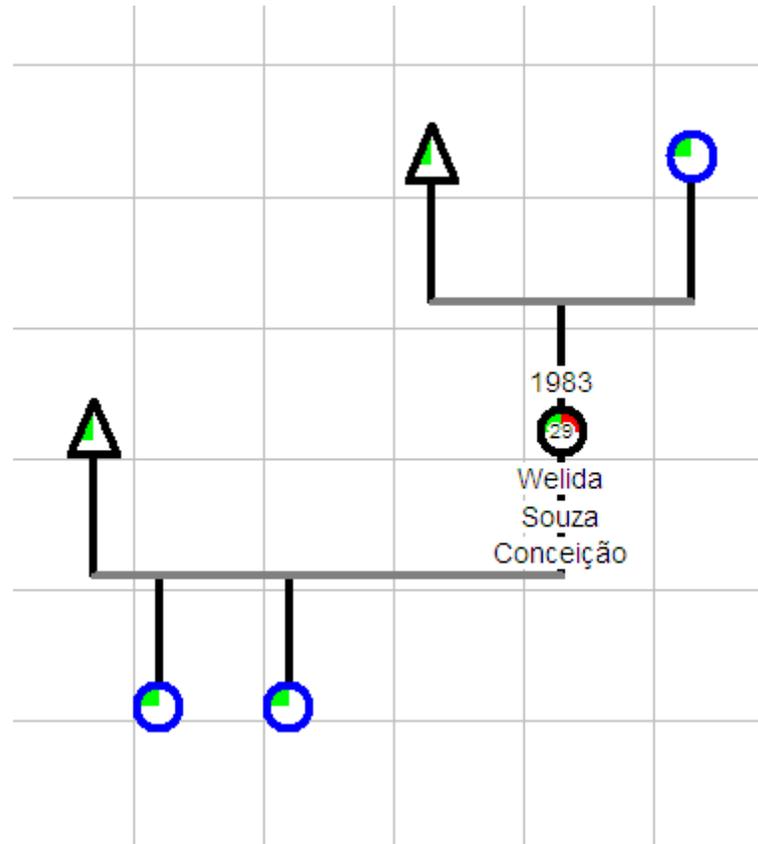
APÊNDICE N - Roraci Alvez da Silva



APÊNDICE O - Genealogia Rosemary Freitas



APÊNDICE P- Genealogia Welida de Souza Conceição



Apêndice Q - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Famílias transnacionais: Estratégias familiares e reconfigurações identitárias na transfronteira Brasil e Venezuela

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pela pesquisadora Iana dos Santos Vasconcelos, em relação a minha participação no projeto de pesquisa intitulado Famílias transnacionais: Estratégias familiares e reconfigurações identitárias na transfronteira Brasil e Venezuela, cujo objetivo é analisar a constituição das redes e demandas de cuidados da família transnacional formada por migrantes brasileiros(as) na transfronteira Brasil/Venezuela e a sua influência na ressignificação das identidades de gênero e nacional. Os dados serão coletados por meio de registros fotográficos e entrevista gravada, serão utilizados restritamente para fins acadêmicos; esclarecemos ainda que uma cópia do TCLE ficará com o entrevistado e uma cópia com o pesquisadora). Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à minha privacidade, bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar meu estado de saúde físico e/ou mental, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, _____, (*responsável pelo menor, se for o caso*) após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a pesquisadora Iana dos Santos Vasconcelos, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE, participe do mesmo.

Santa Elena do Uairén, ____/____/____

Eu, **Iana dos Santos Vasconcelos**, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo ao entrevistado(a).

Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com os pesquisadores nos endereços abaixo relacionados:

Nome:	Iana dos Santos Vasconcelos		
Endereço:	Campus do Paricarana, nº 2413. Núcleo de Estudos das Ciências Sociais, sala do Grupo Interdisciplinar sobre Fronteira- GEIFRON		
Bairro:	Aeroporto		
Cidade:	Boa Vista	UF:	RR
Fones:	(95) 81139918	e-mail:	ianavasconcelos@yahoo.com.br

ANEXOS

ANEXO A- Questionário da pesquisa Migração e Relações de Trabalho na Fronteira Pan-Amazônica,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
GRUPO DE PESQUISA MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA BRASILEIROS NA VENEZUELA

1) **Identificação Pessoal:**

- a) Nome completo: _____
b) Idade em abril de 2011: _____
c) Gênero: () masculino () feminino
d) Onde nasceu? (*perguntar cidade, estado, país*)

2) **Perfil social:**

- a) Como você se define em relação à raça/etnia?
() Negro () Branco
() Pardo () Amarelo (asiático)
() Indígena/Etnia: _____ () Outros: _____
- b) Estado Civil:
() Casado (a) () Solteiro (a)
() União estável () Separado (a)/divorciado (a)
() Viúvo (a) () Outros: _____
- c) Se casado (a), ou com companheiro (a), qual a nacionalidade dele (a)?

- d) Tem filhos: () Sim () Não Quantos: _____
e) Onde os filhos nasceram? (*perguntar cidade, estado e país*)

- f) Escolaridade:
() Analfabeto () Ginásio (5ª a 8ª série) incompleto
() Alfabetizado () 2º Grau completo
() Primário (1ª a 4ª série) completo () 2º Grau incompleto
() Primário (1ª a 4ª série) incompleto () Superior completo
() Ginásio (5ª a 8ª série) completo () Superior incompleto

- g) Tem alguma religião? Qual?

- h) Pratica a religião (Crença)? Se não, por que não pratica?

- i) Há quanto tempo vive na Venezuela?

- j) O que motivou sua vinda para a Venezuela?

- k) Como chegou aqui? Veio por meio de quem?

- l) Passou por outros lugares antes de chegar à Venezuela? Quais?

m) Local que considera como sendo sua casa (residência)?

n) A moradia é?

Casa própria

Alugada

Vive em casa de parentes/amigos

Emprestada/cedida

o) Com quem mora?

p) Se não você com a família no local, qual a periodicidade com que visita os familiares?

q) Quais documentos possui?

certidão de nascimento

carteira de vacinação

identidade (RG)

certidão de reservista (*homens*)

título de eleitor

certidão de casamento (*se declarar casado*)

CPF

passaporte

carteira de motorista

visto de trabalho/residência

3) Perfil profissional e condições de trabalho:

a) Local em que trabalha atualmente?

b) Há quanto tempo trabalha com garimpagem e/ou em garimpo?

c) De onde é (local/nacionalidade) o seu patrão?

d) De onde são (local/nacionalidade) os seus colegas de trabalho?

e) Há quanto tempo vive/trabalha nesta região (garimpo e/outros)?

f) Que atividade/função exerce no trabalho/local

g) Quais são os instrumentos de trabalho?

h) Utiliza alguma proteção (equipamento de segurança)? Quais?

i) Quanto tempo passa no garimpo/trabalho?

j) Se já trabalhou em outros garimpos, em quais trabalhou e por quanto tempo? (*perguntar a localidade dos garimpos*)

k) Já doeceu no trabalho? Qual? Com que tratou?

l) Sofreu algum acidente de trabalho? Que tipo de assistência recebeu?

- m) Você conhece os direitos do (a) trabalhador (a) na Venezuela? Quais?

- n) Você recebe algum benefício trabalhista? Qual?

- o) Qual a profissão/atividade desempenhada antes de vir para o garimpo? Qual?

- p) Já trabalhou com carteira assinada? Em qual profissão/atividade?

- q) Quando trabalhou com carteira assinada? Por quanto tempo?

- r) Já pagou INSS? O que você pensa para sua aposentadoria futura?

- s) Com que idade começou a trabalhar?

- 4) Perfil econômico:
- a) Qual a renda média mensal obtida no garimpo?

- b) Tem conta bancária/poupança?

- c) Envia dinheiro/recursos financeiros para alguém fora do garimpo? Quem?

- d) Quanto envia e com que frequência?

- e) Por quem ou por qual meio (banco, portador, motorista) envia o dinheiro?

- f) Mantém algum negócio/investimento fora do garimpo? Qual?

- g) Depois que você imigrou sua vida econômica melhorou?

- 5) **Utilização de meio de comunicação e redes sociais:**
- a) Como mantém contato com familiares e amigos? (carta, e-mail, telefone, radiofonia, programa de rádio, mensageiro)

- b) Como se mantém informado sobre o que acontece no Brasil e no mundo? (rádio, TV, jornal impresso, internet)

- c) Tem o hábito de leitura? Com que periodicidade? O que costuma ler?

- d) Tem o hábito de assistir TV? Com que frequência? Quais programas?

- e) Tem hábito de acessar a internet? Com que frequência? Quais sites costuma visitar?

- 6) **Lazer e sociedade:**
- a) Quanto tempo dispõe para o lazer/descanso durante a semana?

b) Como se diverte? O que faz nas horas de lazer?

c) O que você pensa sobre a Venezuela?

7) Sexualidade (*perguntas feitas SOMENTE para mulheres*):

a) O que você pensa sobre os homens venezuelanos?

b) O que você pensa sobre as mulheres venezuelanas?

c) O que você pensa sobre as mulheres brasileiras?

d) O que você pensa sobre os homens brasileiros?

e) O que você pensa dos relacionamentos/casamentos entre brasileiros (as) e venezuelanos (as)?

f) Com quantos anos teve a primeira relação sexual?

g) Com que frequência mantém relações sexuais?

h) Utiliza algum método contraceptivo? Qual?

i) Usa camisinha nas relações sexuais? Se não, exige do parceiro o uso?

j) Se tiver filhos, o(s) parto(s) foi (foram) normal (normais) ou cesariana?

k) Se tiver filhos, o(s) parto(s) foi (foram) realizado(s) no hospital ou em casa?

l) Já sofreu aborto? Como?

m) Você sabe o que são Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs)? Como se protege?

Data

Entrevistador (a)